



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO
TRÓPICO ÚMIDO
CURSO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

ARIANE ANGÉLICA MORENO

**TRAJETÓRIA DAS FAMÍLIAS DO OESTE PAULISTA QUE
EXPANDIRAM SEUS NEGÓCIOS PARA A AMAZÔNIA: a
família Lunardelli no Norte do Paraná e Sul do Pará**

Belém
2012

ARIANE ANGÉLICA MORENO

**TRAJETÓRIA DAS FAMILIAS DO OESTE PAULISTA QUE
EXPANDIRAM SEUS NEGÓCIOS PARA A AMAZÔNIA: a
família Lunardelli no Norte do Paraná e Sul do Pará**

Dissertação apresentada para a obtenção do título de mestre em Planejamento do Desenvolvimento, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

Área de concentração: Economia Regional

Orientador: Prof. Dr. Fábio Carlos da Silva

Belém
2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Moreno, Ariane Angélica

Trajectoria das famílias do oeste paulista que expandiram seus negócios para a Amazônia: a família Lunardelli no norte do Paraná e sul do Pará /Ariane Angélica Moreno; orientador, Fábio Carlos da Silva. – 2012.

115 f.: il. ; 29 cm

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2012.

1. Café. 2. CODESPAR. 3. Colonização. 4. Frentes pioneiras. 5. Norte do Paraná.
I. Silva, Fábio Carlos da, orientador. II. Título.

CDD 21. ed. 379.8115

ARIANE ANGÉLICA MORENO

**TRAJETÓRIA DAS FAMILIAS DO OESTE PAULISTA QUE
EXPANDIRAM SEUS NEGÓCIOS PARA A AMAZÔNIA: a
família Lunardelli no Norte do Paraná e Sul do Pará**

Dissertação apresentada para a obtenção do título de mestre em Planejamento do Desenvolvimento, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

Aprovado em: 28 de maio de 2012

Banca examinadora:

Prof Dr. Fábio Carlos da Silva
Orientador – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Índio Campos
Examinador – NAEA/UFPA

Prof Dr. Lucas Araújo Carvalho
Examinador externo – MDR/UFAC

Resultado:

AGRADECIMENTOS

Para a elaboração e conclusão deste trabalho várias etapas foram vencidas e agradeço a Deus por tudo. A primeira etapa a ser vencida foi a vinda para outra região do país onde tive a oportunidade de conviver com pessoas maravilhosas com costumes diferentes daqueles que eu estava acostumada, apesar disto foram totalmente receptivos e carinhosos e me apresentaram a sua cultura com muito prazer, em especial Tatiane, Rosivane, Brenda e Ana Virginia.

Também gostaria de agradecer ao meu orientador Fabio que me deu a oportunidade de trabalhar com o tema sobre colonização do Norte Paranaense, e Eliana que trabalha na Secretária de Cultura de Porecatu que me ajudou procurando nos arquivos antigos da cidade sobre a família Lunardelli.

Agradeço ainda a minha querida mãe que ao longo desses dois anos de caminhada escutou minhas reclamações, aflições e angústias, sem ti mãe provavelmente não teria conseguido atravessar esta fase muito obrigada.

RESUMO

Os Lunardelli possuíram empreendimentos em diversos Estados brasileiros. O objetivo do presente trabalho é descrever a atuação e contribuição da família Lunardelli para o desenvolvimento da região Norte do Paraná, que assim como outros cafeicultores em busca da afamada terra roxa atravessaram a fronteira de São Paulo para o Paraná. Geremia Lunardelli chegou a possuir empreendimentos além Brasil, no país vizinho - no Paraguai. Na década de 1960 chegaram à Amazônia, onde se instalaram na região do Araguaia. Paralelamente, procura-se destacar o processo de ocupação do território paranaense a partir do deslocamento de três frentes pioneiras: a do Paraná Tradicional, com a procura de ouro e depois o tropeirismo; a do Sudoeste, com a pequena propriedade dos imigrantes gaúchos e catarinenses; e a da Região Norte, com os paulistas e mineiros procurando expandir suas plantações de café, destaca-se nesta frente à obra da CTNP, principal articuladora dos caminhos para escoar o café paranaense.

PALAVRAS-CHAVE: Café. CODESPAR. Colonização. Frentes Pioneiras. Norte do Paraná.

ABSTRAT

The Lunardelli have possessed enterprises in several Brazilian States. The objective in the present work is to describe the performance and contribution from The Lunardelli in the development of the North area of Paraná, that as well as the others coffee growers in search of the famous Terra Roxa have crossed the border of São Paulo to Paraná, Geremia Lunardelli did actually to possess enterprises beyond Brazil, in the borderline country Paraguay. In the decade of 1960`s the Lunardelli have arrived in Amazon where they settled donw on the area of Araguaia. In parallel, it intends to stand out the process of occupancy of the paranaense territory starting from the displacement of three pioneering fronts: Traditional Paraná, with the search of gold and later the tropeirismo; Southwest, with the small property of the gauchos and catarinenses immigrants; and North Area, with the paulistas and mineiros trying to expand yours coffee plantations. Highlighting in this front the work of CTNP, main articular of the ways to transporting the paranaense coffee.

WORD-KEY: Coffee. CODESPAR. Colonization. Pioneering Fronts. North of Paraná.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Processo de ocupação das três frentes pioneiras	24
Figura 2 - Área de limite entre Paraná e Santa Catarina	29
Figura 3 - Mapa das estradas de rodagem nas terras da CTNP em 1938	51
Figura 4 - Anúncio mostrando como eram férteis as terras adquiridas pela CTNP.....	57
Figura 5 - Anúncio ressaltando através do tamanho da fruta a fertilidade das terras	59
Mapa 1 - Localização das reduções Jesuítas	70
Figura 6 - Localização da área denominada Fazenda Floresta onde futuramente seria instalado o município de Porecatu	71
Figura 7- Anúncio da Organização Ricardo Lunardelli S/A	81

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Construção da ponte sobre o Tigabi	47
Fotografia 2 - Preparativos para a chegada da estrada de ferro em Londrina-Pr	48
Fotografia 3 - Estação ferroviária da cidade de Londrina-Pr	50
Fotografia 4 - Primeiro acampamento montado em terras adquiridas pela CTNP	53
Fotografia 5 - Sistema de parcelamento das terras desenvolvido pela CTNP	55
Fotografia 6 - Sede da fazenda Cascata em Bela Vista do Paraíso-Pr	68
Fotografia 7 - Geremia percorrendo o cafezal na fazenda Cascata em Bela Vista do Paraíso-Pr	66
Fotografia 8 - Beechcraft Bonança pertencente ao “Rei do Café”	68
Fotografia 9 - Colônia da fazenda Cascata em Bela Vista do Paraíso-Pr	68
Fotografia 10 - Ricardo Lunardelli e Thimóteo Niculitcheff posam para foto em frente ao rancho de Heitor juntamente com a família do agricultor	72
Fotografia 11- Primeiro restaurante improvisado nas terras adquiridas pelos Lunardelli na região onde atualmente encontra-se a cidade de Porecatu para os trabalhadores que abriam clareiras	73
Fotografia 12 - Da direita para esquerda Ricardo Lunardelli com seu filho Urbano e Francisco Galli almoçando no meio da mata	73
Fotografia 13 - Primeira sede da fazenda construída com tabuas irregulares e pedaços de zinco	74
Fotografia 14 - Descanso no acampamento montado ao lado do rancho de Heitor	75
Fotografia 15 - Caravana com os primeiros compradores de terras	75
Fotografia 16 - Estrutura da Usina Central Paraná sendo montada	77
Fotografia 17 - As primeiras instalações da Usina Central Paraná	78
Fotografia 18 - Vista da Usina Central Paraná já em funcionamento	79
Fotografia 19 - Trabalhadores em frente ao departamento de transporte	83
Fotografia 20 - Frota de caminhões “mack” responsável pelo abastecimento em média de 1.400 toneladas de cana para a usina a capacidade destes caminhões era 10.000 quilos cada	83
Fotografia 21 - Caminhões “mack” com seus motoristas responsáveis pelo transporte de açúcar para diversas regiões e estados	84
Fotografia 22 - Toras procedentes das matas da fazenda Central Paraná matéria prima	

para a serraria	84
Fotografia 23 - De propriedade da Ricardo Lunardelli S/A a serraria tinha capacidade para 30 metros cúbicos	85
Fotografia 24 - Ambiente onde era realizada a secagem e o beneficiamento do café na Central Paraná	85
Fotografia 25 - Ovos importados dos Estados Unidos – pedigree individual – Pinto Hampshire	86
Fotografia 26 - Parte dos solares dos pinteiros com capacidade para 5.000 pintos	87
Fotografia 27 - Pessoas cultivando uma das hortas da Ricardo Lunardelli S/A	88
Fotografia 28 – Enfermeiro responsável pelo tratamento dos funcionários da Central Paraná	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Produção de açúcar nas usinas paranaenses de 1946 a 1961	79
Tabela 2 - Produção de açúcar nas usinas paranaenses de 1961 a 1971	80
Tabela 3 - Produção de álcool nas usinas paranaenses de 1948 a 1971	80
Tabela 4 – Produção de café por safra	87
Tabela 5 - Faturamento do armazém	89
Tabela 6 - Projeção da receita e distribuição do lucro após a implantação do projeto CODESPAR	100
Tabela 7 - Fontes dos recursos para implantação do projeto CODESPAR	101

LISTA DE SIGLAS

BRAVIACO Companhia Brasileira de Viação e Comércio
CANGO Colônia Agrícola Nacional General Osório
CODESPAR Companhia de Desenvolvimento Sul do Paraná
CMNP Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
CTNP Companhia de Terras Norte do Paraná
IAA Instituto de Açúcar e Alcool
INIC Instituto Nacional de Imigração e Colonização
RVPSC Rede Viação Paraná Santa Catarina
STUL Sociedade Territorial Ubá Ltda
SUDAM Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DE OCUPAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ	18
2.1 A EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA AGRÁRIA DO BRASIL	19
2.2 O PROCESSO DE POVOAMENTO E OCUPAÇÃO DO PARANÁ	22
2.3 A COLONIZAÇÃO DO PARANÁ TRADICIONAL	24
2.4 O POVOAMENTO DO SUDOESTE DO PARANÁ	28
3 OS PAULISTAS E MINEIROS NO NORTE DO PARANÁ	35
3.1 O POVOAMENTO DO NORTE DO PARANÁ	37
3.2 O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO NORTE VELHO	38
3.3 RELAÇÕES DE TRABALHO NAS LAVOURAS DE CAFÉ NO NORTE PIONEIRO	41
3.4 O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO NORTE DO NOVO E A PROBLEMÁTICA DOS TÍTULOS DAS TERRAS	42
3.5 A CIA DE TERRAS NORTE DO PARANÁ	44
3.6 SISTEMA DE TRANSPORTE	46
3.7 A COMPRA DAS TERRAS	51
3.8 A PROPAGANDA COMO ESTRATÉGIA PARA O SUCESSO	57
3.9 A VENDA DA CTNP E A COLONIZAÇÃO DO NORTE NOVISSÍMO	60
4 A IDA DOS LUNARDELLI PARA O PARANÁ E SUL DO PARÁ	63
4.1 OS PRIMEIROS EMPREENDIMENTOS DE GEREMIA LUNARDELLI E SUA IDA PARA O NORTE DO PARANÁ	63
4.2 PORECATU- A PROPRIEDADE DA TERRA ANTES DA INSTALAÇÃO DOS LUNARDELLI NA REGIÃO	69
4.3 OS LUNARDELLI EM PORECATU	71
4.4 A USINA CENTRAL PARANÁ	76
4.5 ORGANIZAÇÕES LUNARDELLI S/A	81
4.5.1 Detalhamento dos setores da Ricardo Lunardelli S/A	83

4.6 OS LUNARDELLI NO VALE DO IVAÍ E A QUESTÃO DOS TÍTULOS NA REGIÃO	90
4.7 OS LUNARDELLI NA AMAZÔNIA	95
4.7.1 O projeto CODESPAR	98
4.7.2 O projeto CODESPAR após a implantação	104
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS	110
ANEXO	114

1 INTRODUÇÃO

A primeira tentativa de ocupação do território que hoje constitui o Estado do Paraná ocorreu no século XVI; por meio do Tratado de Tordesilhas, os espanhóis eram donos de todas as terras localizadas a oeste. O interesse dos espanhóis em colonizar esta região estava na possibilidade de construir uma saída marítima usando o Atlântico para o Paraguai por meio da baía de Paranaguá; eles também queriam deter a penetração portuguesa e subordinar os índios.

Esta primeira tentativa foi curta e sem sucesso devido à ação dos bandeirantes, que tinham como missão recuperar o território para Portugal e apreender os índios. Após a expulsão dos espanhóis, ocorrida somente no século XVII, ressurgiu o interesse pelo território paranaense por parte dos portugueses, devido à procura de ouro. Cabe ressaltar que era a região litorânea que despertava interesse, surgindo assim a primeira frente de colonização: a do *Paraná Tradicional*; essa, por sua vez, não foi responsável por todo o processo de ocupação do território, pois este ainda ficou “vazio” por um longo tempo.

A partir do século XX, a mata densa, com imensas figueiras brancas, perobas e pau d’alho que existiam na região norte do Paraná começou a dar lugar aos cafeeiros. O Convênio de Taubaté, firmado em 26 de fevereiro de 1906, teve grande contribuição para a penetração dos cafezais na região norte do Paraná, pois este tinha como base a valorização do café e a intervenção do Estado para proteger o comércio. No acordo, entretanto, havia um limite para novos cafezais nas regiões produtoras de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, porém, deixava livre o plantio em novas regiões.

O presente trabalho faz parte de um projeto maior que visa estudar a história econômica e social das famílias e empresas do Oeste Paulista com negócios agropecuários na Amazônia 1880/1980. Neste trabalho o objetivo principal é descrever a trajetória de uma família de cafeicultores vinda do oeste paulista para o norte do Paraná em busca da fertilidade da terra roxa, a fim de expandir seus negócios. A família escolhida para esta análise foi a família Lunardelli, de imigrantes italianos que atravessaram o Atlântico procurando melhorias de vida. Geremia Lunardelli desembarcou em solo brasileiro quando tinha apenas um ano de idade, e depois de muito trabalho, em 1927, recebeu o título de “Rei do Café”. Seu irmão Ricardo, sempre presente nos negócios, muitas vezes sendo sócio também, foi para o norte paranaense. Os dois, juntamente com seus filhos, desenvolveram um empreendimento de sucesso. Entretanto, para dar início à trajetória desta família no norte paranaense, é preciso fazer uma contextualização de como ocorreu o processo de deslocamento das frentes

pioneiras e quais atores foram fundamentais para a colonização. Para desenvolver este trabalho foram utilizadas bibliografias que relatam as décadas de 1920 a 1970 e as transformações ocorridas, além de fotos, jornais e periódicos com informações sobre o processo de colonização desenvolvido no norte do Paraná e sobre a família escolhida.

No primeiro capítulo, um resgate das bases agrárias vigentes no Brasil é feito, pois para se entender como se deu a expansão de cada frente, é preciso saber primeiro qual era a maneira de adquirir as terras. Assim feita esta exposição, as duas frentes de ocupação são trabalhadas: a do Paraná Tradicional e da Região Sudoeste. Como a frente do Paraná Tradicional não adentra a região norte paranaense, então não há ligação forte entre as duas frentes. Tal distanciamento pode ser percebido até na atualidade.

No segundo capítulo, o processo de ocupação da região Norte do Paraná é discutido, utilizando-se a subdivisão de colonização *Norte Velho*, que ocorre desde a divisa nordeste com São Paulo até o rio Tibagi, colonizado entre 1860 e 1925 por mineiros e paulistas. Essa primeira fase da penetração no norte do Paraná não tinha a cultura do café como atividade principal, pois apesar do solo ser muito fértil, devido à existência da terra roxa e condições climáticas favoráveis à lavoura cafeeira, não havia caminhos para escoar a produção.

O capítulo aborda como os caminhos foram abertos e como a cultura cafeeira começou a ser desenvolvida por meio do modelo paulista de grandes plantações. Porém, essa primeira fase ficou estagnada no leito do rio Tigabi. A ação de uma companhia particular foi iniciada na segunda fase de colonização, chamada de *Norte Novo*, delimitada pelos rios Tibagi, Ivaí e Paranapanema, colonizados entre 1920 e 1950 de forma lenta até o final da Segunda Guerra Mundial. A ação da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) teve grande importância para desenvolver o processo de colonização nesta região ainda considerada *boca de sertão*, pois a região era de difícil acesso, o que não incentivava a penetração dos agricultores.

Tal Companhia, após adquirir uma grande porção de terras, adentra a então mata virgem e determina um ponto onde seria instalada, no meio da floresta, a primeira cidade (Londrina- pequena Londres em homenagem à origem dos colonizadores) de um ambicioso projeto. Estes empresários sabiam que para atrair compradores, somente a fertilidade da terra, muito divulgada nas propagandas, não era suficiente: era preciso abrir caminhos. Assim, o projeto dos cafeicultores do Norte Pioneiro de estender a ferrovia de São Paulo para o Paraná, que por falta de condições financeiras ficou parado, foi tomado pela CTNP como seu projeto. Esse processo foi fundamental para a colonização das terras fora dos limites das adquiridas pela CTNP. O *Norte Novíssimo*, que vai do rio Ivaí ao Paraná ao Piquiri e deste último até o

rio Iguaçu, no Extremo Oeste paranaense, foi colonizado entre 1940 e 1960, quando se encerrou o expansionismo da cafeicultura paranaense.

No terceiro capítulo, discorre-se sobre o deslocamento das frentes pioneiras no processo de ocupação do Paraná, e sobre como a vinda da CTNP foi fundamental para a colonização do chamado Norte Novo. Além disso, também começa a ser abordada a trajetória dos Lunardelli no Paraná e o porquê deles terem adentrado na região somente em 1938, nas terras acima do limite da Companhia. Geremia Lunardelli foi o primeiro a buscar a expansão de suas fazendas de café, e este recebeu a contribuição da estrutura organizada pela CTNP para a instalação desta no Norte Paranaense.

Ricardo Lunardelli, sempre presente nos negócios de Geremia, também decidiu ir para o Paraná. De início, o seu objetivo era a cafeicultura, porém surgiu a oportunidade de montar uma Usina de Açúcar. Tal negócio foi, e ainda é, importante para a região onde a Usina se encontra instalada; este episódio será detalhadamente exposto neste capítulo.

Os Lunardelli estiveram presente na colonização de várias cidades paranaenses; Geremia ainda atravessou a fronteira rumo ao Paraguai. Com o fim das terras para colonização no Paraná na década de 1960, os Lunardelli, neste caso representados por Nicolau, filho de Geremia, procuraram expandir seus negócios e acabaram chegando na Amazônia.

2 FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DE OCUPAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ

Em meados do século XIV, a Europa encontrava-se em meio a uma crise econômica, que foi agravada pela Peste Negra em 1348. Devido à Peste, nos centros urbanos começou a faltar mão-de-obra, provocando um desequilíbrio entre a oferta e a procura de trabalhadores. Com este desequilíbrio, os salários sofreram impactos, ocorrendo assim um aumento considerável. Estes aumentos nos salários urbanos fizeram com que os trabalhadores rurais fossem para as cidades. Como resultado desse êxodo, ocorreu uma elevação dos preços dos gêneros agrícolas, o desajustamento dos salários, a depreciação da moeda e o agravamento da crise que já vinha se manifestando desde meados do século XIV (RITTER, 1978).

A decadência da agricultura foi resultado de um longo processo evolutivo; fomes, epidemias, guerras, misérias constituíram facetas de uma crise cujas consequências alcançaram trágicos resultados, entre eles, a ruína dos campos. Os camponeses e os senhores morreram ou deixaram suas terras, abandonando os trabalhos agrícolas, os campos deixaram de ser cultivados e aproveitados (RITTER, 1978, p.7).

Abalados pela crise, tanto a nobreza quanto o clero em Portugal passaram a procurar uma solução para o problema do abandono das terras pelos trabalhadores. Assim, em 1375, D. Fernando I promulgou a Lei das Sesmarias (incorporada às Ordenações Afonsinas em 1446, no Livro IV Tit. LXXXI; p.281-295). Esta lei, segundo Ritter (1978), tinha por objetivo estimular o cultivo das terras por seus proprietários.

Com tal lei, a Coroa portuguesa procurou acabar com a ociosidade das terras, pois caso o senhorio não as cultivassem e nem as arrendassem, este perderia o direito a elas, voltando para os domínios da Coroa, e seriam distribuídas novamente para aqueles que desejassem utilizá-las. Porém, havia a condição de pagarem anualmente um quarto de sua produção à Coroa, o que desestimulava os senhores (SILVA, 1996).

Ainda segundo Silva (1996), o regime de sesmarias, adotado por Portugal, teve o objetivo alcançado, inicialmente, que era de impedir o esvaziamento do campo e o desabastecimento das cidades. No entanto, a partir do século XVI, este sistema já não surtia mais efeito.

2.1 A EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA AGRÁRIA DO BRASIL

Portugal, desde o século XV, explorava a costa africana. Assim, sucessivamente “descobriu” o cabo da Boa Esperança e a Costa do Ouro, e também encontrou um caminho alternativo para a Índia, pois a rota utilizada havia sido tomada pelos árabes. Nesta procura por um caminho alternativo, “descobriu” também o território que futuramente seria o Brasil (RITTER, 1978).

As terras recém descobertas e por descobrir pertenceriam de direito e de fato à Nação portuguesa, patrimônio do estado representado pelo soberano que administrava seu povoamento e colonização. Tendo o domínio e direito exclusivo sobre elas, mantinha o monopólio comercial, expandindo e fortalecendo suas atividades econômicas (RITTER, 1978, p.7).

O direito que Portugal possuía sobre as terras descobertas se devia à concessão dada por Nicolau V, em 1452, aos reis de Portugal de terem o direito de adquirir territórios mulçumanos, desde que os monarcas propagassem o cristianismo. Segundo Ritter (1978), a Bula *Romanus Pontifex*, de 1455, elogiava o plano de estabelecer contato com a Índia e concedia exclusividade na exploração dos territórios árabes. Ainda em defesa do cristianismo, o Papa Calixto III, em 13 de maio de 1456, expediu a Bula *Intercoetera* e a *Aeterni Regis de Xisto IV*, em 21 de junho de 1481. Tais documentos garantiam aos portugueses a posse sobre as conquistas realizadas ao longo do oceano.

Segundo Varnhagem (1962), Terra do Brasil, ou somente Brasil, foi o nome dado pelos portugueses à parte mais oriental do novo continente. Tal nome foi dado a essa terra devido ao que se encontrou nela em abundância: certo lenho que forneceu ao comércio uma tinta vermelha, sendo esta importada pela Europa da Ásia. Este lenho chamava-se *ibirapitanga*, ou pau vermelho para as comunidades aqui encontradas.

A descoberta, de início, não animou os portugueses, pois não havia sociedades organizadas com base na produção para o mercado, e sim índios que produziam somente para seu consumo imediato. “*O Brasil não preenchia os interesses mercantilistas dos portugueses*” (SILVA, 1983, p.15).

Além da falta de organização de um mercado produtor e consumidor, os portugueses não descobriram ouro como nos territórios descobertos pela Espanha. Assim, as novas terras ficaram esquecidas por trinta anos. Para os lusitanos, o interesse estava na Ásia e na África, devido aos produtos encontrados lá, como ouro, marfim, escravos negros e especiarias asiáticas (SILVA, 1983).

Apesar de não despertar interesse nos lusitanos, as terras brasileiras passaram a ser cobiçadas por outros países, principalmente a França. Isso fez com que o governo português tomasse uma providência: enviou expedições guarda-costeiras para tentar conter a invasão francesa. Porém, devido à extensão do território, era cada vez mais difícil conter os estrangeiros invasores. Logo, fazia-se necessária a colonização do Brasil, ou Portugal perderia suas terras.

A perda do monopólio de especiarias asiáticas e a expulsão dos judeus, que possuíam volumosas somas de capitais investidos em Portugal, fizeram com que a situação financeira portuguesa, que já não era, boa ficasse ainda pior. Assim, com graves problemas financeiros, colonizar o Brasil era necessário tanto para explorar suas riquezas e melhorar a situação portuguesa quanto para continuar com as terras.

Segundo Ritter (1978), quando a monarquia começou a planejar a colonização das novas terras, encontrou em sua legislação um modelo já desenvolvido com certo sucesso no reino e em suas possessões. O plano de colonização adotado foi o parcelamento das terras. Seria como no caso da Ilha da Madeira, onde aqueles com grandes posses receberam as terras no regime de sesmarias, sendo estas terras isentas de foros e tributos; no caso daqueles com pouco capital, receberiam extensões de terras conforme pudessem aproveitar no prazo de dez anos.

No entanto, no caso brasileiro, devido à extensão territorial 76 vezes maior que a metrópole e sua realidade, era necessário fazer adaptações e transformações no sistema, mas quando foram implantadas as sesmarias na colônia, Portugal não teve a preocupação de adaptar a lei à nova realidade.

Segundo Silva (1996), as primeiras normas reguladoras da propriedade da terra no Brasil surgiram devido sua condição de colônia portuguesa; logo, não era resultado de um processo interno que evoluiu, como nas formas anteriores de apropriação. Assim, para a autora, a apropriação territorial no Brasil desde os primórdios foi determinada por duas condições: a inserção no campo da expansão comercial europeia dos séculos XV e XVI; e a especificidade de posse portuguesa. Da primeira condição decorrem as características de aproveitamento econômico do novo território; da segunda condição, a transposição das normas reguladoras da propriedade da terra que era vigente em Portugal para o novo território.

Inicialmente, o território brasileiro foi dividido em grandes faixas chamadas Capitâneas. Estas faixas eram concedidas pelo rei por meio de Cartas Régias, que definiam as condições de posse e governo, e por meio das Cartas de doação e Forais, as quais

estabeleciam os poderes e obrigações dos donatários. As Capitâneas hereditárias eram estruturas jurídicas, políticas, administrativas e econômicas, transmitidas por meio da hereditariedade; o donatário destas deveria desenvolvê-la e povoá-la a sua conta e risco (CARVALHO, 2008).

Segundo Graziano Neto (1988), alguns donatários, com a perspectiva de produzir açúcar, investiram nas terras adquiridas. Outros, porém, as deixaram como receberam. Ainda com a Coroa, os donatários fizeram uma segunda divisão das faixas de terras adquiridas. Tal subdivisão era chamada de sesmarias. Na base da grande propriedade, a *plantation* iniciou a colonização do Brasil. Tal estrutura agrária de grandes faixas de terras adquiridas da Coroa irá permanecer até meados do século XIX (COSTA, 2007).

Paralelo ao sistema de sesmarias, surgiu outra forma de ocupação: a posse, representada pelos pequenos agricultores que não tinham condições de solicitar uma sesmaria. Estes se instalavam às margens dos grandes latifúndios, onde desenvolviam a agricultura de subsistência e abasteciam os incipientes centros urbanos coloniais (SILVA, 1996).

Até 1822, a forma de apropriação da terra foi por meio das sesmarias sendo extinto em julho, pouco antes de se declarar a independência política do Brasil. Durante 28 anos não houve nenhuma forma legal de adquirir terras, pois a Constituição de 25 de março de 1824 apenas garantiu o direito de propriedade das terras já legalmente transferidas a particulares. Assim, a posse tornou-se a maneira mais usual de conseguir terras (SERRA, 1992).

Assim, desde 1822 estava em pauta um novo ordenamento jurídico para a propriedade da terra, e em 1850 foi aprovada a Lei de Terras, fundamental para a história agrária. Por meio desta lei, os interesses do mercado foram firmados juridicamente (SILVA, 1983).

Guimarães (1977) afirma que, talhada pelos novos senhores do Império (os latifundiários cafezistas de São Paulo), a Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850 foi aprovada. Esta Lei, segundo o autor, tinha três objetivos principais. Já no Art.1º, encontra-se um dos objetivos, que era proibir aquisições de terras que não fosse por meio da compra, extinguindo assim o regime de posse. O segundo objetivo principal encontra-se no Art.14º, no qual era determinado que os lotes deveriam ser vendidos em hasta pública, sendo o pagamento à vista, com preços superiores aos vigentes no país. Logo, tal artigo elevava o preço da terra e dificultava sua aquisição. O terceiro objetivo estava relacionado com o faturamento das vendas, que seria empregado na importação de “colonos” para as fazendas de café. Silva (1996) ressalta que a Lei nº601 resolvia dois problemas num mesmo projeto: a imigração e a regulamentação da propriedade da terra.

Para entender o motivo da aprovação desta Lei, é necessário fazer uma contextualização sobre o que estava ocorrendo no país. Sendo fundamental para a manutenção do sistema produtivo vigente, o tráfico de escravos precisava ser regular e contínuo, pois o crescimento interno era vegetativo. Assim, com o surto cafeeiro na primeira metade do século XIX, as fazendas de café tinham como base a mão-de-obra escrava (SILVA, 1996).

Entretanto, como exigência para o desenvolvimento do capitalismo na Europa, a Inglaterra começou sua campanha contra o tráfico de escravos, resultando na proibição definitiva em 1851. Com isso, a cafeicultura brasileira começou a sofrer com escassez de mão-de-obra, pois além da proibição pela Inglaterra do comércio, pelos mares, de escravos, ela também fez pressão sobre o Brasil, até que em 1888 foi assinada a Lei Áurea, por meio da qual os escravos tornaram-se pessoas livres.

Assim, começou uma política de apoio à imigração pelos fazendeiros paulistas preocupados com suas lavouras de café. Antes, porém, era necessário alterar o regime jurídico de acesso à propriedade da terra, para impedir que estes imigrantes se tornassem proprietários de terras, e por sua vez se desviassem do que seria seu papel: trabalhar nas lavouras de café (SILVA, 1983).

Silva (1983) ressalva que a Lei de terras significou o impedimento de se conseguir um pedaço de terra para vários setores da população, e ao mesmo tempo, com esse impedimento, criavam-se as condições para que essa população estivesse disponível para as necessidades do capital. Assim, a Lei de Terras foi fator importante nas transformações capitalistas que se processaram no Brasil Imperial.

2.2 O PROCESSO DE POVOAMENTO E OCUPAÇÃO DO PARANÁ

A primeira tentativa de ocupação do território que hoje constitui o Estado do Paraná foi realizada por espanhóis, em meados do século XVI. Padis (1981) ressalta que na condição de donos de todas as terras localizadas a oeste do Tratado de Tordesilhas, estes adentraram o território paranaense por meio do Paraguai, com três objetivos ao fundar vilas no território paranaense: subordinar 200 mil índios que habitavam a região de Guairá; deter a penetração portuguesa que não estava cumprindo o Tratado de Tordesilhas; e, finalmente, constituir uma saída marítima usando o Atlântico para o Paraguai por meio da baía de Paranaguá. Assim, tal ocupação vinha do interior para o litoral.

Por meio de missionários da Companhia de Jesus (Jesuítas), os espanhóis conseguiam manter povoações nos vales dos rios Iguaçu, Ivaí, Paranapanema e Tibagi. Esta

ocupação não chegou a ser permanente e nem efetiva, pois nas primeiras décadas do século XVII, os bandeirantes, com a finalidade de conquistar o território para a Coroa Portuguesa e caçar índios que seriam utilizados como mãos-de-obra escrava nas lavouras de cana no Nordeste do país, destruíram completamente as chamadas reduções Jesuítas (COSTA, 2007).

Por outro lado, no início do século XVII, mineradores paulistas atraídos pela existência de ouro de aluvião na baía de Paranaguá, nos rios que cortam a Serra do Mar e no planalto de Curitiba, começaram a penetrar o território paranaense, iniciando desta forma, a primeira frente de ocupação, no sentido litoral interior (SERRA, 1992).

Desta primeira frente de ocupação começaram a surgir povoados que se transformaram em vilas como a de Paranaguá, que em 1649 é elevada a esta condição. Buscando ouro, estes mineradores adentraram o primeiro planalto e estabeleceram o povoado de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, que em 1693 foi elevado a categoria de vila de Curitiba (COSTA, 2007).

Esta primeira frente pioneira não ocupou, porém, por completo, o território paranaense, pois tal ocupação dependia também de outras frentes pioneiras. Na primeira frente de ocupação, a pecuária era a atividade predominante e o regime jurídico de repartição da terra eram as sesmarias. Já no caso das outras frentes, o que as moviam economicamente era a agricultura de mercado interno e externo e a base do processo de repartição de terras cabia à colonização empresarial (SERRA, 1992).

Em seu trabalho, Machado (1951) relata que o processo de povoamento e ocupação do território paranaense é resultado do deslocamento de três frentes pioneiras distintas: a frente do *Paraná Tradicional*; da *Região Norte*; e a da *Região Sudoeste*. Padis (1981) também chama atenção para esta divisão no processo de povoamento:

[...] esse Estado se formara historicamente em períodos diferentes com ciclos econômicos distintos e não relacionados entre si [...].

[...] O norte do Estado é o prolongamento da economia paulista, sendo vinculado a ela. A região sudoeste foi ocupada em consequência de problemas que atingiram o Rio Grande do Sul, e os vínculos dessa região logo eram com este Estado. Quanto ao chamado “Paraná Velho”, cuja formação datava época bem mais antiga, era a única parte do Estado que podia ser considerada paranaense.

Figura 1- Processo de ocupação das três frentes pioneiras



Fonte: Machado (1951).

2.3 A COLONIZAÇÃO DO PARANÁ TRADICIONAL

Vicentistas que procuravam ouro no litoral paulista, por volta dos anos de 1630-1640, chegaram ao litoral paranaense, onde descobriram aluviões auríferas nos rios que desciam da Serra do Mar. A descoberta de ouro no atual território paranaense fez surgir os primeiros arraiais litorâneos; o de maior importância é aquele que, futuramente, se tornaria a cidade de Paranaguá (BERNARDES, 1952).

Pelo tipo de atividade, os mineradores eram instáveis; assim, na medida em que os veios auríferos iam esgotando, estes se deslocavam para novas regiões de extração mineral. Também havia o fato de que o litoral e a bacia do Ribeira, diferentemente de outras regiões mineradoras como as de São Paulo, não ofereciam condições físicas favoráveis ao povoamento, pois seus vales eram insalubres e a serra possuía encostas íngremes e era coberta por mata densa de difícil penetração. Foi desta forma que os colonizadores subiram a Serra do Mar e alcançaram o planalto curitibano (CODESUL, 1976).

Porém, a extração de ouro não se manteve por muito tempo, pois por volta dos anos de 1720 e 1730 a atividade entrou em crise, devido à quantidade de ouro naquelas terras ser pequena, e isso fez com que grande parte dos exploradores se deslocasse para outras regiões do país em busca do metal (SERRA, 1992).

[...] muito cedo, porém, escassearam as aluviões auríferas e o trabalho nas grupiarias tornou-se cada vez mais ingrato. Povoados efêmeros surgiram e em poucos anos entraram em decadência. Concomitantemente, novos focos de povoamento revelaram-se com a descoberta do ouro em Minas Gerais e

Cuiabá. Deste modo, ao se iniciar o século XVIII, acelerou-se o declínio da mineração no território do atual estado do Paraná (BERNARDES, 1952,p.57).

Com o fim da mineração, novos ciclos ao longo dos séculos iriam ser desenvolvidos na região do Paraná Tradicional, formando assim suas características (SERRA, 1992).

Segundo Bernardes (1952), o primeiro ciclo após a decadência da mineração a se desenvolver na região foi a pecuária e o tropeirismo. Assim, mudou-se o eixo da economia e a “bateia” foi substituída pelo “laço”, a “lavra” deu espaço ao “curral” e os “arraiais” ao poucos foram desaparecendo. Aqueles mineiros que renunciaram a partida em busca do eldorado, tornaram-se tropeiros e criadores de gado.

Cabe salientar que a forma mais comum de apropriação da terra, ainda no século XVIII e início do século XIX em todo o Brasil, e que esteve predominante na frente de ocupação do Paraná Tradicional, era por meio da concessão de sesmarias ou pela posse, em que os indivíduos ocupavam as terras devolutas.

Logo, o monopólio da terra foi garantido aos primeiros colonizadores e seus descendentes desde o primeiro século de colonização pelas sesmarias. Todavia, em muitos casos, a terra era abandonada devido a fracassos no processo de ocupação. Assim, esta passava a pertencer a quem a ocupasse: o chamado posseiro, pois essa era única maneira dos colonos pobres e indígenas terem acesso a terra.

Tal estrutura agrária, baseada no sistema de sesmaria, influenciou o processo de ocupação da primeira frente do *Paraná Tradicional*. Segundo Serra (1992), no final do século XVIII as terras dos Campos Gerais estava ocupadas predominantemente por grandes propriedades;

Baseada nos latifúndios campeiros da criação de gado, nos engenhos de beneficiar erva-mate, nas serrarias de pinheiro, formou a sociedade paranaense tradicional que criou o sistema de Província monárquica e do Estado republicano. Mas não chegou a ocupar todo o território do Paraná (WESTPHALEN, 1968.p.2).

De início, a pecuária surgiu devido à necessidade em abastecer as populações mineiras e as fazendas de gado que foram surgindo no Paraná. Roçar, semear e cuidar de plantações acabava tomando muito tempo dos mineiros; já a pecuária, da maneira como era desenvolvida, dava pouco trabalho. Essa necessidade de abastecimento foi se tornando cada vez maior e impulsionou cada vez mais tal atividade. Com isso, as fazendas foram se multiplicando e o povoamento se expandindo pelas zonas de campo localizadas mais a oeste.

Segundo Silva (1983), na região dos Campos Gerais a pecuária encontrou condições favoráveis para se desenvolver, devido ao bom solo, relevo, vegetação e clima.

O desenvolvimento do tropeirismo paranaense está relacionado com a descoberta de ouro nas regiões de Caetés e no vale do Rio das Velhas em Minas Gerais. Estas regiões estavam separadas por centenas de milhas, que se estendiam por diversas serras, do porto onde se exportavam os minérios, que se localizava no Rio de Janeiro. Assim, os muares eram o único meio de transporte para as cargas (CODESUL, 1976).

De início, os Campos Gerais eram apenas zona de passagem conhecido como “caminho sul” ou “caminho do Viamão”, que começando no estuário do Guaíba, chegava a Sorocaba e encontrou ali uma via natural de desenvolvimento. De início, surgiram internadas locais para descanso e recuperação dos animais. Com o aumento da rentabilidade de tal atividade e a compra de animais no Sul para revenda em Sorocaba, os tropeiros começaram a estabelecer fazendas pelos planaltos, aproveitando as pastagens locais e sua posição estratégica, que facilitava o abastecimento dos mercados (COSTA, 2007).

Entretanto, já no final do século XVIII, com o declínio da economia do ouro, a procura por animais e seus preços começaram a diminuir. Por conta disso, o tropeirismo entrou em recessão. Tal atividade ganhou novo impulso, porém, por pouco tempo, pois em meados do século XIX, com a expansão da cafeicultura paulista, com as ligações ferroviárias para o transporte do café entre as zonas produtoras e os portos, os muares foram esquecidos (CODESUL, 1976).

Assim, com o declínio da pecuária e do tropeirismo, a frente pioneira, que antes só utilizava os campos, começa a avançar sobre a mata de araucárias a fim de fomentar novas atividades econômicas, baseadas no extrativismo e beneficiamento. Com isso, outras atividades econômicas entraram em cena.

Nos primeiros séculos de povoamento do Paraná o mate era produzido apenas para consumo local, tendo pouca importância econômica. Este quadro começa a mudar quando o Paraná encontra a possibilidade de exportar a erva cancheada para os mercados da região da Prata (Buenos Aires e Montevideu) e Chile (BERNARDES, 1952).

Desde o século XVI, os mercados platinos eram abastecidos pelos ervais paraguaios e a erva mate vinha principalmente das reduções jesuíticas; posteriormente, grandes proprietários e Corrientes passam a dominar tal mercado (CODESUL, 1976).

No entanto, partir da década de 1850, devido a atritos (Guerra do Paraguai) entre os países importadores e o país exportador, aliado a uma nova técnica de defumação das folhas utilizadas, onde o sabor tornava-se mais atraente para as populações platinas, o Paraná se

tornou o principal fornecedor de erva-mate para as populações platinas (BERNARDES, 1952).

Cabe ressaltar que, assim como a pecuária, a exploração da erva-mate teve como base a grande propriedade, devido a concessões de grandes faixas de terras obtidas por companhias privadas para produzir mate.

[...] a conjuntura favorecia um tipo de ocupação extensiva, rarefeita, pela concessão de grandes tratos de terras devolutas, pelo Governo do Estado, a companhias particulares, exploradoras do mate e da madeira, sem quaisquer ligações com a comunidade paranaense e sem efetiva colonização do território concedido [...].

[...] a ação, porém, das companhias foi tipicamente depredatória e espoliadora. Eram, via de regra, companhias estrangeiras, inglesas ou argentinas. Muitas nem sequer tentaram a colonização, como no caso das concessões feitas à Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, em troca da construção da ferrovia, e que somavam milhões de hectares no Sudoeste, Oeste e Noroeste do Paraná, sucedida, em 1920, pela Cia. Brasileira de Viação e Comércio - BRAVIACO. Outras apenas se dedicaram à extração da erva e da madeira. Devastaram a floresta, retirando-lhe a madeira de lei que, pelo Rio Paraná, era exportada para a Argentina, além de arrasarem os ervais, com a exploração do mate, também para a Argentina. Acresce o fato que, muitas vezes, tanto o mate como a madeira, eram simplesmente contrabandeados [...] (CODESUL, 1976, p.25 e 26).

No entanto, tal ciclo, segundo Barthelmess (1962), se estagnou na década de 1930 devido à concorrência do mate argentino.

No caso da extração de madeira, até meados do século XIX esta atividade era desenvolvida a nível artesanal, com poucas perspectivas de melhora. Segundo (Magalhães, s.d), esta situação começa a mudar no final do século XIX, devido ao crescimento da economia brasileira, por causa do café, e da expansão da economia argentina, motivada pela demanda europeia por seus produtos, como carnes, trigo, lã e linho. Isso tudo fez com que o mercado madeireiro paranaense ganhasse impulso, pois as florestas do Sul do Brasil estavam em posição privilegiada.

Porém, o destaque para o setor vem com o advento da Primeira Guerra Mundial, pois devido ao conflito, o Brasil teve suas importações de madeira advindas da Europa reduzidas e a madeira paranaense ganhou espaço no mercado interno e no latino americano (CODESUL, 1976).

Tanto o setor ervateiro quanto o madeireiro se consolidaram no período entre guerras. Estas atividades sempre foram paralelas e ambas concentravam-se no segundo planalto. Quando o mate entrou em crise, na década de 20, a exportação de madeira assumiu

uma importância maior; porém, a partir da década seguinte, influenciado pela Grande Depressão, o setor madeireiro começou a entrar em decadência (PADIS, 1981).

As características dos dois setores eram semelhantes, e a exploração se dava por meio de grandes propriedades (geralmente adquiridas do Estado, por concessionárias, proprietários ou posseiros locais). Com relação à forma de trabalho, era por meio de empreita ou emprego direto, sendo utilizada a mão-de-obra cabocla e de imigrantes que não estavam fixados. Com a crise da atividade ervateira, o setor madeireiro absorveu a mão-de-obra desempregada.

No entanto, apesar do ciclo madeireiro ter contribuído com a formação de capital, com o fortalecimento de uma burguesia local, com a introdução de veículos motorizados para transporte da madeira e com a construção de redes viárias, no aspecto de ocupação e uso do solo este ciclo teve pouca contribuição.

Com a estagnação do ciclo madeireiro, encerrou-se o período histórico de uso e ocupação das áreas do chamado *Paraná Tradicional*. As características atuais da região se devem muito aos ciclos que ali foram desenvolvidos ao longo dos séculos.

2.4 O POVOAMENTO DO SUDOESTE DO PARANÁ

Por se tratar de região fronteira, antes de seu povoamento efetivo, a região sudoeste paranaense foi palco de diversas disputas: a primeira foi entre Brasil e Argentina, devido a indefinições sobre os limites celebrados pelo Tratado de Santo Ildefonso de 1777. Tal impasse só teve fim em 1895, quando o então presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland, escolhido como árbitro, concedeu ao Brasil o território em questão (AMANCIO, 2009).

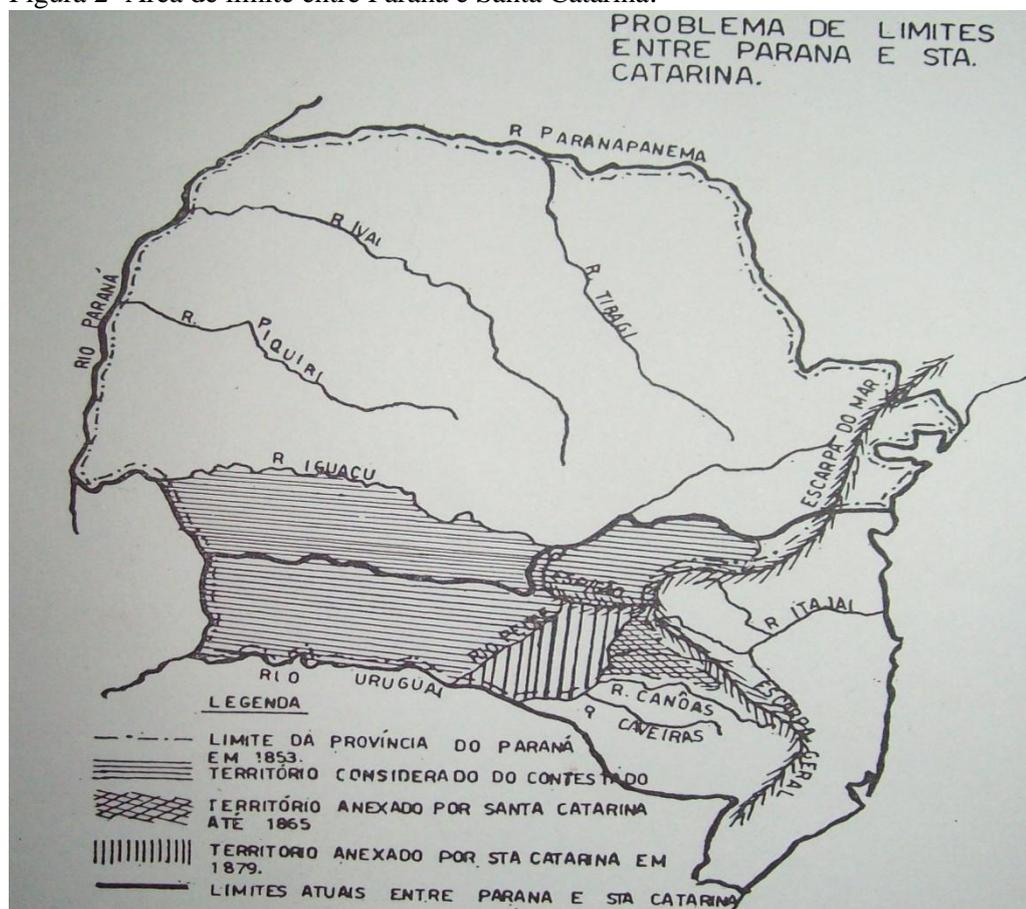
Outro conflito com relação a questões de fronteira nesta região foi protagonizado pelo Paraná e Santa Catarina. Segundo Wachowicz (1985), a província de São Paulo na primeira metade do século XIX prolongava-se até o Rio Uruguai. Na sua parte meridional, a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul servia de limite. No entanto, em 1853, a quinta comarca torna-se a Província do Paraná. Apesar do desmembramento da Província de São Paulo, a quinta comarca, acreditava continuar com os direitos em relação aos limites meridionais.

[...] seu limite com a Província de Santa Catarina iniciava-se então na barra do rio Sai-Guaçu, no Oceano Atlântico; seguia por este até encontrar as nascentes do rio Negro, daí até seu afluente, o rio Preto, até suas nascentes na Escarpa Geral, pelo divisor de água desta, até as nascentes do rio Marombas, por este, até o rio Canoas afluente do rio Uruguai, e pelo Uruguai, fazendo já então fronteira com o rio Grande do Sul, até encontrar o

limite com a Argentina, formado pelos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio (WACHOWICZ, 1985, p.145).

Entretanto, não havia um acordo legal de fronteiras entre as duas províncias, e em 1901 o Paraná foi surpreendido com uma ação judicial apresentada ao Supremo Tribunal Federal, na qual Santa Catarina reivindicava a fronteira pelos rios Sai-Guaçu, Negro e Iguçu. O território em disputa compreendia uma área de 48.000 km², e ficou conhecido como Contestado.

Figura 2- Área de limite entre Paraná e Santa Catarina.



Fonte: Wachowicz (1985).

A delimitação da fronteira só foi resolvida em 1916, com a intervenção do Presidente Wenceslau Braz, ficando então o Paraná com 20.000 km² e Santa Catarina com 28.000 km².

No processo de ocupação do território que compreende o Estado do Paraná atualmente, a região Sudoeste é considerada a ocupação mais recente e os problemas de delimitação de fronteira e o difícil acesso fizeram com que essa região não despertasse grande

interesse. Até as primeiras décadas do século XX, o mar era o único meio de comunicação (WACHOWICZ, 1985).

Segundo Santos (2008), na região Sudoeste observam-se três fases distintas da frente de expansão. Na primeira fase, período que vai até a década de 1940, verifica-se um processo livre de ocupação no qual não há a preocupação com a propriedade da terra; nesta fase existe o predomínio de índios e caboclos¹.

Entretanto, a partir da década de 1940, o cenário começa a mudar com a chegada de migrantes vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Juntamente com estes, se instalam na região as companhias de colonização cujos objetivos nesta segunda fase são: a propriedade da terra, o enriquecimento e a diferenciação da vida com relação aos primeiros habitantes.

Na última fase tem-se a concretização do povoamento, baseado nas pequenas propriedades familiares onde se praticava a policultura, com formação de pequenas cidades, havendo o predomínio de traços étnicos e culturais dos migrantes gaúchos e catarinenses.

Quando o Paraná ainda pertencia à Província de São Paulo, houve por parte do governo paulista uma discreta tentativa de colonizar a região Sudoeste em 1819, com a criação da cidade de Guarapuava. Após sua emancipação, o Paraná, no final do mesmo século, criou Palmas. O governo paranaense, ainda em 1878, criou 18 núcleos populacionais, no entanto tais núcleos, mesmo próximos às margens de cursos de água e próximos a Guarapuava, foram desaparecendo, pois suas populações migraram para Ponta Grossa (PADIS, 1981).

No caso da colônia militar do Chopim, instalada em 1882, e da colônia Foz do Iguaçu, estas surgiram por questões de limites com a Argentina, razões de segurança e soberania do território.

No começo do século XX, a região Sudoeste ainda era considerada um vazio demográfico, devido às tentativas fracassadas do governo de promover a colonização de tal área. A situação só começa a mudar a partir de 1900 quando ocorre uma “sorradeira penetração” nas florestas da região Sudoeste. Esta primeira penetração não teve caráter de uma fronteira em marcha.

No período de 1900 a 1920, primeira fase de penetração na região Sudoeste, a população salta de 3000 habitantes para 6000 habitantes. Segundo Wachowicz (1985), estes

¹ A etimologia para caboclo vem do tupi: *caá*, mato, monte, selva; e *boc*, retirado, saído, provindo, oriundo. No Brasil, caboclo seria aquele indivíduo que se detém a uma produção agrícola de subsistência, e tem a floresta como sua moradia. Ainda, a este, vincula-se uma vida baseada na caça, pesca e coleta, e tem sua localização em florestas inóspitas, para fins de segurança, pois são considerados a “periferia da sociedade oficial”.

novos moradores estavam à procura de espaço para sobreviver, pois eram peões e agregados das fazendas de Palmas e Clevelândia que se embrenharam nas florestas rumo ao oeste a procura de terras para desenvolver agricultura de subsistência. À procura de terras, moradores da região de Guarapuava e Campos Gerais também adentraram as terras no sentido oeste. Por ser uma região pouco habitada, havia aqueles foragidos da justiça do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Corrientes. “*Alguém que matasse no Rio Grande do Sul, que fizesse uma arte, vinha refugiar-se no Paraná. Este Estado era um escape, era sinônimo de sertão. Eles diziam Praná* (WACHOWICZ, 1985. p. 109).

Existiam ali ainda posseiros que foram expulsos da região do Contestado, pois estavam nas terras da *Brazil Railway Co*; além de paraguaios e argentinos que, à procura de erva mate, atravessavam a fronteira.

Diferentemente do *Paraná Tradicional* e do norte paranaense, que tiveram suas terras ocupadas devido a alguma atividade econômica, na região sudoeste foi a expulsão de indivíduos de áreas já saturadas que caracterizou sua colonização (CODESUL, 1976).

Assim, segundo Boneti (2005), até 1940 os caboclos estiveram presentes na região sudoeste. Estes praticavam uma agricultura de subsistência, utilizavam a queimada para limpeza da área e a cinza como fertilizante, pois não possuíam técnicas modernas. Para a recuperação da terra, utilizavam a técnica de pouso, pois quando as terras se esgotavam, eles adentravam a mata abrindo novas clareiras. Nesta fase não havia preocupação com a legalização da propriedade. Wachowicz (1985) ressalta que o sistema de aquisição de terras vigente no sudoeste paranaense, até início do século XX, era a posse, e aos interessados pelos lotes era entregue um documento em pedaços de papel sem valor legal (faltava escritura) onde era relatada a transação.

As grandes propriedades no país tinham suas produções voltadas para exportação (açúcar, café). Assim, a agricultura de subsistência não tinha vez nos grandes latifúndios, pois estes eram abastecidos pelos tropeiros que, andando pelos sertões, compravam a produção dos posseiros. O governo também se beneficiava com essa prática, uma vez que não gastava com derrubadas de matas e nem com a construção de caminhos. Outra vantagem para o governo era que os indivíduos incômodos para os núcleos já formados acabavam se deslocando para esta frente de colonização, e isso fazia com que a posse fosse um escape para tensões sociais. Cabe salientar que a posse não era definitiva e com a chegada dos agricultores com capital nessas, os posseiros acabavam sendo expulsos (WACHOWICZ, 1985).

Os caboclos, além de praticarem a agricultura de subsistência, também viviam da extração da erva mate, da comercialização de pele de animais e da criação de suínos no mato.

Isso lhes dava algum dinheiro para comercializar com a Argentina produtos como sal, querosene, tecidos e outros manufaturados (BONETI, 2005).

Entretanto, com a urbanização no Estado de São Paulo nas primeiras décadas do século XX, ocorreu um impulso na criação de suínos no sul do país, e nas regiões produtoras de erva mate a atividade de criação de suínos foi bem recebida. Nos meses de inverno, ocorria a safra do mate; já no verão, era a suinocultura que ocupava o caboclo (WACHOWICZ, 1985).

Ainda segundo Boneti (2005), foi o capital advindo do comércio de erva mate e dos couros de animais que possibilitou aos caboclos investirem na criação de suínos.

A situação começou a mudar nas décadas de 1920 e 1930 quando agricultores de origem italiana e alemã deram início à primeira frente de povoamento efetiva, rumo ao sudoeste paranaense. O motivo de tal deslocamento estava relacionado com a proliferação de minifúndios antieconômicos no Rio Grande do Sul. Totalmente divididas as terras por sucessivas transmissões a título de herança, mais de 500 famílias se deslocaram para a região sudoeste, que viam naquela região a possibilidade de ocupar uma porção de terras maior, e os preços para compra eram duas a três vezes menores que no Rio Grande do Sul (CODESUL, 1976).

Os novos povoadores sempre traziam equipamentos e técnicas mais sofisticadas do que aquela praticada pelo caboclo, e recursos financeiros para sua instalação. Segundo Serra (1992), esta nova frente de povoamento tinha duas alternativas para aquisição da terra: a primeira era comprar a posse já aberta pelo caboclo, ou abrir sua própria; independente da escolha, estes teriam que conviver.

Sinhorini (2007) ressalta que a chegada dos gaúchos e catarinenses provocou um efeito desagregador sobre a economia cabocla, o desbravamento da terra passou a ter caráter capitalista.

A terra, como objeto de propriedade ou de posse, tem sua relevância determinada, no processo de expansão do capitalismo, pelo menos sob duas formas: como meio de produção e como objeto de especulação imobiliária [...], sob a primeira forma ela se constitui no meio de produção fundamental que garante a reprodução da agricultura camponesa, [...] transformando a posse de um pedaço de terra em propriedade privada e meio individual de produção. Por outro lado, sob a segunda forma, os objetivos de se garantir o domínio ou a apropriação privada da terra se concretizam no interesse de apropriação de lucros decorrentes do processo de sua mercantilização, pura e simples (REGO, 1979.p. 87).

Ainda na década de 1930, ocorreu uma reviravolta no quadro ocupacional do sudoeste paranaense, o que dinamizou o avanço da frente pioneira. Com a Revolução, o General Mario Tourinho assumiu o Governo Provisório do Paraná e apurou muitas irregularidades nos contratos firmados entre o Estado e a Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, e depois a Companhia Brasileira de Viação e Comércio (BRAVIACO), para a construção da estrada de ferro Guarapuava- Foz do Iguaçu. Foi constatado que as companhias não cumpriram as cláusulas contratuais. O Interventor, então pelo Decreto nº20, de 20 de janeiro de 1931, reintegra aos domínios do Estado, aproximadamente 2.100.000 hectares; assim, a região sudoeste deixava de ser um imenso latifúndio nas mãos de companhias estrangeiras, que só tinham como interesse o acesso às reservas naturais, e se tornavam terras devolutas que deveriam ser colonizadas (COLNAGHI, 1984).

Como a região sudoeste está localizada praticamente toda dentro dos limites da chamada “faixa de fronteira”, o governo federal passou a se preocupar em promover uma colonização dirigida e planejada nesta região, pois esta vinha sendo, aos poucos, tomada por argentinos e paraguaios (REGO, 1979).

Tal preocupação em perder território fez surgir por parte do governo federal o movimento denominado “marcha para o Oeste”. Neste caso, o governo procurou resolver dois problemas: o alívio de zonas gauchas e catarinenses densamente ocupadas; e a ocupação das fronteiras políticas e econômicas do país, até então considerada vazia demográfica (SERRA, 1992).

Em 12 de março de 1943, pelo Decreto-Lei nº 12.417, foi criada a colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), com o objetivo de organizar e distribuir lotes que variavam entre 24 e 50 hectares, numa área de aproximadamente 300 mil hectares (REGO, 1979).

Segundo Wachowicz (1985), para recepcionar os colonos foi construído um povoado chamado Santa Rosa, onde eles ficavam de 10 a 20 dias esperando sua casa ser construída de graça. Além da casa, o colono passava por exames médicos e caso estivesse com alguma doença, este era tratado pela administração da colônia, também gratuitamente. Este ainda recebia ferramentas e sementes para trabalhar em sua terra. Segundo o autor, até 1950, a CANGO proporcionou as melhores condições de fixação para o colono. No entanto, a administração não podia oferecer a escritura definitiva, somente documentos provisórios já que a criação da colônia não era legal. A partir da mudança na administração para o INIC, em 1955, tornando a colônia núcleo, começou a haver a cobrança de pagamento para o documento legalizado de propriedade.

Com a facilidade em conseguir terras, os colonos responderam positivamente a “marcha para Oeste”, e em 1947 havia 467 famílias cadastradas. Dez anos depois havia 2725 famílias na CANGO (SERRA, 1992).

Ainda segundo Serra (1992), paralelamente à CANGO, também começou a serem desenvolvidos na região projetos de colonização privada, que dinamizaram o avanço da frente pioneira até fazer com que ela se encontrasse com a frente norte, que avançava na sua direção já na década de 1940. Com esse encontro, completou-se a ocupação do espaço Noroeste-Sudoeste.

3 OS PAULISTAS E MINEIROS NO NORTE DO PARANÁ

Segundo Padis (1981), o Paraná caracteriza-se fisiograficamente em cinco regiões: a baixada litorânea; a serra do mar; o primeiro planalto; o segundo planalto; e o terceiro planalto. Com relação à cobertura vegetal, esta se divide em três grandes grupos: Floresta Ombrófila Mista, conhecida como Floresta de Araucárias; a Floresta Ombrófila Densa, também chamada de Mata Atlântica; e a Floresta Estacional Semidecidual (HIERA, VERCEZI, 2010).

Para Maack (1968), existe uma grande diversidade com relação à fertilidade dos solos paranaenses, sendo esta diferença em relação à fertilidade que contribuiu para o avanço das frentes pioneiras.

Analisando-se os solos dos planaltos que compõem o território paranaense, percebe-se que o único propício para a agricultura é o terceiro. No caso do primeiro planalto, encontram-se os solos tipos “massapé”, “salmorões” e como menor frequência os “calcários” provenientes de rochas pré-devonianas. Assim, com essa composição, a fertilidade em tal região para a agricultura é muito baixa. Quando analisado o planalto de Ponta Grossa, conhecido como segundo planalto, conclui-se que este também possui certa variedade de solos, sendo a maior parte pobre em ácidos e com facilidade para a erosão.

Assim, segundo Maack (1968), os 48.850 quilômetros quadrados do segundo planalto, assim como o primeiro planalto, são de baixa fertilidade para o desenvolvimento da agricultura. Pelo processo de ocupação exposto anteriormente, percebe-se que nestas regiões houve o predomínio da agricultura de subsistência sem pretensões de produzir para o mercado da pecuária e extrativismo, sendo que para estas duas últimas atividades não necessariamente se precisam de terras férteis, como no caso da agricultura.

O norte paranaense encontra-se no chamado terceiro planalto, e tal localização é privilegiada para a agricultura, o que contribuiu para o avanço da frente pioneira vinda de São Paulo e Minas Gerais.

Esse último, também chamado de planalto de Guarapuava, é uma parte do maior derrame de efusivas básicas que se conhece na crosta da terra, a qual recobre uma superfície da ordem de um milhão de quilômetros quadrados, dos quais 135.000 estão no Estado do Paraná (PADIS, 1981.p 1).

No terceiro planalto, assim como nas outras regiões, os solos não são uniformes. O paralelo 24° funciona como uma divisão ao sul com a maior parte do terceiro planalto; encontram-se ali solos cuja coloração varia do marrom ao vermelho que são profundos, porosos e de fácil permeabilidade que os deixa com uma grande capacidade hídrica. As terras abaixo do paralelo 24° possuem baixa fertilidade química, pouco cálcio e fósforos assimiláveis e alto grau de acidez, entretanto, a adubação orgânica e a calagem conseguem corrigir esses problemas com êxito (PADIS, 1981).

Apenas um terço do terceiro planalto está situado ao norte do paralelo 24° e a fertilidade das terras nesta localização é excelente devido a setenta por cento de o território ser composto de “terra roxa legítima” e “terra roxa misturada”. No entanto, seguindo para noroeste existe uma faixa de terras arenosas que são pobres em elementos químicos e facilmente permeáveis pela água e ar, fazendo com que ocorra erosão rápida (PADIS, 1981).

Para Bernardes (1952), os padrões de bom solo devido à presença da terra roxa eram revelados por meio da cobertura vegetal, pois este era praticamente todo recoberto pela mata latifoliada perene subtropical (Floresta Estacional Semidecidual), sendo esta mata rica em madeiras de lei, como a figueira branca (*Ficus pohliana* Mig.), o pau d’alho (*Gallezia gorazena* Vel. Mig) e a timbaúva (*Enterolobium ellipticum* Benth.). Ainda segundo Hierá e Vercezi (2010), outras espécies como a canjarana (*Cabrlea cangerana* Sald.) e cedro branco (*Cedrela fissilis* Voll.) também são encontradas neste tipo de mata.

Nas matas do norte paranaense ainda encontravam-se três espécies de árvores com grande valor comercial: a peroba (*Aspidosperma polyneuron* Muell. Arg.); diversas espécies de lauráceas, mais conhecidas como canelas; e as meliáceas, comumente chamadas de cedros (MAACK, 1968).

Além do solo e da cobertura vegetal, o clima do norte paranaense contribui para sua individualidade com relação ao resto do estado. Tal região encontra-se numa zona de transição entre o clima subtropical e o tropical. Mesmo apresentando temperaturas baixas, seu regime pluviométrico já é caracterizado por duas estações bem definidas: verões chuvosos e invernos secos, essencial para o desenvolvimento de atividades agrícolas como a cafeicultura (BERNARDES, 1952).

No entanto, esta zona de transição provoca dois eventos climáticos muito prejudiciais à cultura do café: a geada branca e a geada negra.

Ainda que esses fenômenos não ocorram habitualmente, registraram-se fortes geadas negras em 1942, 1953, 1955 e a mais intensa em 1975, ocasionando, após esta, um grande êxodo rural e o fim das lavouras de café.

3.1 O POVOAMENTO DO NORTE DO PARANÁ

No século XVI ocorreram os primeiros indícios de povoamento no Norte do Paraná, por meio de missões religiosas instaladas por jesuítas. Estas missões foram totalmente aniquiladas pelas expedições bandeirantes, ficando somente as ruínas desses povoados. Por ter sido curta e não ter ocasionado mudanças significativas na região, estes povoados acabaram não sendo mencionados nos trabalhos cujos temas é a colonização da região norte do Paraná (SERRA, 1992).

Segundo autores como Luz (1997) e Padis (1981), a ocupação do setentrião paranaense teve início de forma oficial com a instalação da colônia militar de Jataí em 1853. Ligada apenas por um caminho a Curitiba, as funções desta colônia era estabelecer ligação e fiscalizar o trânsito de tropas e mercadorias que se dirigiam para o Mato Grosso e Paraguai. No entanto, o desenvolvimento econômico e o povoamento desta região não tiveram êxito, mantendo-se estagnados por mais de vinte anos (PADIS, 1981).

Somente nas três últimas décadas do século XIX a região norte do Paraná passou a ser ocupada efetivamente. Monbeig (1984) relata que as terras no Estado de São Paulo, devido à legislação fundiária, sempre pertenceram a particulares, tanto floresta como campos, e esta condição se deu devido à fase inicial de povoamento e à perseverança dos grileiros.

No caso do Estado vizinho, o Paraná, a situação era diferente, pois o governo do Estado possuía grandes extensões de terras. A Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850 (Lei de Terras), a fim de regularizar a propriedade da terra, levou em consideração as novas necessidades econômicas e proibiu a aquisição de terras públicas de qualquer maneira que não fosse por meio de compra. Logo, doações da coroa e ocupação já não eram mais formas legais de adquirir terras, e coube ao governo imperial executar a política de terras e colonização. Entretanto, a ocupação efetiva foi mínima, talvez por falta de interesse ou mesmo condições (LUZ, 1997).

Com a República, as terras devolutas se tornaram propriedade dos respectivos estados, sendo de sua responsabilidade administrar tais terras. O Governo do Paraná, de início, não fez grandes alterações na política de colonização, somente criou alguns centros de colonização. No entanto, o aumento na arrecadação estadual se tornava uma necessidade e tendo em vista o interesse que as terras do norte paranaense passaram a despertar nos mineiros e paulistas, o governo do estado decidiu fazer mudanças na política agrária e no sistema de colonização, colocando à disposição as terras devolutas para a ocupação permanente.

Segundo Cancian (1981), essa política adotada pelo Governo do Paraná em conceder terras a particulares na região norte do Paraná tornou-se uma grande fonte de renda. Sendo loteadas tais terras, os impostos de transferência iam para os cofres do Governo do Estado.

O processo histórico de colonização da região norte do Paraná pode ser subdividido em: *Norte Velho*, desde a divisa nordeste com São Paulo até o rio Tibagi, colonizado entre 1860 e 1925 por paulistas e mineiros; *Norte Novo*, delimitado pelos rios Tibagi, Ivaí e Paranapanema, colonizado entre 1920 e 1950 de forma lenta até o final da Segunda Guerra Mundial, acelerando posteriormente e *Norte Novíssimo*, do rio Ivaí ao Paraná e ao Piquirí e deste último até o rio Iguaçu no extremo oeste paranaense, colonizado entre 1940 e 1960, quando se encerrou o expansionismo da cafeicultura paranaense (CANCIAN, 1981).

3.2 O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO NORTE VELHO

A região cortada pelos rios Cinza, Laranjinhas e das Antas, com limite a oeste do rio Tibagi, ao norte o Paranapanema e a leste o rio Itararé, é denominada “*Norte Pioneiro*” ou “*Norte Velho*”, onde os primeiros pés de café foram plantados. Seu processo de povoamento teve início em meados do século XIX, sendo realizado por particulares de maneira espontânea e lenta. Entretanto, no século seguinte este processo se intensificou (CANCIAN, 1981).

Ainda segundo a autora, foi por meio dos cursos superior e médio do rio Itararé que ocorreram as primeiras penetrações, com a instalação da colônia mineira (1862), atualmente a cidade de Siqueira Campos. Depois foram surgindo outros povoados: atuais cidades de Santo Antônio da Platina (1866); Venceslau Braz (1867); e São José da Boa Vista (1867).

Monbeig (1984) atribui nesta primeira fase a procura de terras no norte paranaense a diversos fatores, dentre eles, a crise econômica gerada pela decadência das minas de ouro e a Guerra do Paraguai. Cabe ressaltar que neste primeiro momento somente os mineiros realizavam a travessia da fronteira para o norte do Paraná.

Como as minas de ouro demandavam muares, os tropeiros mineiros procuravam atender a demanda trazendo animais do extremo sul do país; estes tinham por obrigação que atravessar o rio Itararé, na divisa atual São Paulo e Paraná. Em suas passagens, os tropeiros tomavam conhecimento da existência mais ao norte de grandes extensões de terras devolutas. Mesmo sabendo destas terras, foi somente com o fracasso do movimento de inspiração liberal de 1842 em São Paulo e Minas, que as terras dos vales do Itararé e Cinza começaram a despertar o interesse dos mineiros, pois a situação política de muitos tropeiros e proprietários de terras era delicada (WACHOWICZ, 1987).

Neste primeiro estágio de povoamento, não se pode afirmar que tais pioneiros tivessem como principal objetivo a formação de fazendas de café, já que o consumo do produto no estado era baixo e a localização norte paranaense distante dos portos; superar a distância foi difícil, devido à falta de caminhos que ligassem satisfatoriamente a produção aos mercados consumidores, deixando as exportações inviáveis (CANCIAN, 1981).

Wachowicz (1987), em seu trabalho, comprova a falta de desenvolvimento da cultura cafeeira nos primeiros núcleos como São José da Boa Vista, Colônia Mineira e Tomasina. Nestas localidades se plantava algodão, arroz, feijão e fumo. De modo geral, segundo o autor, a sociedade que surgiu no *Norte Pioneiro* possuía as mesmas características da mineira e paulista dos tempos coloniais, isto é patriarcal, escravocrata e latifundiária. Entretanto, cabe ressaltar que nem toda a população estava ligada aos latifúndios, pois pequenos sitiantes e alguns posseiros conseguiram se instalar na região. Mas todos passavam pelo mesmo problema: a dificuldade em escoar a produção.

Com o avanço dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana e o crescimento da urbanização no Estado de São Paulo, no início do século XX a pecuária de suínos ganha importância para a região, além da produção de algodão, arroz e feijão (TRINTIN, 2006).

Segundo Wachowicz (1987), o sistema utilizado na criação de porcos era o da *safra*, que consistia na derrubada de 20 a 50 alqueires, queimada da mata, plantação de milho, batata-doce e abóbora. Quando as culturas estavam chegando à época de colher, o *safrista* percorria a região comprando os porcos dos sitiantes. Todos eram colocados em mangueirões e soltos quando o milho começava a amarelar.

Devido à distância entre os rebanhos e os compradores, grandes frigoríficos paulistas, em busca de redução nos custos na compra dos animais, se instalaram na região. Com sede no município de Jaguariaíva e iniciando seus trabalhos em 1924, uma das firmas do grupo Matarazzo decide vir para o *Norte Pioneiro*, impulsionando ainda mais a suinocultura na região (TRINTIN, 2006).

No entanto, mesmo como uma atividade expressiva, com o tempo a suinocultura foi perdendo espaço para a cultura cafeeira. Com o *Acordo de Taubaté*, em 1906, as novas plantações nas antigas regiões cafeeiras estavam restritas, e no Paraná não havia nenhuma restrição; isso fez com que os agricultores, principalmente os provenientes de São Paulo, acelerassem a ocupação dessa região. Há registro que a primeira fazenda realmente grande onde se plantou aproximadamente um milhão de pés de café foi formada em 1910 pelo Sr. Barbosa Ferraz. Assim, neste segundo momento de expansão, percebe-se uma predominância dos paulistas na travessia para o Paraná (TRINTIN, 2006).

Monbeig (1984) ainda ressalta que o aumento da migração dos fazendeiros paulistas a partir do século XX para o *Norte Pioneiro* é resultado da baixa nos rendimentos do café nas antigas terras produtoras, em conjunto com a produtividade que as novas terras roxas no Paraná proporcionavam.

A baixa dos preços do café verificada desde fins do século XIX deixava menor margem de lucro aos fazendeiros das zonas de cafeeiros velhos, pois nestas, enquanto caía a produtividade, aumentavam os custos de produção e tornavam-se incapazes de atrair mão-de-obra, pela concorrência que lhes faziam as terras de plantios novos, onde se podiam intercalar com o cafeeiro as culturas de subsistência (CANCIAN, 1981.p.56).

Pozzobon (2006) ressalta que além da fertilidade da terra, como já citado acima, a região norte paranaense possui altitude que varia de 500 a 600 metros, juntamente com temperaturas entre 20° graus e 27° graus no verão e de 6° graus a 10° graus no inverno, tendo duas estações no ano bem definida: quente e chuvosa, característica ideal para se desenvolver o plantio de café.

Apesar das características ideais para o cultivo do café, faltavam caminhos para escoar a produção. Barbosa Ferraz, depois de instalado na região, percebeu tal necessidade em mudar esta situação e promover a ligação da região produtora com o porto de Santos. Assim, juntamente com seus filhos, Leogivildo e Bráulio, decide construir uma estrada de ferro que ligasse suas propriedades, localizadas em Cambará, com a estrada de ferro Sorocabana, em Ourinhos (WACHOWICZ, 1987).

Com isso, criou-se uma ligação entre o *Norte Pioneiro* e São Paulo. Essa mesma ligação não ocorreu com o *Paraná Velho (Tradicional)*, já que o Estado era pobre e não tinha como desenvolver uma infraestrutura que ligasse com eficiência a região produtora de café e o litoral paranaense. Assim, os fazendeiros passaram a ocupar a infraestrutura paulista já existente.

[...] Era deles o capital investido, o qual se mantinha ligado às casas bancárias paulistas, que faziam o papel de financistas das lavouras: “Algumas vezes o primitivo fazendeiro se associa ao capitalista para a exploração de sua vasta gleba, outras recorre ao crédito, realiza empréstimos vultosos em São Paulo” em outros casos, vendiam antigas fazendas em São Paulo e investiam no Paraná (CANCIAN, 1981.p.55).

Tal ligação e ocupação paulista começou a preocupar os governantes paranaenses devido à falta de oportunidade em arrecadar impostos das lavouras cafeeiras, pois com o declínio da erva-mate, lavoura que contribuía com as maiores divisas para o estado do Paraná, este estava com problemas em suas contas (CANCIAN, 1981).

Esta preocupação pode ser observada numa mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Paraná, em 1862. A mensagem solicitava a aprovação de uma lei que regulamentasse as vendas das terras devolutas do Estado e esta lei tinha como tentativa auferir renda, de alguma maneira, dos fazendeiros paulistas, já que por meio de impostos sobre a produção escoada ficava difícil, devido serem utilizados os caminhos de São Paulo (PADIS, 1981).

Esta problemática aproximação entre o *Norte Pioneiro* e São Paulo, em que o governo paranaense via a desparanização acontecer por falta de meios de comunicação, pendurou até a década de 30, quando o interventor Manoel Ribas resolveu ligar Curitiba ao norte paranaense. Entretanto, a Londrina *Norte Novo*, a região *Norte Pioneira* teve poucos benefícios com tal ligação (WACHOWICZ, 1987).

3.3 RELAÇÕES DE TRABALHO NAS LAVOURAS DE CAFÉ NO NORTE PIONEIRO

Além do modelo tradicional paulista de grandes extensões de terras, a organização, administração e as relações de trabalho nas propriedades do *Norte Pioneiro* seguiam os moldes das fazendas paulistas. A única diferença verificada era a falta de interferência do governo paranaense na busca de mão-de-obra para a lavoura; este se fez ausente, uma vez que a responsabilidade da conquista de colonos para trabalhar em seus cafezais era do próprio fazendeiro, diferentemente do governo paulista, que despedia anualmente 10.000 contos de réis na busca de colonos para os cafezais (CANCIAN, 1981).

Ainda segundo a autora, os fazendeiros que se deslocavam para o Paraná, utilizavam vários tipos de contratos para atrair os colonos, principalmente aqueles trazidos pelo governo paulista. Romário Martins (1924) aponta três tipos de contratos mais frequentes na região *Norte Pioneira*:

Primeiro tipo: O proprietário manda derrubar o mato, queimar, alinhar, plantar e coviar por sua conta, sendo hoje (1924) o preço em Jacarezinho, \$350 por cova, entregando a seguir e neste estado aos colonos, que farão um dos dois tratos seguintes: a) tratará o café por ano, podendo plantar entre as ruas milho e feijão (que lhe pertencerão). Os preços variam de 100\$000 por mil pés e por ano até 300\$000. O proprietário dará aos colonos casa de

morada (de pau a pique no princípio) mangueirão para porcos e pasto para seus animais. Os colonos ficam obrigados ao concerto das cercas e a uma limpa do pasto por ano. B) tratará o café por quatro anos, podendo plantar milho e feijão, como abaixo é explicado, e receberá no fim dos quatro anos de \$400 a \$600 por cada cova que tenha quatro troncos de café, sendo descontados 100 reis por cada falha completa. [...] Geralmente o colono com este trato, fará seu rancho, para nele morar, à sua custa, como também se arranjará sem pasto, mangueira etc.[...].

Segundo tipo: O proprietário entregará o mato ao colono e ele fará todo o serviço por sua conta, entregando a empreitada no fim do quarto ano e recebendo \$750 a 1\$000 por cova, sendo tudo mais nas mesmas condições do trato 1.b.

Terceiro tipo: O proprietário entregará o mato ao colono e ele fará tudo por sua conta entregando a empreitada no fim de seis anos e nada receberá, pagando-se com o produto dos cereais, plantando de acordo com o contrato 1.b, continuando no 5º e 6º anos, a plantar ruas alternadas de milho e ficando com todo o café produzido durante esse tempo.(Martins, 1924).

Em busca de terras férteis para a cultura do café, a frente pioneira que avançava a oeste de São Paulo chegou ao Paranapanema, porém não encontraram espigões suaves como em São Paulo para continuar a marcha rumo a oeste. Assim, os fazendeiros tiveram que desenvolver suas fazendas de café numa zona onde houvesse relevo suave, nos baixos cursos dos afluentes do Paranapanema (BERNARDES, 1952).

Com essa delimitação de relevo, em 1920 a frente pioneira ainda se encontrava junto ao rio Cinza, onde vários núcleos urbanos haviam surgido. Segundo Bernardes (1952), cortando o rio Cinza existia alguns povoados na mata virgem, mais Cambará em 1929 ainda era considerada “boca de sertão”. A frente pioneira só avança para o chamado *Norte Novo* a partir deste ano.

3.4 O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO NORTE NOVO E A PROBLEMÁTICA DOS TÍTULOS DAS TERRAS

Diferentemente da parcela chamada *Norte Pioneira*, onde a colonização se deu de maneira espontânea e lenta, o chamado *Norte Novo* tem seu processo de colonização baseado na iniciativa particular.

Em 29 de outubro de 1920, o sertanista José Soares Marcondes funda na cidade de São Paulo a Companhia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio. Esta companhia paulista tentou colonizar 500 mil alqueires de terras concedidos pelo governo do Paraná (JOFFILY, 1985).

Pelo decreto nº813 de 17 de agosto de 1922, o Estado do Paraná concedeu a Companhia Marcondes o privilégio da construção de uma estrada de ferro de aproximadamente 800 quilômetros, que, partindo de um ponto entre Iratí e Nova Restinga, alcançaria e desceria o curso do rio Ivaí até sua foz, além de mais dois ramais (LUZ, 1997.p. 33).

Ainda segundo Luz (1997), a referida companhia, em retribuição, recebeu do Estado a cessão gratuita de terras devolutas para desenvolver a colonização. A área entregue pelo Estado correspondia à quantia equivalente ao juro de 6% ao ano, durante 10 anos sobre o capital empregado na construção da ferrovia, sendo a base tomada 30:000\$000 (trinta contos de réis) para cada quilômetro construído.

Na tentativa de colonizar tais terras, a companhia utilizava os jornais paulistas como meio de propaganda para atrair interessados. Publicando seguidamente matérias em primeira página, *O Estado de São Paulo*, a partir de 1925, tornou-se o maior veículo de propaganda de tal colonizadora.

Terras roxas do Paraná. A Cia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio, proprietária de extensas áreas de terras roxas situadas no norte do Paraná, vende-as em glebas medidas com garantia absoluta (O Estado de São Paulo, 1925. p. 1).

Ainda em 17 de maio daquele mesmo ano, *O Estado de São Paulo* publicou uma matéria na qual mostrava os negócios feitos pela companhia; esta teria vendido 100 mil alqueires a cinco mil agricultores em Presidente Prudente, e segundo a reportagem as vendas de lotes no norte do Paraná continuavam a todo vapor.

Entretanto, as propagandas nos jornais não foram suficientes para a empresa desenvolver o trabalho de colonização com êxito. Segundo Joffily (1985), em 1925 a presidência da Companhia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio foi entregue ao ex-diretor da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil, Custódio Coelho. Sua atuação teve várias críticas, sendo a maior delas a falta de aproveitamento das terras cedidas pelo governo. Coelho, durante sete anos, tivera fracassos em suas viagens ao exterior em busca de crédito ou colonos.

Os representantes da Companhia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio quando souberam da chegada de uma comissão (Montagu) inglesa em solo brasileiro, acreditaram ser a saída para evitar a falência da companhia. Assim, os representantes do grupo londrino no Brasil, João Sampaio, Antônio Moraes de Barros e Arthur Thomas foram procurados para que estes lhes concedessem um empréstimo de dois mil contos de réis, a fim

de valorizar as terras localizadas na bacia do rio Pirapó e as vertentes do rio Ivaí daquela companhia (LUZ, 1997).

Ainda segundo o autor, tal empréstimo foi concedido sob uma condição: a obtenção de opção para a compra das terras em questão. Entretanto, Joffily (1985) ressalta que o empréstimo feito pelos ingleses não foi suficiente para evitar o processo de falência da Companhia Marcondes e nem modificar a sentença dada pelo presidente Afonso Camargo. Isso tornou as concessões de terras caducas e estas voltaram para as mãos do Estado do Paraná.

3.5 A CIA. DE TERRAS NORTE DO PARANÁ

Em janeiro de 1924, Lord Lovat desembarca no Brasil, juntamente com a comissão Montagu. Emissários dos banqueiros Rothschilds tinham como objetivo analisar a desastrosa administração financeira pública e a capacidade do Brasil pagar seus credores. Tal desconfiança no Brasil começou em 1898, quando Campos Salles e seu Ministro da Fazenda, Joaquim Murinho, fizeram o primeiro *funding-loan*, em consequência do fracasso do Encilhamento. No acordo realizado por Campos Salles com os banqueiros Rothschilds, o pagamento de todos os empréstimos contraídos em anos anteriores seria efetuado em 1911 e os pagamentos dos juros começariam já a partir de 1901 (de 5% ao ano); como garantia de tal acordo, o governo ofereceu as rendas alfandegárias brasileiras. Um tempo depois, em 1914, o segundo *funding-loan* foi acertado no governo de Hermes da Fonseca, e o Estado foi obrigado a contrair novos empréstimos em decorrência do Convênio de Taubaté. Em 1923, Artur Bernardes tenta um novo empréstimo, desta vez de 25 milhões de libras, mas sem grandes resultados.

A missão inglesa era chefiada por Lord Montagu, ex- secretário de Estado para as Índias e ex-secretário financeiro do Tesouro da Inglaterra, que vinha acompanhado de vários assessores, entre os quais sobressaíam: Sir Charles Addis, diretor do Banco da Inglaterra e presidente da Hong-Kong and Shanghai Banking; Lord Lovat, diretor da Sudan Cotton Plantations Syndicate, assessor para assuntos de agricultura e florestamento; Sir Hartley Withers, comentarista de assuntos financeiros e ex-diretor do The Economist, de Londres (Companhia de Terras Norte do Paraná, 1975. p. 42).

Segundo Rego (2009), a Comissão Montagu recomendou a venda do Banco do Brasil como meio de recompor as finanças brasileiras. Além desta sugestão, o documento produzido pela comissão indicava a agricultura como uma potencialidade para o país, devido

ao solo fértil e as riquezas naturais encontradas. Entretanto, para se desenvolver a agricultura no país, segundo o documento, seria necessário construir caminhos para o escoamento da produção até os portos, tendo a comissão sugerido que o país firmasse concessões, ao invés dele próprio entrar no mercado ferroviário. Cabe ressaltar que os britânicos eram os maiores investidores quando o assunto era ferrovia. Após a elaboração do documento, parte da comissão retorna à Inglaterra, menos Lord Lovat.

Além de viajar como assessor da Missão Montagu, Lord Lovat tinha como incumbência dos acionistas da Sudan Plantations estudar a possibilidade de vir essa poderosa companhia inglesa a aplicar seus capitais no Brasil, de forma a obter o algodão que importava em larga escala para suprir a florescente indústria têxtil da Inglaterra (Companhia de Terras Norte do Paraná, 1975. p. 42).

Lovat percorre várias cidades do interior paulista: Ribeirão Preto, Bebedouro, Birigui, Bauru e Sorocaba, a fim de fundar uma *plantation* de algodão. Além deste interesse em plantações de algodão, Lovat tinha o conhecimento de que no Oeste do Paraná alguns ingleses trabalhavam com a extração de madeira de lei; isto o fez seguir rumo ao norte do Paraná para analisar se naquela região também haveria a possibilidade de empreender um negócio de extração de madeiras.

Chegando ao norte paranaense, sua atenção foi tomada pela boa fertilidade das terras e porque o governo do Paraná as disponibilizava com grande facilidade. O alqueire era vendido a 19\$360 (dezenove mil trezentos e sessenta réis) ou 8\$000 (oito mil réis) o hectare. Os baixos preços se davam devido à falta de infraestrutura na região e porque o governo do Estado não tinha capital para mudar a situação (LUZ, 1997).

Empolgado com o que havia visto no norte paranaense, Lovat retornou a Londres em 21 de março de 1924, e logo após, em 25 de abril, fundou a Companhia chamada *Brazil Plantations Syndicate Limited*, com capital de 200.000 libras esterlinas, e esta deu suporte para a *Paraná Plantations Limited*. Confiantes com o retorno financeiro que teriam, devido à boa propaganda que Lovat havia feito, em seis meses a *Brazil Plantations Syndicate Limited* já contava com 150 investidores (REGO, 2009).

A princípio, a companhia tinha por objetivo o plantio de algodão; assim, Arthur Thomas, o encarregado de administrar e aplicar os recursos financeiros de tal companhia em solo brasileiro, teve como primeira missão a compra de duas fazendas em nome da *Brazil Plantations*: uma localizada em Guatambu, junto à ferrovia Noroeste, distrito de Birigui, com aproximadamente 1000 hectares; a outra fazenda foi adquirida com vistas à estrada de ferro

Sorocabana, próximo a Salto Grande, com 3600 hectares. Durante cinco anos, ali se plantou os melhores tipos de algodão (REGO, 2009).

Ao mesmo tempo em que Thomas adquiria as fazendas para a companhia, este foi procurado por elementos da Companhia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio, que buscavam um empréstimo para colonizar as terras adquiridas na bacia do Pirapó. A ideia foi apresentada aos britânicos, que foram favoráveis ao empréstimo com uma condição: estes teriam a opção de compra das terras, caso o empreendimento da Companhia Marcondes viesse a não se concretizar (LUZ, 1997).

Com o mercado desfavorável ao plantio de algodão, os investidores voltaram-se para a colonização e venda de terras, já com olhos para as terras da Companhia Marcondes que perdeu as concessões adquiridas do Estado do Paraná.

Assim, Thomas comprou terras devolutas no norte do Paraná em nome da Companhia de Terras Norte do Paraná, empresa registrada em setembro de 1925 na cidade de São Paulo (REGO, 2009). O capital necessário para dar suporte aos investimentos propostos pela CTNP seria levantado pela *Paraná Plantations*, que substituiu a *Brazil Plantations*. A *Paraná Plantations* comprou 148.000 ações da CTNP a r\$ 100\$000, num total de 1 418,620 (LUZ, 1997).

A CTNP tinha como objetivos principais a compra de terras para o loteamento e colonização e a construção de um ramal da ferrovia Sorocabana para ligar as terras loteadas ao porto de Santos, facilitando assim o escoamento da produção.

3.6 SISTEMA DE TRANSPORTE.

O entrosamento entre urbanização e meio de transporte - no caso, a via férrea - era sabidamente vital para assentamentos em áreas de colonização (REGO, 2009 p. 114).

Cientes de que para se ter êxito nos planos de conquista e ocupação de um território são necessários caminhos, os britânicos tiveram o cuidado de acrescentar na escritura das terras adquiridas pela companhia, em 1925, a transferência para a empresa compradora da concessão da estrada de ferro, outorgada pelo Estado à antiga proprietária (Companhia Marcondes) em 1922. Tal documento ainda previa mudanças no traçado previsto inicialmente, porém, esta ferrovia não foi executada (REGO, 2009).

Houve por parte da *Paraná Plantations* a tentativa de comprar a Estrada de Ferro Sorocabana, para conectar suas terras pelo norte, porém as negociações fracassaram e a

companhia se viu obrigada a ligar as terras por um trecho mais longo, a leste vindo de Ourinhos. Assim, em 1928 a *Paraná Plantations* acabou adquirindo a Estrada de Ferro São Paulo-Paraná para desenvolver seu projeto de colonização (REGO, 2009).

Esta Estrada de Ferro São Paulo-Paraná foi autorizada pelo então presidente do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha, em agosto de 1920, a fazendeiros paulistas (Antônio Barbosa Ferraz Junior, Leovigildo Barbosa Ferraz, Gabriel Ribeiro dos Santos, Manuel da Silveira Corrêa e Antônio Ribeiro dos Santos), que pretendiam construir uma estrada de ferro que ligasse suas propriedades localizadas em Cambará no Paraná a Sorocabana, localizada em Ourinhos no Estado de São Paulo (WACHOWICZ, 1987).

O trecho em questão era pequeno - apenas 29 km, entretanto os dois estados são separados pelo rio Paranapanema, com 400 metros de largura, e a dificuldade de tal estrada de ferro era transpor o rio (JOFFILY, 1985).

Sem recursos financeiros devido à crise, os fazendeiros não conseguiram realizar os 29 km de estrada de ferro, e em 30 de junho de 1928, o privilégio foi transferido em favor da *Paraná Plantations*. Para atingir Londrina, a primeira cidade pensada pela CTNP, seriam necessários mais 150 km e a transposição do rio Tibagi, com 294 metros (JOFFILY, 1985).

Fotografia 1- Construção da ponte sobre o Tibagi.



Fonte: Acervo Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss, [193-].

Segundo Boni (2009), foi somente em 1935 que a colonizadora conseguiu vencer o Tibagi, sendo necessários três anos para trilhar aproximadamente 30 km, ressaltando que a estrada de ferro já havia chegado em Jataizinho.

Fotografia 2- Preparativos para a chegada da estrada de ferro em Londrina-PR.



Fonte: Acervo Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss, [193-].

Por ter a concessão da construção da estrada de ferro, a *Paraná Plantations* tinha certas vantagens:

Privilégio exclusivo dentro de uma faixa de 15 (quinze) km para cada lado do eixo da linha, para o fim de não ser ali concedida qualquer outra via férrea, de conformidade com o disposto no artigo quatro; Direito de desapropriar terrenos, prédios e benfeitorias de domínio particular; Isenção de impostos estaduais sobre materiais importados para os serviços da estrada de ferro; Isenção de todos os impostos estaduais e municipais que incidirem sobre a estrada, suas dependências, materiais e maquinismos; Direito de receber por km de linha construída e em tráfego, contado desde o ponto inicial no meio da ponte metálica sobre o rio Paranapanema, o valor de 28:800\$000 correspondente a 3.600 hectares de terras calculados na base do preço de 8\$000 por hectare (JOFFILY, 1985).

Para o traçado da linha ferroviária nas terras pertencentes à companhia, o espigão mestre entre os rios Paranapanema e Ivaí foi escolhido (CARVALHO 2000).

O eixo de toda a colonização e espinha dorsal da penetração foi o espigão que divide as bacias dos rios Ivaí e Paranapanema, o qual, com seu topo largo e plano, possibilitaram o traçado dos leitos da ferrovia e da estrada

principal, e o estabelecimento dos principais núcleos urbanos da região. Os ingleses, primeiros dirigentes da Companhia, souberam tirar o melhor proveito possível desse grande espigão que vai de Londrina a Apucarana, dali a Maringá, e segue mais ondulado, até Paranaíba. A estrada principal acompanha a curva descrita por ele ao redor da bacia superior do rio Pirapó (LUZ, 1997 p.43).

Mesmo quando este espigão não estava posicionado na parte central das terras, a opção deu-se devido a três fatores:

- a) Evitar o cruzamento da ferrovia sobre o vale do rio Pirapó, pois isto encareceria ainda mais o custo da obra;
- b) A experiência de se evitar traçados ao longo de cursos d'água devido a questões econômicas, como terras brejosas e questões sanitárias, para que os trabalhadores não fossem contaminados com surtos de malárias ou outras doenças, como já havia acontecido;
- c) Na atual cidade de Sabáudia, a falta de matas tropicais denotava baixa fertilidade (CARVALHO, 2000).

Assim, vindo de Ourinhos, os trilhos correriam na direção sudoeste em busca das terras da companhia. Desse modo, os assentamentos urbanos foram planejados ao longo da estrada de ferro, com intervalos pequenos e regulares. Ressalta-se que a linha férrea foi o elemento estruturador da paisagem que estava sendo construída, pois mesmo a ferrovia alcançando as cidades já com edificações ativas, estas eram condicionadas ao traçado envolvendo a linha férrea (REGO, 2009).

No entanto, mesmo que a ferrovia tenha chegado depois de construídas e habitadas as cidades, a conformação urbana se deu em função (e focalizando) a parada do trem. Na verdade, o traçado da via férrea foi uma das condicionantes dessas formas urbanas, mais que isso, o desenho da cidade começava a partir do ponto no terreno onde se demarcava a estação. Ela era a porta da cidade (REGO, 2009. p. 126).

Adquirido o ramal ferroviário entre Ourinhos e Cambará, a *Paraná Plantations* por meio de sua subsidiária brasileira, a Companhia Ferroviária São Paulo- Paraná, começou a implantar as estações ferroviárias de Andirá, Bandeirantes, Santa Mariana, Cornélio Procópio, Uraí, Cruzeiro do Norte, Jataizinho e Iporã, todas em terras não pertencentes à CTNP. Já dentro das terras da companhia, após transpor o Tibagi, foram implantadas as estações ferroviárias na ordem de Londrina, Cambé, Rolândia, Arapongas, Apucarana, Pirapó,

Cambira, Jandaia do Sul, Mandaguari, Marialva, Sarandi, Maringá, Paiçandu, Água Boa, Jussara, Vidigal e Cianorte (CARVALHO, 2000).

Fotografia 3- Estação Ferroviária da cidade de Londrina-PR.



Fonte: Prefeitura de Londrina (194-).

Cabe ressaltar que o trecho de Cambará a Apucarana foi construído ainda sobre administração da Companhia Ferroviária São Paulo Paraná; já a parte que corresponde a Apucarana Cianorte foi construída quando a ferrovia encontrava-se em poder do Governo Federal, primeiramente pela Rede Ferroviária Paraná Santa Catarina, passando posteriormente para Rede Ferroviária Federal (CARVALHO, 2000).

A ferrovia, até 1975, atuava no transporte de cargas e de passageiros, depois passou a atuar somente no ramo de transporte de cargas.

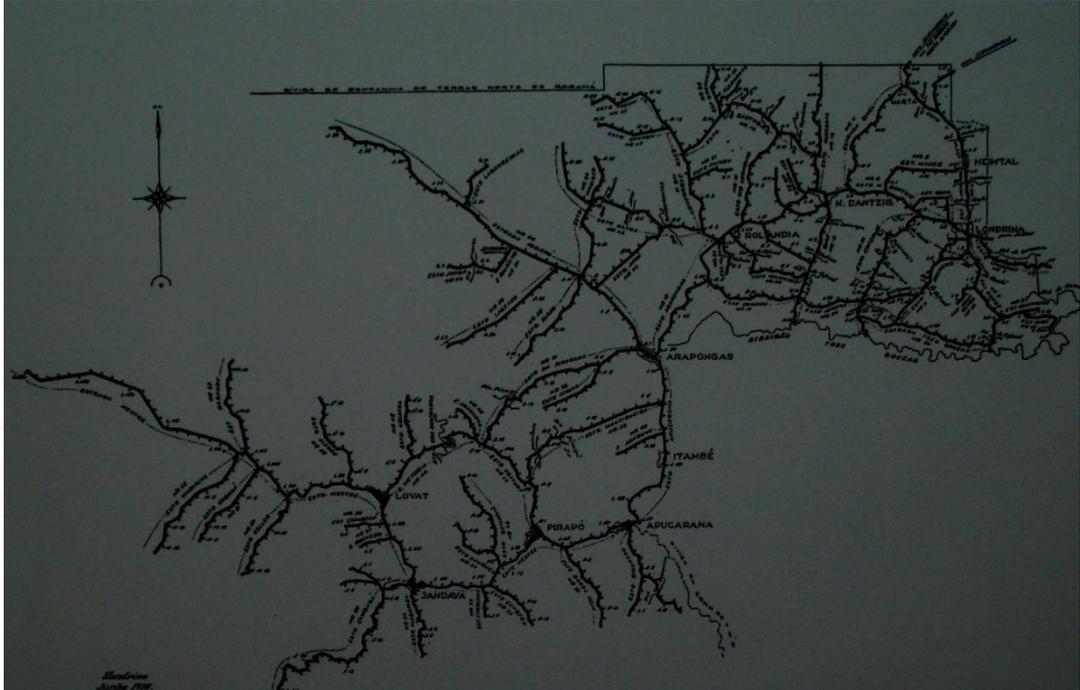
Ao lado da ferrovia, também no espigão, estabeleceu-se uma estrada de rodagem, a principal via de penetração rodoviária (CARVALHO, 2000).

Com relação às estradas de rodagem, estas foram posicionadas estrategicamente para garantir o escoamento da produção agrícola.

O dispositivo rodoviário do Norte do Paraná foi planejado de maneira a facilitar as relações entre os sítios e as cidades, entre os campos e as casas de comércio e as estações. Foi o resultado dos esforços realizados pelos loteadores para defender o pioneiro contra o isolamento e ajudar o bom funcionamento de uma economia toda orientada para o comércio dos produtos agrícolas. Graças a esta rede, excepcional pela sua densidade e qualidade, todas as parcelas se articulam com uma via de acesso e nenhum colono se encontra demasiado afastado de um centro comercial (LUZ, 1997. p.44).

Segundo Carvalho (2000), foram abertos, aproximadamente, 4.336,87 km de estradas, sendo que as faixas de domínio variavam conforme a importância da estrada. Assim, havia faixa de domínio com 20 m de largura, com 12 m de largura e com 6 m de largura.

Figura 3- Mapa das estradas de rodagem nas terras da CTNP em 1938.



Fonte: Acervo Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss (1938).

O tecido urbano dessas cidades planejadas pela companhia tem como característica ser atravessado por uma rodovia. Logo, devido ao abandono da ferrovia e ao aumento de automóveis circulando nestas cidades, nos dias atuais, a solução adotada para tirar da área urbana um tráfego regional é a construção de contorno ou anel viário. Assim, diminui o fluxo de automóveis que antes precisava passar por dentro das cidades (REGO, 2009).

3.7 A COMPRA DAS TERRAS

Entre 1925 e 1927, a CTNP comprou 515.017 alqueires, sendo 350.000 alqueires adquiridos do Governo do Paraná por escritura em 16 de outubro de 1925, em nota do 3º tabelião de Curitiba, situadas no município de Tibagi. Segundo Joffily (1985), o hectare foi vendido a 8\$000 mil réis, sendo pago à vista a quantia de mil contos de réis e o restante, 5.776:000\$000, seria pago ao Estado conforme a companhia vendesse as terras, com um prazo de doze anos para quitar.

Ainda foram adquiridos 20.000 alqueires do Dr. Custódio José Coelho de Almeida; 80.000 alqueires passaram da *Brazil Plantations Syndicate Ltd*, que por sua vez havia comprado da Companhia Brasileira de Viação e Comércio; com 30.000 alqueires a CTNP tornou-se cessionária da concessão Alves de Almeida; mais 15.017 alqueires foram devido à companhia ter se tornada cessionária também da concessão Paula e Silva. Ainda cabe ressaltar mais 20.000 alqueires de terras foram comprados do Dr. Francisco Gutierrez. (LUZ, 1997).

Segundo Luz (1997), ao todo foram gastos 10.164:079\$120, sendo de propriedade da Companhia Marcondes a maior parte das terras adquiridas pela CTNP. Estes 515.017 alqueires estavam localizados nas melhores porções de terra roxa do Paraná (TRINTIN, 2006).

Em agosto de 1929, membros da CTNP partiram para tomar posse efetiva de suas terras:

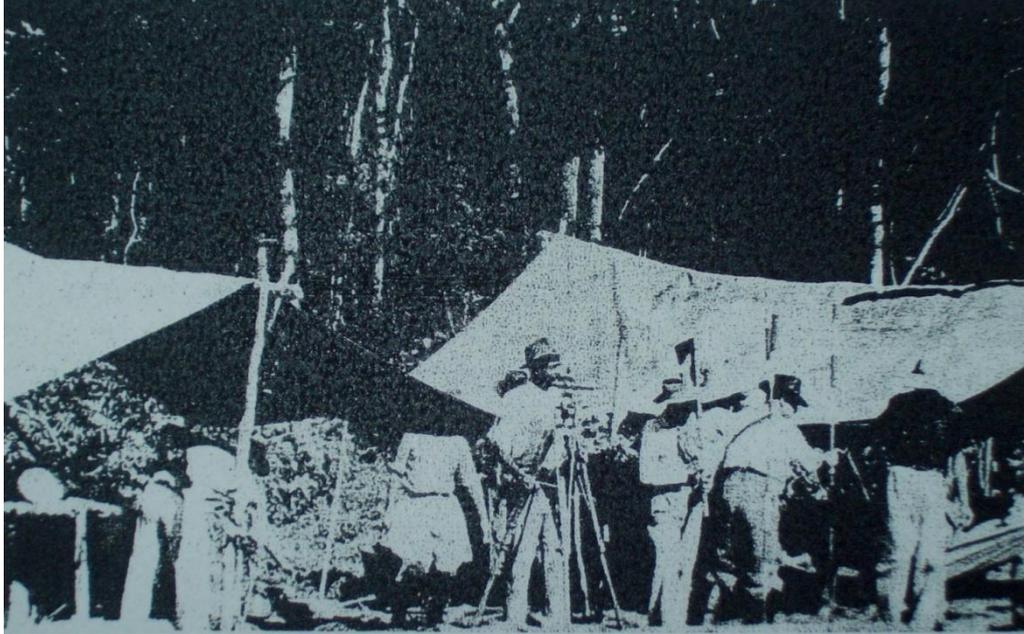
Amanhece. É o dia 20 de agosto de 1929. Uma neblina fria espalha-se pelos vales e envolve a pequena cidade que tropeiros e viajantes esperançosos batizaram certa vez de Ourinhos. Algumas ruas sem calçamento, casa rústicas mal alinhadas na perspectiva que se abre para o desconhecido e para a aventura. [...] Ao redor de um caminhão Ford, alguns homens se movimentam arrumando coisas e tomando providências rápidas. [...] Sem pressa, mas donos de todos os momentos, aqueles personagens se preparam para o primeiro ato de mais uma investida histórica: o reconhecimento pioneiro de região ainda virgem, balizada pelo curso dos rios Parapanema, Tibagi e Ivaí, onde a Companhia de Terras Norte do Paraná se preparava para plantar a civilização. [...] Estrada rude, penetração serpeante pela floresta que espanta e extasia. Árvores imensas, perobas, paus-d'alho, ipês, palmitos em abundância, padrões de terra fértil. Aos olhos dos desbravadores desvendam-se, em paralelo, a fecundidade e a beleza. [...] Foi assim a partida para o desconhecido sertão dos rios Tibagi e Ivaí, quando um punhado de homens - em nome da Companhia de Terras Norte do Paraná - deu o primeiro passo para a fundação de Londrina (Companhia de Terras Norte do Paraná, 1975, p. 62/63).

Inspirados na colonização de 43 mil alqueires na vizinhança de Birigui-SP, o projeto da companhia, realizado por James Miller e Robert Clark entre 1910 e 1920, começou a ser elaborado.

De acordo com o projeto, a ação da CTNP seria pautada em três atividades principais: a primeira consistia na colonização, pois já havia o planejamento, loteamento e venda da terra; a segunda estava relacionada com a ligação entre os vários núcleos planejados pela CTNP e estes deveriam ser ligados com os principais centros do país, para isto seja necessário construir estradas; a terceira consistia na implantação de núcleos urbanos, e estes

concentrariam atividades econômico-sociais e serviriam como polos irradiadores de todo o projeto (LUZ, 1997).

Fotografia 4- Primeiro acampamento montado em terras adquiridas pela CTNP.



Fonte: CTNP (1975).

Obedecendo ao sistema já testado com sucesso em outras localidades, deu-se início a colonização dos 515 mil alqueires. Para facilitar a colonização, primeiramente as terras da companhia foram divididas em seis zonas: Tibagi, Pirapó e Primitiva, estas localizadas ao norte do espigão mestre; outras duas estavam situadas ao sul do mesmo espigão, Rio Bom e Paranhos; a última se localizava a sudoeste da zona Paranhos e na direção do rio Ivaí e esta recebeu o mesmo nome do rio. Posteriormente estas zonas foram subdivididas em glebas. A colonização dessas terras se processou da seguinte forma: primeiramente as zonas Tibagi e Pirapó, seguindo para Rio Bom, Paranhos e Primitiva e por final a zona do Ivaí (LUZ, 1997).

As diretrizes foram bem definidas; assim, as cidades que se tornariam núcleos econômicos de maior importância seriam instaladas a cada cem quilômetros umas das outras, na seguinte ordem: Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama, entre estas a cada 15 quilômetros seria fundado patrimônios com a função de abastecedores intermediários (CTNP, 1975).

Segundo Luz (1997), alguns desses patrimônios tornaram-se, sozinhos, cidades prósperas, como Apucarana, Jandaia do Sul e Nova Esperança, pois a companhia não deu muita atenção a estes patrimônios, limitando-se apenas a planejá-las, construir um escritório, uma estação de “jardineiras” e uma escola.

Diferentemente do urbanismo de origem portuguesa transferido para o Brasil, a implantação das cidades são em pontos destacados no relevo. No caso das cidades planejadas pela companhia, foi o traçado da linha férrea o determinante de onde seriam implantadas as cidades (REGO, 2009).

Em todas as cidades planejadas pela companhia, as praças e ruas foram traçadas aproveitando o relevo, a divisão em *datas*² residências e comerciais estava presente tanto nas cidades quanto nos patrimônios (LUZ, 1997).

As cidades da Companhia se enquadram em um padrão simplificado, obediente como é a uma certa regularidade funcional. Esse padrão compreende o desenho geométrico, preferencialmente ortogonal, como tabuleiro de xadrez. Nele pode se perceber a organização elementar do espaço urbano por meio do emprego de formas regulares e de uma certa hierarquias das vias, ainda que rudimentar (REGO, 2009. p.34).

De acordo com o padrão planejado pela companhia, o centro da cidade era destacado no layout ortogonal tanto pelo relevo do sítio quanto pela estratégia de desenho. Os edifícios públicos institucionais foram concentrados ao redor de uma praça central onde foi instalada a igreja central. Como grande parte da área urbana destas cidades pertencia à companhia, a vivacidade das atividades urbanas ficavam sobre sua responsabilidade (REGO, 2009).

Ainda segundo o autor, como padrão de limite das cidades norte paranaense havia uma praça diante da estação ferroviária. A implantação das cidades era ao sul da via férrea, já o cemitério era planejado para ficar no extremo oposto. O largo da estação era conectado por um eixo com a praça central, esta era a avenida central.

Desse modo, o posicionamento estratégico de certos elementos urbanos e de alguns edifícios institucionais, fossem eles civis ou religiosos, estruturou a paisagem urbana. É o caso do cemitério, do campo de esportes, da igreja, do hospital, da escola e da praça pública. No tecido urbano, cada um deles constituiu um lugar; no sentido de que caracterizavam e qualificavam a área onde se encontravam, dando-lhe identidade (REGO, 2009, p.126).

Segundo Luz (1997), a companhia disponibilizou para as prefeituras municipais, quarteirões inteiros e lotes urbanos na base de 24.200 m² por 10.000 habitantes, para construção de edifícios destinados à administração pública, campos de esportes, escolas e terrenos para os cemitérios; ainda houve doação de lotes por parte da companhia para

² A origem da palavra que *data* como definição de lote urbano não é muito clara. Entre as versões, fala-se *data* como dados, em inglês, de anotações em cadernetas de campo; outros já se referem à *datcha* em russo, casa de veraneio. Percebe-se que a palavra lote aparece com mais frequência nas anotações.

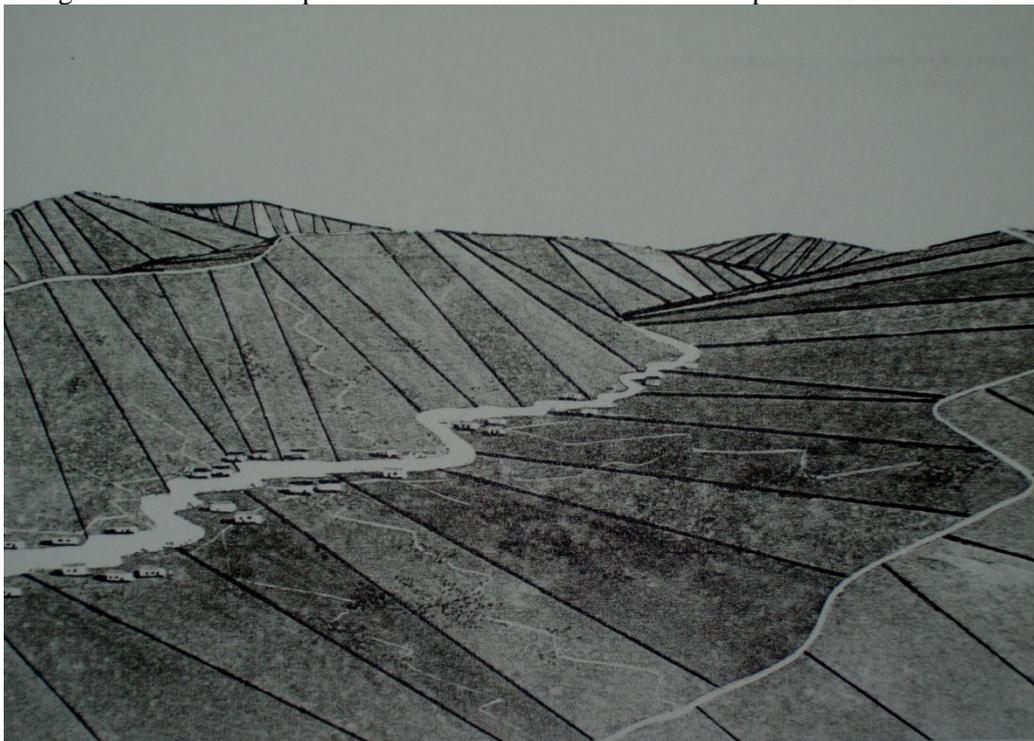
construção de repartições públicas estaduais e federais, associações comerciais e sindicatos rurais. O autor ressalta que os lotes para construção de casas paroquiais e igrejas também foram doados.

Com relação ao posicionamento das propriedades rurais, o tamanho que os lotes rurais deveriam possuir foi a primeira questão a ser resolvida pela companhia: se estes lotes seriam de grande porte - as fazendas; ou lotes de proporções menores - os chamados sítios (CARVALHO, 2000).

A decisão de lotes com pequenas proporções foi a grande e importante diretriz que norteou todas as demais ações da companhia. Tal decisão teve êxito devido à geomorfologia da área, pois esta região é constituída de colinas suaves e largos espigões nos interflúvios (CARVALHO, 2000).

Definido o tamanho dos lotes, o plano da colonizadora passou a ser executado. Assim, ao redor das áreas urbanas, seria formado um cinturão verde com o objetivo de atender a demanda alimentícia dessas áreas urbanas, chácaras de um a cinco alqueires que produziriam ovos, aves, frutas, hortaliças e legumes. Em seguida vinham os lotes de 10, 15 alqueires em média; estes possuíam frente para estrada de acesso e fundos para um ribeirão, e existiam as áreas mais afastadas com mais de 15 alqueires, sendo raríssimas exceções propriedades com área superior a 50 alqueires (LUZ, 1997).

Fotografia 5- Sistema de parcelamento das terras desenvolvido pela CTNP.



Fonte: CTNP (1975).

Dentro de cada propriedade ainda havia uma subdivisão para aproveitar melhor o lote. Na parte alta, apropriada para o cultivo do café, eram plantados em média 1500 pés por alqueire; na parte baixa do lote, construía-se a casa, plantava-se a horta, criavam-se os animais para seu próprio consumo, além da formação de um pomar. De fundamental importância para sobrevivência, a água seria conseguida por meio de poços com boa vazão, ou no ribeirão (CTNP, 1975).

A ideia por trás dessas propriedades de pequeno porte era dar vida à região, pois as cidades que estavam surgindo serviriam de mercado para que o pequeno agricultor vendesse parte da produção desenvolvida paralela à cultura do café.

[...] consumindo o necessário e vendendo o supérfluo das culturas paralelas: arroz, milho plantados entre as fileiras de café novo, legumes e hortaliças, frutas diversas, porcos e galinhas. Esse pequeno proprietário não agiria como o grande fazendeiro de café, que produzia grandes safras e as comercializava nos grandes centros, diretamente em São Paulo ou em Santos. Ele venderia seu pequeno lote de sacas de café nos patrimônios, aos pequenos maquinistas, que por sua vez comercializavam a sua produção nas cidades maiores. [...] esse pequeno proprietário não gastaria o dinheiro recebido como o grande fazendeiro, nas grandes cidades, ele gastaria ali mesmo, no comércio estabelecido nos patrimônios, gerando assim uma distribuição de interesses e uma circulação local de dinheiro que constituiriam um salutar fator de progresso local e regional (Companhia de Terras Norte do Paraná, 1975, p.79).

Em 1930, era estimado em 400 mil réis um alqueire de terras (24.200m²), isto dependendo de sua localização, com o pagamento em até quatro anos: dava-se 20% do valor do terreno como entrada; 30% deveria ser pago no segundo ano; mais 30% no terceiro ano; e no último ano os 20% restante. Ainda havia como incentivo um desconto de 50% para aqueles que também adquirissem um lote urbano e construíssem dentro de seis meses (YAMAKI, 2006).

No Livro de Registro da Companhia de Terras, página 1, em março de 1930, consta o nome dos quatro primeiros compradores: *Mitsugui Ohara* - lote n.5 de 15 alqueires; *Toshio Tan* - lote n.3 de 10 alqueires; *Masaharu Ohara* - lote n.1 de 20 alqueires; e *Masahiko Tomita* - lote n.2 de 15 alqueires. Todos os lotes estavam situados na Gleba Cambé (YAMAKI, 2006).

Foi por meio da propaganda que a Companhia de Terras se apoiou para atrair os colonos.

3.8 A PROPAGANDA COMO ESTRATÉGIA PARA O SUCESSO

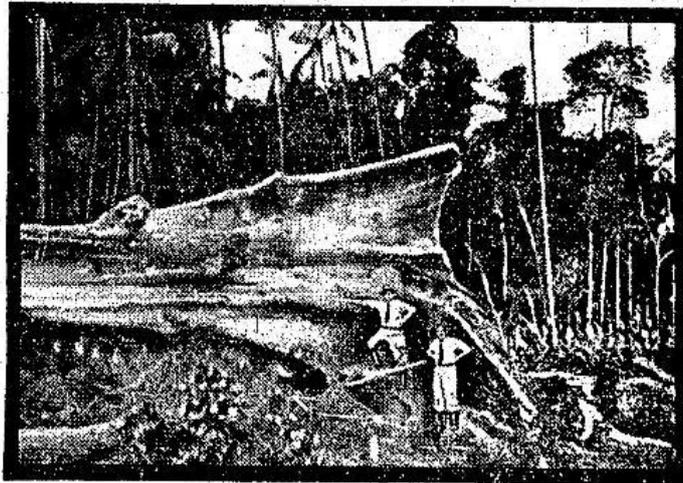
Após a escolha do local onde seria criada a cidade de Londrina, a CTNP começou a desenvolver estratégias para propagandear seu empreendimento, e com isso atrair compradores oriundos de diversos estados e países. Seu plano de colonização era pautado na venda dos lotes urbanos e pequenos lotes rurais entre 10 a 30 alqueires, em média, destinados à exploração agrícola. Tudo estava sendo construído pela companhia, e logo a fertilidade das terras vermelhas foi encontrado como ponto central para toda sua propaganda (ARIAS NETO, 1998).

Assim, fotografar as árvores e ressaltar sua magnitude comprovava para o potencial comprador que essas terras tinham uma fertilidade excepcional; as primeiras “garotas propagandas” foram as perobas-rosa e as majestosas figueiras brancas (BONI, SATO, 2009).

O diâmetro dos troncos das figueiras era tão grande, que para abraçá-lo seriam necessários alguns homens de braços esticados e mãos dadas. Tratando da fertilidade do solo e do uso de fotografias para tornar as falas críveis (BONI, SATO, 2009, p. 255).

Figura 4- Anúncio mostrando como eram férteis as terras adquiridas pela CTNP.

PADRÃO DE TERRA BOA



OLHE para a photographia acima. É uma pequena amostra da fertilidade das terras do norte do Paraná. A gigantesca figueira que jaz por terra, ao lado de cujo tronco os homens tornam-se pigmeus, é padrão de terra boa, de terra vir-

gem, que dá em troca de quem a cultiva prosperidade e riqueza. Lá tudo é grandioso, o trabalho remunerador, o clima saluberrimo. É a região do proximo futuro, a região de quem ambiciona tirar do solo o que de melhor elle pode dar.

Solicite informações detalhadas à Rua 3 de Dezembro, 48, Antigo 12 - Caixa Postal, 2771 - São Paulo

CIA. DE TERRAS NORTE DO PARANÁ

Fonte: Reclames do jornal Estadão (1934).

A figura acima mostra um anúncio em jornal da época no qual pode ser observado o enfoque na fertilidade da terra utilizando o tamanho das árvores existentes na região.

Os agenciadores pegavam seus álbuns com diversas fotografias mostrando a fertilidade da terra e viajavam em busca de compradores; os estados mais visados e visitados (São Paulo e Minas Gerais) eram aqueles que desenvolviam a cultura do café desde final do século XIX. Nestas propriedades trabalhavam brasileiros e imigrantes que vieram substituir a mão-de-obra escrava. A CTNP sabia que os imigrantes que chegaram ao Brasil tinham dois objetivos: ganhar dinheiro e voltar para sua terra natal ou comprar um pedaço de terra. Foi em cima desse segundo objetivo que a CTNP trabalhou (BONI, SATO, 2009).

Estes, em busca de seu objetivo, trabalhavam como porcentageiros, meeiros ou empregados no sistema colonial, a fim de juntar economias. Porém, segundo Boni, Sato (2009), as fronteiras agrícolas em São Paulo e Minas Gerais estavam esgotadas, além disto, o preço da terra nessas regiões era demasiadamente alto, impossibilitando a compra da terra por esses imigrantes. A visita dos agenciadores da CTNP, oferecendo a possibilidade de comprar um pedaço de terra, a preço baixo com facilidades de pagamento e solo fértil estimulava os imigrantes a tentar uma vida nova em outra região.

Assim, ao serem visitados pelos agenciadores da CTNP, que lhes ofereciam a possibilidade de comprar um pedaço de terra, de solo fértil, a preço baixo, com facilidades de pagamento, juros reduzidos, com possibilidade de pagar a dívida com o rendimento da própria terra e, em caso de imprevistos, a possibilidade de refinanciamento, os trabalhadores das lavouras paulistas e mineiras – brasileiros ou imigrantes – se sentiam tentados pela proposta de “tentar a vida” num lugar novo. No momento em que assistiam, impotentes, ao empobrecimento dos solos que exploravam como empregados, as fotografias que destacavam a fertilidade do solo norte paranaense funcionaram como um importante instrumento de convencimento (BONI, SATO, 2009, p. 257).

A Companhia ainda oferecia transporte gratuito, assistência técnica e financeira aos primeiros compradores, além da posse legal da terra; com isso, aos poucos os trabalhadores brasileiros e estrangeiros foram chegando e comprando terrenos no meio do nada. Primeiramente construía seus barracos de palmito, com o tempo iam desmatando suas terras e com a madeira construía suas residências definitivas e formavam suas lavouras (CODESUL, 1976).

Quando as primeiras lavouras começaram a produzir, a Companhia percebeu que elas seriam um grande nicho publicitário, pois a produtividade e a qualidade encheriam os

olhos dos novos compradores. Na propaganda abaixo, pode-se notar o destaque para o cacho de banana produzido nas terras vendidas pela Companhia (BONI, SATO, 2009).

Figura 5- Anúncio ressaltando através do tamanho da fruta a fertilidade das terras.

PRODUZEM TUDO DO BOM E DO MELHOR!

Posto que o Norte do Paraná seja uma região nova, nem por isso deixa de possuir tudo como nos grandes centros metropolitanos. O bom clima aliado à excelente rede rodoviária e ferroviária, a água magnífica, são factores preponderantes do progresso verificado.

Cidades, villas, povoações, lá fundadas, possuem escolas, telegrapho e tudo o mais.

As terras são immensamente productivas, dando de tudo abundantemente: Café, algodão, trigo, milho, feijão, aveia, frutas, etc., havendo ainda grande quantidade e variedade de madeira.

Não ha sau'va nem outros parasitas de plantações.

Para ter a certeza de adquirir terras roxas, férteis, ricas e compensadoras, com facilidade de pagamento, procure a



Cacho de bananas, contendo 355 frutas e medindo 1 metro de extensão, procedente de plantações em terras da Companhia.

COMPANHIA DE TERRAS NORTE DO PARANÁ
 A MAIOR EMPRESA COLONISADORA DA AMÉRICA DO SUL

Para mais informações em seu escriptorio RUA 3 DE DEZEMBRO N.º 45, antigo 12
 2.º andar — Caixa Postal n.º 2.771 — São Paulo

N. B. — Nenhum agente de vendas está autorizado a receber dinheiro em nome da Cia.

Fonte: Reclames do jornal Estadão (1936).

Dois outros pontos eram abordados com destaque nas campanhas publicitárias da companhia: que em suas terras era facultado o plantio de cafeeiros, pois pelo Decreto Federal, de 1932, em São Paulo o plantio de novos cafeeiros estava proibido, e a permissão que esse Decreto fornecia para o Paraná foi um grande atrativo; o outro ponto destacado era a inexistência de saúvas na região, pois tais formigas, na época, eram consideradas pragas nacionais (BONI, SATO, 2009).

Até 1944, enquanto esteve em mãos inglesas, a Companhia repartiu 34,4% da concessão original de terras agrícolas, 6122 lotes urbanos e construiu 1483,2 km de estradas (CODESUL, 1976).

3.9 A VENDA DA CTNP E A COLONIZAÇÃO DO NORTE NOVISSÍMO

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, o segmento ferroviário da *Paraná Plantations Ltd* teve que ser nacionalizado, sendo este incorporado à Rede Viação Paraná Santa Catarina (RVPS). Na Segunda Guerra Mundial também estava o motivo para a CTNP passar para mãos brasileiras (CODESUL, 1976).

Segundo Luz (1997), a empresa colonizadora foi posta a venda em São Paulo e Rio de Janeiro e quem a adquiriu foi um grupo de empresários paulistas comandado por Gastão Vidigal. Ainda segundo o autor, o governo federal aceitou a transação com a condição de que a estrada de ferro que já se encontrava em Apucarana fosse entregue ao governo por 88.000:000\$000.

Sob nova direção, a Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná continuou seguindo as diretrizes do processo colonizatório de sua antecessora, a CTNP; assim o loteamento de novas terras, a construção de estradas e a fundação de núcleos urbanos seguiram o planejamento já existente (CODESUL, 1976).

O grupo de investidores brasileiros, ao ficar com as terras e com o plano de colonização pertencente aos ingleses, não alterou as sábias diretrizes fixadas pelos seus antecessores. Ao contrário, procurou evitar qualquer solução de continuidade que pudesse interromper a magnífica obra de desbravamento e uso racional da terra que se observava em Londrina e nas áreas adjacentes. Para tanto, conservou Arthur Thomas como gerente da Companhia, até fins de 1949, quando esse grande administrador e amigo do Brasil alcançou merecida aposentadoria (Companhia de Terras Norte do Paraná, 1975, p.101).

Para dar continuidade em seu projeto de colonização, a companhia entre 1946 e 1950 tentou adquirir novas áreas de terras devolutas, no entanto não teve êxito. Com isso, a companhia passou a aplicar suas reservas financeiras em diversos empreendimentos industriais. Foi somente em janeiro de 1950, quando Hermann Moraes Barros assumiu o cargo de Diretor Gerente, que este conseguiu comprar a Gleba Umuarama com aproximadamente 30 mi alqueires. De 1945 a 1950 foram criadas na nova fase da companhia

as cidades de Pirapó, Jandaia, Mandaguari e Maringá. Atravessando o Ivaí, já no norte novíssimo, foram fundadas as cidades de Cianorte e Umuarama (LUZ, 1997).

Ainda segundo o autor, devido à dificuldade em adquirir mais terras, a companhia passou a diversificar suas atividades com investimento em indústria de cimento, geração de energia elétrica, com a Usina Hidrelétrica de Apucarantina, e açúcar, com a Usina de Jacarezinho.

Por iniciativa do mesmo grupo financeiro que desenvolveu o bem sucedido plano de colonização, os seguintes empreendimentos industriais foram fundados: Empresa Elétrica de Londrina, organizada com o objetivo de fornecer energia elétrica a essa e outras prósperas cidades da região; Companhia Agrícola Usina Jacarezinho, produtora de açúcar; Companhia de Cimento Portland Maringá, produtora de cimento; Cobrasma, produtora de vagões e outros equipamentos ferroviários; Forjas Nacionais, Fornasa, produtora de tubos galvanizados; a Braseixos, produtora de autopeças e produtos forjados; e a Marítima, Companhia de Seguros Gerais (Companhia de Terras Norte do Paraná, 1975, p. 186).

Ao todo, a Companhia colonizou uma área correspondente a 546.078 alqueires de terras, ou cerca de 13.166 quilômetros quadrados, ou ainda 1.321.499 hectares. Foi responsável pela venda de 70.000 datas urbanas, além disto, fundou de 63 cidades e patrimônios e vendeu áreas variáveis entre cinco e 30 alqueires para 41.741 compradores (CTNP, 1975).

Correspondendo geograficamente ao norte novíssimo, tem-se a mesorregião noroeste paranaense, área que se estende da margem esquerda do Rio Ivaí até a margem direita do Rio Piquirí. Nesta região tem-se o esgotamento da colonização impulsionada pela lavoura cafeeira. O Processo de ocupação do norte novíssimo deu-se em dois momentos: primeiramente ocupou-se toda a mancha de terra roxa; posteriormente ocupou-se a região de solo misto, resultante do contanto entre os solos de arenito e basalto (SERRA, 2010).

Passando da terra roxa para o solo, resultado da decomposição do arenito caiuí, ocorre uma variação na cobertura vegetal; como símbolo da fertilidade dos solos da região de terra roxa, encontram-se grandes árvores da peroba rosa (*Aspidosperma polyneuron*), do pau d'alho (*Gallesia Gorazema*) e da figueira branca (*Ficus Organensis*), além de aparecer com destaque o palmito (*Euterpe Edulis*). No caso do arenito caiuí, a diferença pode ser notada já no porte das árvores que são menores e encontra-se muito coqueiro (*Arecastrum Romanzoffianum*). Existe também grande diferença na fertilidade o solo do arenito caiuí, que é menos fértil que a terra roxa, e mais propício a erosões. (CARVALHO, 2000).

Dez anos depois de iniciada a colonização do *Norte Novo*, em 1940, deu-se início a colonização do chamado *Norte Novíssimo*. As perspectivas favoráveis do café no mercado externo foi um impulso para as transações imobiliárias daquela região, pois a garantia de pagamento do lote era o lucro gerado pela atividade cafeeira (SERRA, 2010).

A CTNP adquiriu terras numa faixa que atravessava o Ivaí, adentrando na região chamada *Norte Novíssimo*, onde fundou duas cidades: Cianorte e Umuarama. Outra parte das terras foi ocupada por iniciativa do Governo, como no caso da Colônia de Paranavaí (CODESUL, 1976).

A década de 1960 marcou o limite do avanço da frente cafeeira na região norte do Paraná, pois ocorreu o esgotamento dos solos propícios e não propícios à cultura do café, encerrando assim os negócios imobiliários (SERRA, 2010).

4 A IDA DOS LUNARDELLI PARA O PARANÁ E SUL DO PARÁ

Foi a ação da CTNP, na década de 1930, o principal motor de colonização da região chamada Norte Novo. Apesar da fertilidade da terra, o acesso era muito difícil, o que desinteressava os possíveis compradores. A CTNP abriu caminhos e investiu na extensão da linha da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, valorizando assim as terras, o que atraiu muitos compradores (FERREIRA, 1984).

Já as terras acima dos limites da CTNP até o rio Paranapanema continuaram esquecidas, e somente no final da década de 1930 essa situação começou a mudar, pois com os caminhos abertos pela CTNP, vários agricultores decidiram colonizar as terras acima dos limites da companhia, dentre estes Geremia Lunardelli e seu irmão Ricardo Lunardelli.

4.1 OS PRIMEIROS EMPREENDIMENTOS DE GEREMIA LUNARDELLI E SUA IDA PARA O NORTE DO PARANÁ

Estimulados por propagandas da emigração transoceânica, com promessas de contrato de trabalho com boa colocação e viagem gratuita, famílias italianas resolveram se aventurar; entre essas famílias, estavam os Lunardelli, vindos de Mansué, aldeia da província de Treviso. (GIOVANETTI, 1951).

Geremia Lunardelli contava com um ano de idade quando embarcou em 1886 na cidade de Genova e foi conduzido para Santos. Como se dava o engajamento e como se determinasse o destino das famílias para diferentes fazendas, é sabido. Os imigrados eram encaminhados à Hospedaria dos Imigrantes, de onde tomavam seu destino de acordo com o pedido dos proprietários (GIOVANETTI, 1951. p. 37).

Os Lunardelli foram destinados a trabalhar na fazenda Boa Vista, no município de Rio Claro, região de Corumbataí. No entanto, a permanência destes na região foi curta, pois o patriarca da família, em 1888, veio a falecer. O falecimento do pai e o matrimônio da mãe de Geremia Lunardelli fizeram com que eles mudassem para Jundiá, onde se dedicaram ao plantio de cebolas (GIOVANETTI, 1951).

No entanto, a tentativa de plantar cebolas fracassou, o que levou a família a mudar-se para São Bernardo e iniciar outra atividade econômica: a produção de carvão vegetal; esta atividade também não alcançou os resultados esperados. Depois dessas tentativas fracassadas,

a família Lunardelli aceitou um contrato de trabalho na fazenda Dumont, em Sertãozinho, na zona de Ribeirão Preto (GIOVANNETTI, 1951).

Geremia Lunardelli cresceu, pois no ambiente do café. Lavrou a terra, tornou-se senhor de todos os pormenores dessa atividade agrícola [...]. Criado numa fazenda, acostumado durante dez anos à lavoura do café, Lunardelli só queria dedicar-se a esse ramo da agricultura [...]. Geremia, na fazenda Dumont, ampliava seus conhecimentos e continuava sonhando com grandes projetos que o levaria à independência (GIOVANNETTI, 1951, p.38 e 39).

Houve ainda por parte dos Lunardelli uma tentativa breve de morar em Alfredo Chaves, região colonizada por italianos no estado do Rio Grande do Sul. Estes regressaram à fazenda Dumont em Sertãozinho (GIOVANNETTI, 1951).

Trabalhando como colono e carroceiro na fazenda, Dumont Geremia Lunardelli procurava melhorar de vida. Um dos primeiros negócios realizados por ele foi a compra de uma pequena manada de leitões que depois de criados foram revendidos. A compra de uma novilha foi o segundo negócio realizado por Geremia, que conseguiu juntar oito contos de reis, que lhe possibilitou comprar de sociedade um sítio com cinquenta mil pés de café e um engenho de cana, iniciando a trajetória do “rei do café” (GIOVANNETTI, 1951).

[...] propuseram-lhe a compra de um sítio com cinquenta mil pés de café e um engenho de cana. Era a sua grande ambição e não deixou que o negócio lhe escapasse. As economias de que dispunha não davam para essa aquisição e entrou em entendimento, para uma sociedade, com a família Modolo. O sítio foi adquirido: Lunardelli e seu padraсто Miotto ficaram com a terça parte, enquanto as duas terças partes restantes pertenciam aos Modolos. Não tardou muito e evidenciou-se que a sociedade não dava resultados esperados, pois os Modolos e mesmo o padraсто do Geremia tinham caráter diferente. De comum acordo foi a sociedade dissolvida, ficando Lunardelli com uma parte do sítio e com o direito de usar o engenho de cana durante oito dias do mês (GIOVANNETTI, 1951, p.43).

Geremia chamou seu irmão Ricardo Lunardelli para sociedade na parte que lhe cabia no sítio, assim estes repartiram as funções: a Ricardo coube a responsabilidade do cultivo do café e a Geremia o cuidado no cumprimento dos acordos com a casa comissária Bezerra Paz, em Santos. Com isso, os Lunardelli conseguiram novas economias e Geremia adquiriu uma pequena fazenda no município de Chavantes (GIOVANNETTI, 1951).

Os negócios estavam progredindo, o capital investido inicialmente havia aumentado, porém, a casa Bezerra Paz acabou indo à falência e Geremia sofreu um prejuízo de 150 contos. Este se viu obrigado a vender a fazenda Chavantes, para receber algum dinheiro, e

também ficou com uma máquina de beneficiar café. Com essa quebra, Geremia voltou a se dedicar a produzir café no sítio em Sertãozinho e comercializar.

Geremia então passou a comercializar em Santos a produção dos pequenos cafeicultores da região de Sertãozinho.

A ele se dirigiam não somente para o benefício do café e para a venda do produto, mas também para lhe pedir conselhos e mesmo proteção, se necessário. Não havia advogados então em Sertãozinho e Geremia Lunardelli foi de fato o consultor técnico e administrativo e, em certos casos, quase o protetor legal da grande massa de pequenos produtores, que não habituados a tratar com as grandes firmas de Santos, se sentiam como que desorientados mesmo diante de pequenas dificuldades burocráticas ou financeiras (GIOVANNETTI, 1951, p. 53).

Entre 1915 e 1916, Geremia vende sua máquina de beneficiar café para se dedicar somente à produção; é neste mesmo período que surge um convite para ele conhecer a fertilidade das terras em Olímpia. Sem perder tempo, adquiriu um sítio com 35 mil pés de café e decidiu a se estabelecer na região, comprou a fazenda Pau d'Alho e construiu sua residência.

No entanto, em 1918, Geremia quase chegou à falência por causa da geadas, pois das produções de suas duas propriedades na região de Olímpia não restou nada; por conta disso, ele foi obrigado a vender ao fazendeiro Maurílio Vicari sua máquina de beneficiar café. Passada a situação ocasionada pela geadas, veio a queda no preço do café, fazendo com que todos acreditassem que tal cultura não renderia mais nada. Geremia, porém, discordava dessa afirmação, e com a esperança de melhora nos preços, adquiriu uma fazenda em Sibirinia, perto de Olímpia, por 450 contos e chamou seu irmão Ricardo, que havia ficado no sítio em Sertãozinho, para administrar a nova aquisição. Como Geremia havia previsto, os preços subiram e este não parou de progredir e adquirir novas fazendas.

Uma oferta houve, porém a qual não soube resistir. Por 1.250 contos vendiam-lhe a conhecida fazenda Gema de Rodolfo Lara Campos. Era esse um dos seus grandes desejos. [...] adquiriu também a fazenda Boa Vista em Guarantã. Na fazenda Boa Vista existia 250 mil pés de café e na Gema 300 mil, além de grande quantidade de terra (GIOVANNETTI, 1951, p.68 e 69).

Em Catanduva, foi-lhe proposto a compra de uma fazenda com 1.300.000 pés de café; Geremia logo aceitou e chamou seu irmão Ricardo para se transferir para a nova fazenda e este aceitou, dando início à plantação de mais 200 mil pés de café.

No ano de 1927, devido às suas aquisições e à quantidade de pés de café nelas plantados, Geremia Lunardelli conquistou o título de Rei do Café. Sua atuação limitava-se ao estado de São Paulo, particularmente às zonas da Noroeste e da chamada Alta Paulistana.

Em 1938, o Rei do Café adentrou no norte paranaense para dar início a sua primeira fazenda de café na região onde hoje é a cidade de Bela Vista do Paraíso, a 42 quilômetros de Londrina; em 1939 já havia plantado os primeiros 30.000 pés de café na Fazenda Cascata.

Fotografia 6- Sede da Fazenda Cascata em Bela Vista do Paraíso- Pr.



Fonte: Revista A Pioneira (1949).

Esta fazenda, em 1949, já estava em plena produção, detendo o título de maior fazenda no Paraná do gênero, com 1.070.000 pés de café. No entanto, Geremia Lunardelli continuou abrindo fazendas no norte paranaense. No município de Assaí, em 1941, abriu a fazenda Cachoeira, plantando inicialmente 1.200.000 pés de café, sendo que 800.000 encontravam-se produzindo em 1949. Esta fazenda, quando estivesse em plena produção, ganharia o título de maior fazenda da sua irmã, a Cascata.

Influenciado pela ida do irmão Ricardo Lunardelli para região onde atualmente se encontra o município de Porecatu, Geremia Lunardelli também abriu sua fazenda por lá chamada Cascatinha, com 920.000 pés de café, inicialmente.

Em 1953, Geremia Lunardelli havia formado seis grandes fazendas no norte do Paraná. Estas fazendas possuíam quase sete milhões de cafeeiros distribuídos da seguinte maneira: Cachoeira, localizada em Assaí, com 2.500.000 cafeeiros; Cascata, localizada em Bela Vista do Paraíso, com 1.240.000 cafeeiros; Cascatinha, localizada em Porecatu, com

1.100.000 cafeeiros; Igarapu, localizada em Apucarana, com 800.000 cafeeiros; Chapadão, localizada em Arapongas, com 550.000 cafeeiros; Barbacena, localizada em Jandaia, com 500.000 cafeeiros;

Fotografia 7- Geremia percorrendo o cafezal na fazenda Cascata em Bela Vista do Paraíso- Pr.



Fonte: Revista A Pioneira (1949).

Geremia, em entrevista concedida à revista da época, A Pioneira, em 1953, disse que teve três surpresas com relação às condições do café na região norte novo do Paraná, uma delas bem agradável: *“quanto à durabilidade e a média de produção, diz-nos Geremia Lunardelli inferiores a São Paulo, mas quanto à qualidade (esta é a surpresa agradável), o café da zona de Londrina é bom e fino”*.

Mesmo com milhões de cafeeiros, Geremia Lunardelli sempre teve a preocupação de utilizar métodos racionais de trabalho, como ressalta a reportagem de *O Estado de São Paulo*, em 28 de março de 1953:

Alguns milhões desses cafeeiros estão plantados em curvas de nível e outros milhões protegidos com cordões de contorno, o que demonstra a possibilidade, mesmo em culturas dessa extensão, da prática dos métodos mais racionais de trabalho. Observando essas plantações de avião e em

viagens de “jeep”, chega-se à conclusão de que a obra do Sr. Lunardelli pode servir de exemplo a todos os lavradores da região.

Ainda preocupado com o sucesso de seu empreendimento no Norte do Paraná, periodicamente em seu “Beechcraft” Bonança Geremia Lunardelli percorria suas fazendas a fim de verificar com seus próprios olhos como andava a administração dessas por seus funcionários.

Fotografia 8- Beechcraft Bonança pertencente ao “Rei do Café”.



Fonte: Revista A Pioneira (1949).

Geremia Lunardelli, além de se preocupar com o rendimento de suas fazendas, também tinha a preocupação com o conforto e comodidade de seus funcionários. Suas fazendas sempre contavam com uma serraria e com uma grande área de mata de onde se retirava as toras para construção das casas de seus colaboradores.

Fotografia 9- Colônia da Fazenda Cascata em Bela Vista do Paraíso- Pr.



Fonte: Revista A Pioneira (1949).

A importância de Geremia Lunardelli, não apenas no Paraná como em outros estados, pode ser demonstrada na homenagem que a Associação Comercial do Rio de Janeiro e o Centro do Comércio do Café do Rio de Janeiro, por meio de seu presidente Sr. Rui de Almeida, em janeiro de 1949, lhe prestaram:

O Sr. Rui de Almeida não fez propriamente um discurso. Limitou-se a contar para os presentes a vida de Geremia Lunardelli desde quando chegara ao Brasil com um ano de idade, como simples colono imigrante que havia de tornar-se em nossos dias um dos maiores propulsores da riqueza nacional. Na sua adolescência, fixou-se na zona de ribeirão preto, naquela ocasião chamada de “terra da promessa”. Ao atingir a maioridade em 1912, era encaminhado para a Câmara dos Deputados o chamado Convênio de Taubaté, acusando a sua tendência para a lavoura de café, iniciava suas atividades com pequenas plantações. Em 1914, perdia quase tudo. Em 1916, ressurgindo com a sua fibra e sua fé, dois anos antes da geada, comprou a sua segunda fazenda, com 150 mil pés de café. Delineava nessa época a sua confiança nos destinos do café na lavoura brasileira. Daí para cá Geremia Lunardelli tornou-se cada vez maior, levando suas plantações a várias regiões de São Paulo e Goiás. Em 1918, após o armistício, prévio a alta do produto e, em 1922, tudo que tinha aplicava na compra do café para tornar-se em 1927 o “rei do café”, título que mantém invejavelmente até hoje. Resistiu a todos os temporais e, em 1938, entrava no Paraná, plantando 5 milhões de pés de café no norte daquele estado. Hoje é possuidor de mais de 10 milhões de pés a suas atividades o colocam ainda entre os grandes plantadores de algodão e criadores de gado do país (A PIONEIRA, 1949).

4.2 PORECATU - A PROPRIEDADE DA TERRA ANTES DA INSTALAÇÃO DOS LUNARDELLI

Grande parte do atual estado do Paraná, inicialmente, foi explorado por portugueses, porém, com o Tratado de Tordesilhas, esta área passou para domínios espanhóis, que tomaram posse por meio dos Jesuítas, que fundaram várias reduções indígenas para promover a catequização dos índios na região (STECA, 2008).

A região onde atualmente se encontra a cidade de Porecatu, no século XVI, fazia parte da antiga Guairá, e em 1610 os Jesuítas fundaram as reduções de Nossa Senhora de Loreto, Santo Inácio Mini e São Pedro, nas quais realizaram trabalhos de catequização com os índios por quase 30 anos. Com a procura de ouro e apresamento de índios, essas reduções foram dizimadas e os Jesuítas e espanhóis foram expulsos do território (STECA, 2008).

A região do rio Paranapanema acabou ficando para as tribos indígenas que não foram capturadas, mas com o desaparecimento dessas populações a terra passou a condição de devoluta e desocupada.

Escolástica Melchert da Fonseca, estavam à venda. Devido à falta de caminhos, Ricardo cavalgou aproximadamente 25 km de Alvorada do Sul até as margens do Ribeirão Capim, onde encontrou o rancho de Heitor Celestino Teixeira. Tal safrista hospedou o agricultor paulista que percorreu as terras e percebeu pela vegetação nativa (páu d'alho e figueira branca) que eram de excelente qualidade e estavam sendo vendidas a preços baixos (REVISTA CENTRAL PARANÁ, 1956).

Londrina, 23 de novembro de 1940. Ilmo Sr. Ricardo Lunardelli- São Paulo
Prezado Senhor: anteontem voltei do mato e achei duas cartas suas, de 9 e 1 do corrente, e repondo:

I- o preço das terras, sem abertura das estradas, podem ser vendidas a razão de 250\$a300\$ por alqueire em prestações até 1944, podem ser 300\$a350\$ por alqueire.

II- o preço com estradas abertas pode aumentar a 50\$ por cada alqueire e vende-se fácil.

III- altitude, darei exata depois de serem demarcadas as terras, mas, agora digo que altitude do outro do Capim é mais ou menos igual entre o Vermelho e o Capim.

Sem mais, com estima e consideração (Ass.) Thimóteo Niculitcheff.
(CENTRAL PARANÁ, 1956, p.8).

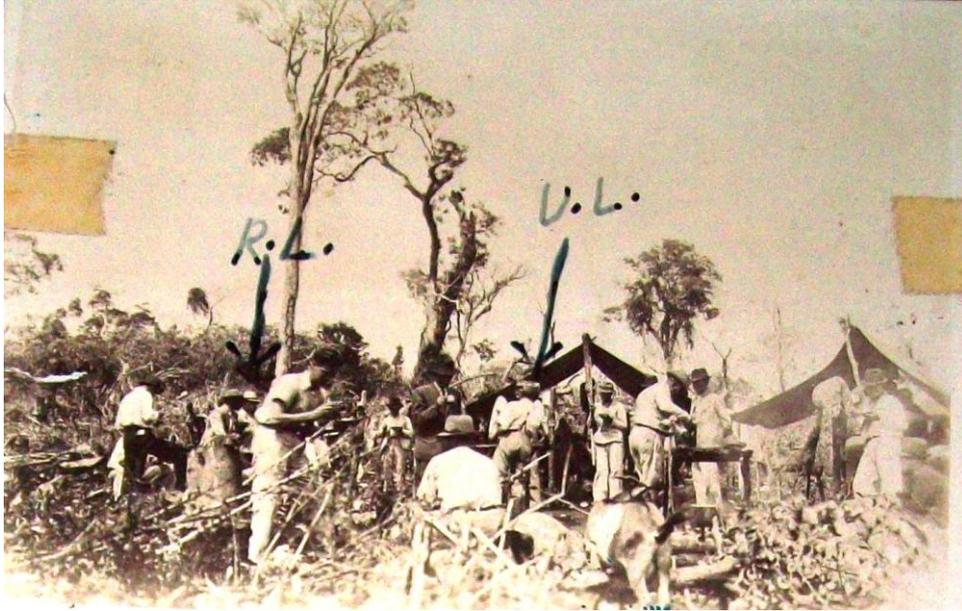
Fotografia 10- Ricardo Lunardelli e Thimóteo Niculitcheff posam para foto em frente ao rancho de Heitor juntamente com a família do agricultor.



Fonte: Museu Porecatu [194-].

Logo Ricardo decidiu comprá-las e em abril de 1941, seu filho, Urbano Lunardelli, juntamente com o empreiteiro João Francisco Sobrinho e alguns trabalhadores acamparam ao lado do rancho de Heitor em pequenas tendas, dando início ao processo de colonização naquela região.

Fotografia 11- Primeiro restaurante improvisado nas terras adquiridas pelos Lunardelli na região onde atualmente encontra-se a cidade de Porecatu para os trabalhadores que abriam clareiras.



Fonte: Museu de Porecatu [194-].

Fotografia 12- Da direita para esquerda Ricardo Lunardelli com seu filho Urbano e Francisco Galli almoçando no meio da mata.



Fonte: Museu Porecatu [194-].

A primeira sede da fazenda de Ricardo Lunardelli foi construída em 1942, também ao lado do rancho como o acampamento e os materiais para a construção vieram de fora, sendo a casa de madeira com cobertura de zinco; ali os Lunardelli moraram durante seis anos.

Fotografia 13- Primeira sede da fazenda construída com tabuas irregulares e pedaços de zinco.



Fonte: Museu de Porecatu [194-].

Os trabalhadores iam abrindo picadas a golpes de facão até as terras no espigão, onde seria fundada a cidade. Pelas plantas topográficas da antiga colonização, o local escolhido pelos Lunardelli para fundar a cidade já havia sido um patrimônio chamado de Antenorburgo, nome dado pelos encarregados de Dona Escolástica, que tinham como objetivo colonizar a região da Fazenda Floresta; porém, tal patrimônio não resistiu. Chegando ao espigão, decretou-se se que ali seria a Vila Brasília. Entretanto, o nome não poderia ser utilizado, pois já existia outra Vila Brasília em Minas Gerais. Como Ricardo era um estudioso da natureza, para criar o nome da vila inspirou-se na paisagem que viu, juntou os termos Pore - Salto, corredeira, e Catu - são, saudável, digno, bonito; assim, formou-se a palavra Porecatu (REVISTA CENTRAL PARANÁ).

Fotografia 14- Descanso no acampamento montado ao lado do rancho de Heitor.



Fonte: Museu de Porecatu [194-].

Logo começou a venda, por estes colonizadores, de lotes com pequeno e médio porte, aos preços já citados, isto é 250\$ e 400\$ o alqueire de 24.200 m² e com alguns prazos de pagamentos.

Fotografia 15- Caravana com os primeiros compradores de terras.



Fonte: Museu de Porecatu [194-].

Em 30 de dezembro de 1943, pela Lei Estadual nº 199, a vila foi elevada à categoria de distrito Judiciário e quatro anos depois, em 10 de outubro de 1947, pela Lei nº02, à categoria de Município, sendo desmembrado de Sertanópolis. Além da autonomia política, a construção e conservação das estradas naquela região contribuíram muito para aumentar o valor das terras, passando a valer de trinta a cinquenta mil cruzeiros o alqueire.

4.4 A USINA CENTRAL PARANÁ

No estado do Paraná, até a década de 40, dois municípios destacavam-se pela produção de cana-de-açúcar: Morretes, na baixada litorânea, e Sertanópolis. Entretanto, esta produção era vinculada a pequenos alambiques e engenhocas. Em 1933, para organizar as bases da produção açucareira no Brasil, criou-se o Instituto de Açúcar e do Alcool (IAA). Após a criação do instituto, houve a proibição da fabricação de açúcar rudimentar, sendo priorizado, então, o açúcar cristal, produzido por usinas. Com essa proibição, as engenhocas passaram a ser fiscalizadas e acabaram fechando ou se dedicando somente à aguardente (BRAY, 1985).

Segundo o autor, um dos fatores que contribuiu para a instalação de novas usinas no Paraná foi a interrupção do comércio de cabotagem devido à Segunda Guerra Mundial (1939/45). Isso dificultou o abastecimento de açúcar no centro-sul e esta demanda precisava ser suprida; com isso, o aumento do parque açucareiro e a expansão lavoura de cana desta região, antes importadora da maior parte de seu consumo, passaram a ser incentivados.

Assim, o IAA, como medida para desenvolver essa produção, abre quotas para a fundação de novas usinas na região centro sul a partir de 40.

Mesmo interessados na plantação de café em suas fazendas e venda de lotes, os Lunardelli, que estavam instalados há um ano (1941) na região de Sertanópolis (Porecatu até 1946 pertencia a Sertanópolis), onde já havia o desenvolvimento de cana, decidiram entrar na concorrência para a fundação de uma usina de açúcar.

Fotografia 16- Estrutura da Usina Central Paraná sendo montada.



Fonte: Museu de Porecatu [194-].

Doze candidatos se apresentaram pela proposta em montar uma usina com cota de 30 mil sacas, e Ricardo Lunardelli venceu uma das vagas, iniciando a história da Central Paraná. E pela Portaria nº17 de 3 de novembro de 1942, foi autorizada a instalação de usinas em diversos estados, dentre eles no Paraná, com duas usinas de açúcar e álcool: Central Paraná e Bandeirante.

O primeiro setor de moenda foi adquirido na Bahia, da Usina Central Pojuca. As instalações desativadas estavam à venda, e Ricardo logo resolveu comprá-las para dar início à construção da Central Paraná, em Porecatu.

Naquele ano (1942), uma viagem de Porecatu, então um aglomerado de casas plantadas por desbravadores, nas terras de Ricardo, até Londrina, já um local promissor, tinha que ser feita no lombo de burros. E com este meio de transporte (o único) se levava dias e dias até o ponto final, de qualquer lado que se partisse em viagem. Esta era a situação da época, “mandando vir da Bahia um equipamento completo para por em funcionamento a sua usina. A viagem, feita igualmente em lombo de burros, levou meses até que todo material, desmontado chegasse a Porecatu” (REVISTA CENTRAL PARANÁ, 1956. p.3).

Fotografia 17- As primeiras instalações da Usina Central Paraná- Pr.



Fonte: Museu de Porecatu [194-].

Já em 1945, a usina entra em funcionamento, entretanto apenas em 1949 esta começa a trabalhar normalmente. A cana começou a ser produzida na Fazenda Jaborandi, já em 1944; de propriedade dos Lunardelli, estes a dividiram em duas glebas, sendo uma subdividida e destinada aos fornecedores da usina.

As atividades desenvolvidas pelos Lunardelli - venda de lotes e cultivo de cana - tiveram muito sucesso devido aos regulamentos para a origem da cana que seria moída nas usinas.

Ao mesmo tempo os regulamentos preveem que as grandes usinas devem moer certa porcentagem (40%) de cana fornecida por pequenos proprietários, a fim de limitar a concentração excessiva da agricultura e da indústria. Os paulistas aproveitaram inteligentemente esses dispositivos. Lunardelli desenvolveu um imenso cafezal nos espigões e venderam os terrenos baixos, também formados por terra roxa, a pequenos proprietários, com a condição de plantarem cana. Concedendo um prazo dilatado para o pagamento dos lotes, autorizou os sitiantes a quitar as prestações com entregas de cana (MONBEIG, 1984).

Fotografia 18- Vista da Usina Central Paraná já em funcionamento na cidade de Porecatu.



Fonte: Museu de Porecatu [194-].

O envolvimento dos Lunardelli com a Usina Central do Paraná chega ao fim em 1972, quando Ricardo Lunardelli vende esta ao grupo Atalla.

Nas tabelas abaixo, é exposta a produção de açúcar e álcool sob o comando de Ricardo Lunardelli da Usina Central Paraná, e das outras usinas em funcionamento no estado do Paraná.

Tabela 1- Produção de açúcar nas usinas paranaenses de 1946 a 1961.

Ano	Usina Bandeirantes	Usina Central Paraná	Usina Jacarezinho	Usina Malucelli	(Sacos de 60 quilos)
					Total
1946/47	36.891	13.424	-	-	50.517
1947/48	57.117	100.433	22.600	7.967	165.517
1948/49	53.909	90.072	26.822	10.982	185.716
1949/50	65.916	99.542	10.082	18.741	243.927
1950/51	98.267	240.704	30.160	19.169	450.915
1951/52	108.511	250.638	106.515	23.060	488.724
1952/53	150.900	219.399	111.259	21.602	503.168
1953/54	90.688	222.504	152.353	22.847	488.392
1954/55	154.102	333.139	169.078	16.337	672.656
1955/56	129.025	328.046	202.343	14.000	673.414
1956/57	185.215	431.190	186.099	20.845	823.349
1957/58	205.214	444.444	244.010	20.672	914.340
1958/59	262.340	417.239	311.109	31.272	1.021.960
1959/60	236.753	435.923	261.536	30.525	963.747
1960/61	310.600	517.204	360.924	24.865	1.213.593

Fonte: Boletim de Geografia- UEM- Ano 3-nº3-Jan (1985).

Em 1964, novas quotas foram autorizadas para a abertura de usinas de álcool e açúcar no país. No caso do Paraná, foi implantada a quinta usina de açúcar, Santa Teresinha Ltda., no município de Maringá. Cabe ressaltar que a usina Malucelli, 11 anos depois de iniciar a sua produção, em 1958, mudou seu nome para usina Morretes.

Tabela 2- Produção de açúcar nas usinas paranaenses de 1961 a 1971.

(Sacos de 60 quilos)

Ano	Usina Bandeirantes	Usina Central Paraná	Usina Jacarezinho	Usina Morretes	Usina Sta. Teresinha	Total
1961/62	359.270	725.585	251.342	11.835	-	1.348.032
1962/63	434.253	706.591	248.835	20.305	-	1.409.984
1963/64	403.662	838.189	299.340	19.435	6.244	1.566.870
1964/65	602.140	1.119.539	362.574	33.378	12.819	2.130.450
1965/66	690.480	1.183.132	506.433	22.246	42.282	2.444.575
1966/67	506.118	955.621	427.084	30.382	59.849	1.979.054
1967/68	534.863	925.658	448.466	21.504	55.103	1.985.594
1968/69	542.670	1.181.223	373.238	6.517	67.410	2.171.258
1969/70	567.580	868.873	404.058	14.716	76.849	1.932.074
1970/71	651.300	1.307.942	479.032	12.980	105.853	2.557.107

Fonte: Boletim de Geografia- UEM- Ano 3-nº3-Jan (1985).

Foi no final da década de 1940, por meio de incentivos do governo, que ocorreu o início da produção de álcool no estado do Paraná, por meio de destilarias anexadas nas usinas de açúcar já existentes. As primeiras usinas a produzir álcool foram as usinas Bandeirantes e Central Paraná, em 1948.

Tabela 3- Produção de álcool nas usinas paranaenses, de 1948 a 1971.

(Litros de álcool)

Ano	Usina Bandeirantes	Usina Central Paraná	Usina Jacarezinho	Usina Malucelli	Total Produzido
1948/49	400.550	764.000	-	-	1.164.550
1949/50	531.480	1.475.840	918.135	-	2.925.455
1950/51	806.940	2.615.300	880.000	15.000	4.317.240
1951/52	931.340	2.499.593	716.000	101.600	4.248.533
1952/53	1.226.000	2.584.000	902.100	121.400	4.833.520
1953/54	567.010	1.398.400	1.139.950	119.365	3.224.725
1954/55	1.783.000	2.433.700	813.650	96.400	5.126.750
1955/56	1.312.000	3.173.400	925.724	71.000	5.482.124
1956/57	1.296.000	3.034.000	1.309.700	99.800	5.740.390
1957/58	2.422.400	3.560.000	1.698.580	118.400	7.799.380
1958/59	2.167.100	3.799.000	1.876.241	118.000	7.960.341
1959/60	1.392.530	2.814.000	1.788.800	133.800	6.129.130
1960/61	3.141.000	3.576.000	1.143.300	137.400	7.997.700
1961/62	3.773.000	5.568.000	1.297.000	79.000	10.319.000
1962/63	3.824.000	7.165.000	777.000	120.000	11.887.000
1963/64	2.976.000	5.588.000	1.421.000	-	10.099.000

1964/65	4.356.000	7.872.000	1.014.000	-	13.332.000
1965/66	4.630.000	9.065.000	1.283.000	145.000	15.124.000
1966/67	5.478.000	6.780.000	1.300.000	130.000	13.688.000
1967/68	5.041.000	6.762.000	1.025.000	-	12.829.000
1968/69	4.827.000	6.964.000	894.000	-	12.687.000
1969/70	4.808.000	6.015.000	828.000	-	11.652.000
1970/71	6.298.000	7.774.000	1.918.000	-	15.990.000

Fonte: Boletim de Geografia- UEM- Ano 3-nº3-Jan (1985).

A importância da Usina Central Paraná é percebida por meio das tabelas acima, nas quais foram expostas as produções tanto de açúcar quanto de álcool. Nota-se que esta usina era a maior produtora do estado do Paraná.

4.5 ORGANIZAÇÕES RICARDO LUNARDELLI S/A.

Em 21 de agosto de 1946, foi constituída a Organização Ricardo Lunardelli S/A, Agricultura, Indústria e Comércio, a fim de explorar a produção do açúcar e álcool. Na parte industrial e econômica, havia o cultivo dos gêneros agrícolas cana-de-açúcar e café. Também eram desenvolvidas outras atividades no sentido de complementar as necessidades imediatas dos empregados da Organização.

Figura 7- Anúncio da Organização Ricardo Lunardelli.



Fonte: Revista a Pioneira (1948).

A diretoria era constituída pelas seguintes pessoas: Diretor Presidente - Ricardo Lunardelli; Diretor Vice Presidente - Comendador Geremia Lunardelli; Diretor Superintendente - João Lunardelli; Diretor Agrícola - Urbano Lunardelli; Diretor Industrial - Sérgio Lunardelli; Diretor Secretário - Paulo Mibieli de Carvalho (REVISTA CENTRAL PARANÁ, 1956).

Em 1956, a Organização tinha um capital registrado de 60 milhões de cruzeiros. Esta também possuía um patrimônio territorial em produção e em reserva de 121 mil hectares, cortados por 527 quilômetros de estradas e carreadores tecnicamente traçados. Estes hectares eram distribuídos em: 53.966 (ha) ocupados com o cultivo de cana-de-açúcar; 20.207(ha) com 1.200.000 pés de café; 9680(ha) com pastagens; 2.541(ha) com plantações de eucaliptos; 968(ha) com pomar industrial; 242(ha) com o Parque industrial; 4.872(ha) com sedes e casas para os colonos; e 28.524(ha) com reserva florestal (REVISTA CENTRAL PARANÁ, 1956).

Segundo a Revista Central Paraná (1956), para facilitar a orientação, fiscalização e controle por parte da diretoria, a vida econômica da empresa foi subdividida nos seguintes setores administrativos:

- Assistência geral: departamento de contabilidade; departamento de tesouraria, com a secção pessoal; departamento de restaurante; departamento de armazém, para abastecimento; departamento de obras e construções; departamento de assistência médico-hospitalar, dentária e sanitária.
- Setor industrial: departamento de usina, com as secções de destilaria e oficina mecânica; departamento de manutenção de viaturas; departamento de transporte; departamento de serraria, com as secções de carpintaria e marcenaria; departamento de usina cafeeira; departamento de laticínios.
- Setor agroanimal: departamento animal, com as secções de pecuária, de aves e de suínos; departamento de gênero agrícola, com as fazendas de café Canaã e Santa Maria, secções canavieiras do salto, central, retiro, barrinha, congo, geriva, vermelho, perobas e secções de horto florestal e pomar industrial.

Ainda para facilitar a administração da Organização, esta contava com um conjunto telefônico automático Ericsson, com 107.320 metros de linhas duplas para fazer funcionar os oitenta aparelhos existentes em todo o complexo.

4.5.1 Detalhamento dos setores da Ricardo Lunardelli S/A.

O Departamento de Manutenção de Viaturas tinha como função, cuidar dos reparos e manutenção da frota de veículos a motor que a firma possuía; havia uma equipe de mecânicos especializados apostos para solucionar qualquer problema.

Já o departamento de transporte tinha a função de transportar as matérias primas, como lenha, café e cana, sendo que a quantidade transportada diariamente de cana por estes trabalhadores correspondia ao peso equivalente a 25.000 sacas de café (REVISTA CENTRAL PARANÁ, 1956).

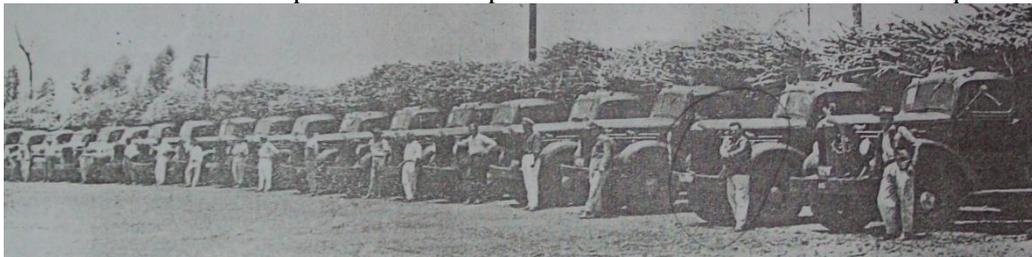
Fotografia 19- Trabalhadores em frente ao departamento de transporte.



Fonte: Revista Central Paraná (1956).

Também era feito o transporte de produtos manufaturados, como o açúcar, e o transporte dos trabalhadores da usina. Para isto, contava-se com 80 viaturas motorizadas, e a frota trabalhava 24 horas por dia a fim de manter a usina abastecida (REVISTA CENTRAL PARANÁ, 1956).

Fotografia 20- Frota de caminhões “mack” responsável pelo abastecimento em média de 1.400 toneladas de cana para a usina a capacidade destes caminhões era 10.000 quilos cada.



Fonte: Revista Central Paraná (1956).

Fotografia 21- Caminhões “mack” com seus motoristas responsáveis pelo transporte de açúcar para diversas regiões e estados.



Fonte: Revista Central Paraná (1956).

Utilizando o rio Paranapamena, o serviço da balsa que fazia a comunicação rodoviária entre os estados do Paraná e São Paulo na altura do Porto Capim também era de responsabilidade do departamento de transporte (REVISTA CENTRAL PARANÁ, 1956).

Em Porecatu, via-se grande porção de ranchos construídos por aqueles que vinham e compravam um lote de terras, com paredes de palmito cortadas ao meio da longitudinal; tal planta era facilmente encontrada na região. No entanto, nas fazendas e no complexo onde se instalou a Usina Central Paraná, as moradias dos trabalhadores eram todas de madeira (REVISTA CENTRAL PARANÁ, 1956).

Para dar suporte à construção destas casas de madeira, os Lunardelli logo instalaram uma serraria, inicialmente movida à lenha, e um traçador que necessitava de uma pessoa em cada ponta dele para desenvolver o serviço. As toras de perobas, cedro, cabriúva e caviúna eram puxadas por caminhões de bois.

Fotografia 22- Toras procedentes das matas da Fazenda Central Paraná matéria prima para a serraria.



Fonte: Revista Central Paraná (1956).

Fotografia 23- De propriedade da Ricardo Lunardelli S/A a serraria tinha capacidade para 30 metros cúbicos.



Fonte: Revista Central Paraná (1956).

No Setor Industrial, para atender os milhares de pés de café plantados nas fazendas da firma, existiam nove terreiros, além de um grande viveiro com novas mudas.

O processo de beneficiamento também era desenvolvido nas fazendas, pois assim o café era transportado já limpo, e isso contribuía para conseguir preços mais altos nos mercados (REVISTA CENTRAL PARANÁ, 1956).

Fotografia 24- Ambiente onde era realizada a secagem e o beneficiamento do Café na Central Paraná.



Fonte: Revista Central Paraná (1956).

Também no setor industrial podia-se contar com o departamento de laticínios. Este, em 1959, contava com o único laboratório pasteurizador de leite em toda a região norte do Paraná; tal laboratório também contava com um lavador e esterilizador de garrafas vazias utilizadas para o processo de engarrafamento do leite.

Além da pasteurização e engarrafamento do leite, eram produzidos mensalmente mil e duzentos quilos da manteiga *Extra Central Paraná* (A PIONEIRA, 1959).

O setor agroanimal tinha como finalidade dar assistência aos trabalhadores, fornecendo alimentos básicos para uma dieta balanceada a preços reduzidos. Por meio das técnicas utilizadas, procurava-se minimizar os custos de produção, usando as instalações da usina cafeeira, sob a orientação do chefe Sr. N. Acorsi e contribuição de Euvaldo Lunardelli, que processavam misturas conforme a exigência de cada caso. Isso significava alimentação prescrita para aves, vacas e suínos. Muitos dos elementos empregados para o processamento destas misturas eram produzidos ali na Central Paraná. Ajudado pela química da época, e com maquinário adequado, cada ração era elaborada de forma a conter os elementos exigidos para o desenvolvimento rápido dos animais, tais como proteína, fósforo, cálcio, vitaminas, fibras, antibióticos etc. (REVISTA CENTRAL PARANÁ, 1956).

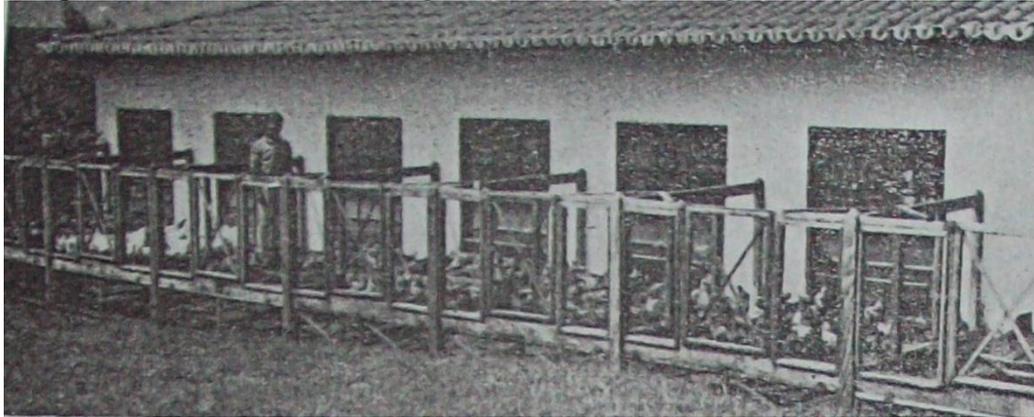
[...] pode-se afirmar, que os resultados são amplamente positivos. Procura-se com este sistema de alimentação balanceada, fazer os animais alcançarem com facilidade os elementos que eles poderiam encontrar na própria natureza, mas com dificuldade, uma vez que os mesmos são servidos em forma de rações criteriosamente estudadas. Os animais em regime constrangido facilitam sua conservação em ambiente sadio, economizando espaço que era desperdiçado em outro caso, inutilmente (CENTRAL PARANÁ, 1956, p.52).

Fotografia 25- Ovos sendo importado dos Estados Unidos- pedigree individual- Pinto Hampshire.



Fonte: Revista Central Paraná (1956).

Fotografia 26- Parte dos solares do pinteiro, com capacidade para 5.000 pintos.



Fonte: Revista Central Paraná (1956).

Além da excelente qualidade dos animais para o abate, a Organização ainda contava com belíssimos animais para a exposição; fato que comprova isso é que um “Duroc Jersey” do plantel da Central Paraná ganhou o primeiro lugar na exposição em Londrina. Havia também duas fazendas, a Canaã e Santa Maria, da Ricardo Lunardelli S/A, que tinham por finalidade a produção de café e de 1947 a 1955, um total de 128.819 sacas de café foram produzidas, advindas de 1.200.000 cafeeiros. Abaixo consta a distribuição da produção por safras:

Tabela 4- Produção de café por safra

Ano	Sacas
1947	6.447
1948	12.705
1949	8.715
1950	20.135
1951	12.910
1952	33.864
1953	6.578
1954	2.465
1955	25.000

Fonte: Revista Central Paraná (1956).

Na região de Porecatu, em menos de três anos, em 5 de julho de 1953 e 31 de julho de 1955, ocorreram fortes geadas. Isso contribuiu para um baixo desempenho nas lavouras agrícolas, prejudicando a firma. Apesar destes incidentes, a firma conseguiu se recuperar com sucesso.

[...] Com as suas culturas duramente castigadas pela inclemência do tempo, soube, entretanto, Ricardo Lunardelli S/A receber com serenidade a adversidade e hoje sem que para isso tivesse recorrido ou recebido qualquer amparo ou auxílio governamental, encontramos suas culturas recuperadas, o que atesta o vigor econômico administrativo da empresa e os métodos

racionais de trabalho e técnico adotados (REVISTA CENTRAL PARANÁ, 1956 p. 25).

A Organização ainda contava com o setor hortoflorestal: no departamento hortoflorestal eram produzidas, anualmente, milhões de mudas de eucalipto e café. Estas mudas de café depois eram encaminhadas para um grande viveiro, esperando serem plantadas.

No departamento do pomar industrial, percebe-se que a preocupação dos Lunardelli com a alimentação de seus funcionários ia além de oferecer carnes a preços acessíveis, para que estes tivessem uma refeição completa. A ingestão de frutas e legumes deveria fazer parte das refeições de todos (REVISTA CENTRAL PARANÁ, 1956).

A fim de suprir as frutas nos meses de dezembro a fevereiro, plantaram no pomar industrial 100.000 pés de abacaxis. Para o abastecimento do armazém e do restaurante da Organização, no período de março a setembro, podia-se contar com 7.000 laranjeiras, limas e limões. Ainda como complemento, para produzir o ano todo frutas, existiam 10.000 bananeiras (REVISTA CENTRAL PARANÁ, 1956).

Para a produção dos legumes, estavam reservados aproximadamente 10 alqueires, divididos em diversas hortas.

Na foto abaixo é retratado o trabalho em uma dessas hortas espalhadas pelas fazendas da Organização.

Fotografia 27- Pessoas cultivando uma das hortas da Ricardo Lunardelli.



Fonte: Museu de Porecatu [195-].

Ainda havia a preocupação com o bem estar dos funcionários, por isso foi criado o setor de assistência geral.

Estes departamentos relacionados à assistência social foram criados com finalidade extraeconômica, pois o que se vê é uma preocupação com o bem estar dos funcionários.

Instalado de início num modesto prédio de madeira, o armazém de abastecimento de Ricardo Lunardelli S/A com o passar do tempo adquiriu um importante espaço na firma. Com diversas secções, a preocupação em vender barato para os funcionários era marca registrada desse estabelecimento: *“Talvez seja nos seus açougues, o único lugar no País, onde ainda se pode adquirir um quilo de carne de vaca, porco ou frango a vinte e cinco cruzeiros”* (REVISTA CENTRAL PARANÁ, 1956. p15).

Analisando o volume de vendas de 1948 a novembro de 1955, percebe-se que mesmo vendendo os gêneros a um preço abaixo do vigente no mercado, o armazém gerava lucro. Tal lucro foi revertido na construção, em 1955, de um prédio em alvenaria com todos os requisitos de higiene e conforto. Neste novo prédio, havia: açougue; quitanda; setor de secos e molhados; setor de louças e ferragens; setor de tecidos e armarinho; setor de roupas feitas; e farmácia.

Tabela 5- Faturamento do armazém

Ano	Cr\$
1948	2.290.906,65
1949	5.383.904,60
1950	8.533.330,00
1951	11.072.826,40
1952	14.338.580,90
1953	21.320.867,10
1954	25.693.852,90
1955	35.000.000,00

Fonte: Revista Central Paraná (1956).

Ao longo de oito anos, suas vendas somaram Cr\$. 120.640.054,55 e em 1959 esse valor já havia alcançado a cifra de Cr\$150.000.000,00, demonstrando assim o sucesso desse armazém entre os funcionários.

Pensando naqueles que vieram tentar a sorte no norte paranaense, sem família, a firma Ricardo Lunardelli S/A construiu um restaurante onde a alimentação era de boa qualidade, assim como para aqueles que tinham família, com carne, verdura e legumes na dieta; havia também um alojamento para estas pessoas, tudo a um preço baixo para quem precisava.

O departamento restaurante para solteiros é outra obra meritória dos Lunardelli, no campo assistencial, oferecendo alimentação farta e sadia, bons e arejados quartos a seus empregados solteiros a preços baixos, proporcionando aos que se servem desses serviços uma economia de mais de 60% dos seus salários, em média (REVISTA CENTRAL PARANÁ, 1956, p. 15).

Além de armazém e moradia, a firma também se preocupava com a saúde de seus funcionários, pois havia uma enfermaria a cargo do Sr Arcurtes Bueno e um cirurgião dentista, Dr. Luiz de Fellipe, todos instalados na Central Paraná (REVISTA CENTRAL PARANÁ, 1956).

Fotografia 28- Enfermeiro responsável pelo tratamento dos funcionários da Central Paraná.



Fonte: Revista Central Paraná (1956).

4.6 OS LUNARDELLI NO VALE DO IVAÍ E A QUESTÃO DOS TÍTULOS NA REGIÃO

A região do Vale do Ivaí é o ponto de encontro das três frentes colonizadoras do Paraná.

No final dos anos 30, os caboclos foram para região do Vale do Ivaí; estes se aventuravam nas matas e abriam novas clareiras, pois sua definição de propriedade era diferente daquela dos imigrantes catarinenses, poloneses e ucranianos que vieram para o Vale no final da década de 40 (BOING, 2007).

No final dos anos 40 começaram a chegar os imigrantes catarinenses, e nortistas... foi nessa época que as pessoas que vinham de Pitanga e Manoel Ribas encontraram com os que tinham atravessado o Ivaí vindo do norte do Paraná e de São Paulo. Confirmando que nesta região houve um encontro

das frentes colonizatórias do norte e do sul; houve um encontro de diferentes culturas. Nesse período chegaram também muitos ucranianos e poloneses que reemigraram da grande colônia de Prudentópolis (BOING, 2007. P.4).

Ainda segundo o autor, o estilo de vida caboclo causou certa estranheza nos imigrantes que ali chegaram, pois para eles a terra não se comprava e sim trocava por coisas de utilidade no dia a dia, como cavalo e espingarda; estes também não davam importância a documentos. A terra, para os caboclos, deveria ser habitada e cultivada, assim, a divisa cantada é que prevalecia; isso quer dizer que quem chegava primeiro, escolhia suas terras e as cultivava, demarcando com picadas no meio do mato. Porém, os imigrantes nos final da década de 40 que ali chegaram começaram a comprar as posses dos caboclos e estes tiveram que se retirar, já que o sentido de propriedade mudou.

Inicialmente, as terras teriam pertencido a José de Lima, por divisa cantada; este, em 2 de dezembro de 1853, as vendeu a Manoel Soares da Silva Lima. Já em 1899, Manoel Soares da Silva Lima as vendeu a João Fordie, em escritura lavrada na Villa Ypiranga, Comarca de Ponta Grossa. No entanto, as terras não ficaram sobre poder de João Fordie por muito tempo, pois em 20 de julho de 1912, este vendeu parte a Alberto Landsberg, em escritura lavrada em Cartório na cidade do Rio de Janeiro, sendo Landsberg quem revendeu as terras à Sociedade Territorial Ubá Ltda. (BOING, 2007).

Ainda segundo o autor, a descrição de onde seria a divisa do terreno vendido em 1853 tem muitas falhas, o que deixava margem para o comprador mudar esses limites. A localização do terreno é informada apenas como um lugar chamado de Salto Grande, à margem esquerda do rio Ivaí. Como o modelo vigente no período era divisa cantada, os compradores acabaram ampliando os limites o máximo possível, e assim ocuparam toda a margem esquerda do rio Ivaí, até a confluência do rio Corumbataí. Este aumento no terreno, com o passar do tempo, pode ser visto quando analisado o primeiro pagamento do imposto de transmissão (siza), em oito de dezembro de 1853, inicialmente com o valor de 28\$000 (vinte e oito mil de réis) pagos na coletoria de Guarapuava; isso correspondia a sete alqueires.

No entanto, o terreno de João Fordie correspondia a 100.000 alqueires, e parte foi vendido, em 1900, a João Alberto de Munhoz.

Do Salto do Ubá (ou Salto Grande como é descrito em outras escrituras) pela margem esquerda do rio Ivaí, abaixo a rumo de Norte até o salto da Ariranha, deste salto e do aludido salto do Ubá a rumo sudoeste 80° por duas linhas retas até o rio Corumbataí - Escritura de compra e venda; 1900; in relatório do exame pericial sobre o registro de posse lançado às fls. 79 do livro de Registros nº 3, de Guarapuava (BOING, 2007.p 6).

E a outra parte, denominada fazenda Ubá, 80.000 alqueires foi vendido doze anos depois em 1912 a Alberto Landsberg. Porém, essas terras tinham irregularidades em seus títulos e, por serem devolutas, foram apropriadas indevidamente por meio do processo de ampliação das escrituras (DENEZ, 2011).

À margem esquerda do rio Ivaí, começando da barra do Ribeirão do Veado água abaixo e confrontado com o rio Corumbataí; a Oeste, à margem direita do rio Corumbataí; ao sul confrontando com as terras de João Alberto Munhoz entre o barrado Ribeirão do Veado e desemboca na margem do rio Ivaí e rio Corumbataí, por uma linha reta magnética de 80° SO. (12) - Escritura de compra e venda; 1912 (BOING, 2007.p.6).

Segundo Boing (2007), mesmo sobre denúncia, em 31 de maio de 1929 essas terras foram adquiridas pela STUL, esta fundada especialmente para a aquisição da Fazenda Ubá, que estava em processo de inventário da viúva e dos sucessores de Alberto Landsberg.

Com sede na cidade de Cambará, composta pelos Barbosa e mais 16 sócios, foi fundada em 05 de março de 1929 a STUL, que era uma sociedade civil por cotas, que tinha por responsável administrativo, o Sr. Leogivildo Barbosa Ferraz (BOING, 2007).

Denez (2011) afirma que devido à situação de irregularidade dos títulos da Fazenda Ubá, adquirida pelos irmãos Barbosa Ferraz (STUL), o Estado do Paraná as retomou.

Essas denúncias fizeram com que a Secretaria de Obras Públicas e Colonização realizassem uma verificação administrativa e uma perícia judicial que comprovou a adulteração de documentos, bem como a inserção de uma falsa transcrição de limites das posses. E a Portaria nº159, de 16 de abril de 1935, determinou a restauração dos verdadeiros limites dos registros em questão (BOING, 2007.p.6).

Devido à decisão em retomar as terras por parte do Governo, iniciou-se um confronto judicial que durou mais de 10 anos, tornando o clima da região instável, pois de um lado a STUL dizia que as terras lhe pertenciam e do outro o governo alegava que as terras eram devolutas e autorizava a entrada de imigrantes (BOING, 2007).

Para manter o processo contra o Governo do Paraná, que custava caro, os irmãos Barbosa Ferraz tiveram que buscar novos sócios, passando de 16 para 37. Alguns desses sócios foram remunerados com terras, originando novas empresas colonizadoras como no caso da Sociedade Civil Agrícola Lunardelli Ltda. (DENEZ, 2011).

O impasse só acabou em 1950, quando o Governo do Paraná desistiu da briga e de qualquer indenização pelas terras, ocorrendo assim um entendimento amigável entre os proprietários da STUL e este (BOING, 2007).

As partes das terras que não foram transferidas no litígio do processo para outras empresas colonizadoras (Sociedade Civil Agrícola Lunardelli Ltda.) passaram a ser colonizadas pela STUL, após esta vencer o processo. Esta empresa utilizou um sistema de loteamento parecido com o desenvolvido pela CTNP depois CMNP, no qual a ocupação era baseada na pequena propriedade, o que tornava mais fácil o encontro de compradores (DENEZ, 2011).

O sucesso deste empreendimento estava na compra das terras; como era um negócio imobiliário, quanto mais se vendia lotes, mais se estimulava a vinda de pequenos agricultores, e com isto se desenvolviam núcleos urbanos e venda de lotes urbanos, o que gerava um comércio local. Isto valorizava as terras, garantindo lucro para a STUL (DENEZ, 2011).

Como o lucro estava na venda dos lotes, a STUL facilitava o pagamento dessas terras: era necessário pagar 30% de seu valor no fechamento do negócio, e os outros 70% eram divididos em quatro anos. O tamanho da propriedade era, em média, de nove alqueires. Depois de compradas, a mata era cortada para dar espaço às plantações e a madeira retirada tinha como destino a construção das casas e as sobras eram negociadas com as serrarias da região. Foi a partir da década de 1960 que a região teve um aumento demográfico considerado, ainda reflexo da economia cafeeira.

Mesmo em uma região considerada não propícia ao café, já que está abaixo do paralelo 24°, onde a ocorrência de geadas e baixas temperaturas podem ser maiores do que no resto do norte paranaense, ainda assim se plantava café nesta região do Vale do Ivaí e esta cultura necessitava de muita mão-de-obra (DENEZ, 2011).

Com relação à parte da Sociedade Civil Agrícola Lunardelli Ltda., o que se encontra naquela região em registros históricos, é a doação de 9.860 alqueires a Geremia Lunardelli, terras divididas em três glebas: Lunardelli, Suíça e Ubá.

Em 1952, foi iniciada na gleba Lunardelli a fazenda Gema, com o objetivo de cultivar café. A abertura desta fazenda fez diversos agricultores se dirigirem para aquela região; assim, Geremia Lunardelli também desenvolveu um processo de colonização que resultou nas cidades de Lunardelli, São João do Ivaí e São Pedro do Ivaí (BOING, 2007).

Cabe ressaltar ainda que Barbosa Ferraz no processo de colonização na década de 1940 foi dividido em duas glebas: a Gleba São Joaquim, de propriedade do doutor Joaquim Vicente de Castro onde permaneceu a sede do município; e a Gleba Corumbataí, de

propriedade de Geremia Lunardelli. Quem promoveu o loteamento e venda dessas terras foi seu filho, Nicolau Lunardelli que encontrou compradores de diversos estados brasileiros. Foi em 13 de janeiro de 1967 que Corumbataí do Sul passou a Distrito Administrativo de Barbosa Ferraz, pela Lei nº 5.472, permanecendo até o ano de 1987, quando pela Lei nº 8.484 de 27 de Maio foi desmembrado de Barbosa Ferraz e criado o município de Corumbataí do Sul. Um ano depois, em novembro de 1988, Jair Cândido de Almeida foi eleito o primeiro prefeito.

Ainda em solo brasileiro na região oeste do Paraná buscando a afamada terra roxa, paulistas, mineiros e outros desbravadores desceram, por volta de 1953, os riachos de: Água Bela, Comissário, Piquirí, Caracol, Ribeirão dos Dez, Água Ronco Feio, Água do Caeté e Rio Jacutinga³.

Estes abriram picadas a facão pelas matas virgens e começaram a construir as primeiras moradias, utilizando a madeira que era derrubada da própria mata, cipós e folhas de palmito, formando um primeiro aglomerado de casas que recebeu o nome de Patrimônio Barro Branco, pertencente ao Município de Campo Mourão; porém, devido à Lei Estadual de 10 de agosto de 1955 nº48, que criou o Município de Goioerê, o Patrimônio de Barro Branco passou a pertencer a este Município.

Já no final da década de 50, as primeiras lavouras de hortelã foram plantadas no Patrimônio, por meio de alambiques havia destilação do óleo a vapor feita em tambores.

Foi próximo a este Patrimônio, que depois passaria a ser a cidade Quarto Centenário, que Nicolau Lunardelli, atraído pela propaganda dos corretores sobre a excelente fertilidade e riquezas naturais nas novas terras desbravadas na região Oeste às margens do Rio Piquirí, se instalou. Por acreditar na fertilidade da terra própria para o plantio de café, Nicolau Lunardelli, juntamente com sua esposa Branca Pizza Lunardelli, adquiriram 1.050,00 alqueires paulistas, sendo estes considerados os fundadores do povoado de Jóia na Gleba XIV.

Nicolau Lunardelli, para formar sua fazenda e plantar café, reservou cento e cinquenta alqueires paulistas; o restante das terras loteou em chácaras e sítios, que foram vendidos a quem tivesse interesse, sendo negociadas com uma entrada e o restante seria pago em até um ano, o que facilitava a compra. Os contratos eram lavrados em cartório no próprio povoado com o senhor Álvaro Matoso.

Os Lunardelli ainda atravessaram a fronteira brasileira em busca de expandir seus negócios. Zamberlam (2010) afirma que as primeiras entradas significativas de brasileiros em território paraguaio está relacionado com Stroessner assumir o governo em 1954; este,

³ As informações estão disponíveis no site da prefeitura de Quarto Centenário.

interessado em estreitar as relações com o Brasil, deu passe livre para brasileiros explorarem as matas do país. O objetivo desta ação era desenvolvimentista, e por meio do Programa de “Crescimento para Fora” o governo visava modernizar a economia local e povoar as áreas fronteiriças com o Brasil. O entrosamento entre os dois países foi expressivo com a construção da Itaipu Binacional, na década de 1960.

Ainda segundo o autor, essa política de aproximação equacionava um sério problema entre agricultores e colonizadoras do Sudoeste e Oeste Paranaense (Revolta de 1957), pois nos demais estados do Sul do Brasil estava iniciando a modernização agrícola, o que impulsionava o êxodo rural, expulsando dezenas de pequenos agricultores para novas fronteiras agrícolas, inclusive o Paraguai.

Brasiguaió foi termo utilizado para caracterizar esses agricultores que atravessaram a fronteira, e significa os brasileiros que vivem no Paraguai, pertencem a distintas classes sociais e trabalha em diversos setores da economia.

Antecedendo esses brasiguaios, grupo de empresários do ramo da agricultura e pecuária foi estimulado pelo governo Stroessner a se deslocar para a região do Alto Paraná; estes levaram consigo capitais, máquinas, equipamentos agrícolas e novas maneiras de utilização do solo (OLIVEIRA, 2009).

Um dos pioneiros foi Geremia Lunardelli, que em 1954 recebeu a concessão de 450 mil hectares localizados nos departamentos de Caaguazú e Alto Paraná, posteriormente desmembrado para criação do departamento Canindeyú. As terras desta região são as mais férteis do Paraguai, pois é a continuação geológica da terra roxa encontrada no norte paranaense (SPRANDEL, 2010).

Geremia Lunardelli loteou e revendeu sua concessão aos pequenos agricultores que estavam sendo expulsos de suas regiões no Brasil.

4.7 OS LUNARDELLI NA AMAZÔNIA

Em janeiro de 1963, Nicolau Lunardelli, filho de Geremia Lunardelli, o rei do café, foi convidado pelo corretor Carlos Ribeiro a conhecer o Sul do Pará. Este tentou lhe mostrar as vantagens que teria se expandisse seus negócios agropecuários para a Amazônia.

[...] Em 1963, a insistência de um corretor levou-me a conhecer uma vasta área da Amazônia. Sobrevoamos durante muito tempo toda a região a bordo de um Cessna e descemos num pequeno campo de pouso onde hoje está localizada a Fazenda Santa Tereza, do Lanari. Na aterrissagem já havia tomado a decisão: jamais compraria aquelas terras. Simplesmente não tinha

ido com a cara da floresta. A decisão foi mantida em segredo até o dia seguinte - um domingo - quando Lunardelli explicou a todos (principalmente a seu amigo João Lanari do Vale) que não tinha intenções de adquirir a área, e propôs uma imediata volta (AMAZÔNIA, 1977, p.24).

Mesmo com a insistência do corretor de que era um bom negócio, Nicolau Lunardelli, no primeiro momento, não teve interesse em adquirir as terras; depois de uma permanência forçada e um maior reconhecimento da área é que a ideia lhe agradou.

[...] um erro na decolagem fez o pequeno Cassna voltar ao solo poucos metros adiante. O avião foi se arrastando pela mata e só saímos com a vida porque na área havia muito capim, que amorteceu o impacto da queda. Era janeiro, os rios estavam cheios e o avião com a biquilha quebrada - em resumo, estava todos na mais completa incomunicabilidade (AMAZÔNIA, 1997, p.24).

Com a cheia dos rios, era preciso ir até a sede do município de Conceição do Araguaia, onde existia outro avião, porém, demoravam-se três dias para realizar a travessia e trazer o avião, tempo suficiente para Nicolau mudar sua impressão inicial com relação às terras do Sul do Pará.

[...] Mas nesse meio tempo - conta Lunardelli - os passeios pela redondeza mostraram-me que aquelas terras do Pará eram simplesmente excelentes. Mudei de opinião e fiquei tão entusiasmado que fiz questão de comprar a área oferecida pelo preço pedido pelo proprietário, apesar do aviso do corretor de que eu poderia obter um desconto de até 50%. O negócio foi rápido, e de repente vi-me proprietário de 180 mil alqueires de mata virgem. Sabia que tinha feito uma boa aplicação de dinheiro, mas não tinha a menor ideia do que fazer com toda aquela floresta (AMAZÔNIA, 1977, p.25).

Os primeiros 180 mil alqueires paulistas adquiridos por Nicolau, localizavam-se na região de Redenção, mais especificamente no atual município de Santa Maria das Barreiras.

Um ano após adquirir seu primeiro empreendimento na Amazônia, outro negócio foi oferecido a Nicolau: a possibilidade de comprar uma fazenda de gado ainda em formação, batizada de CODESPAR - Companhia de Desenvolvimento do Sul do Pará S/A.

Tudo não passava de 100 alqueires de pasto formado, que nem cercado tinham sido. Mas resolvi assumir o empreendimento porque legalmente a fazenda já estava constituída e por meio dela seria mais fácil iniciar um bom trabalho. [...] quanto mais a floresta cedia terreno a clareiras, mais se evidenciava o fato de que estava nascendo uma promissora fazenda, mas totalmente isolada do resto do mundo (AMAZÔNIA, 1977, p.25).

Nicolau ressalta que além do isolamento, havia outro problema para dar prosseguimento nos trabalhos na CODESPAR: a mão-de-obra, pois esta teria que vir periodicamente de Goiás.

[...] onde encontrar pessoal disposto ao trabalho de desmate? tivemos que apelar para os *gatos*, que periodicamente iam até Goiás buscar machadeiros e os levavam para a fazenda. As Dificuldades eram enormes porque o trabalhador era instável e quase nunca ficava muito tempo na fazenda. Muitas vezes, para conseguirmos novos machadeiros, tínhamos que pagar a pensão em que esses trabalhadores ficavam hospedados em Goiás, além de um bom salário, naturalmente (AMAZÔNIA, 1977, p.25).

Para o problema do isolamento, Nicolau decidiu construir uma estrada que ligasse a CODESPAR ao resto do mundo, assim em três anos este abriu 290 km de estradas, divididas em dois trechos: nos primeiros 200 km, partia-se de Paraíso do Norte (cidade no Estado de Goiás onde passa a Belém-Brasília, no km 800) até a vila de Barra do Coco, posteriormente a cidade de Caseara, na margem direita do rio Araguaia. Depois esta estrada tornou-se rodovia estadual (GO-364) e ao longo dela diversos núcleos urbanos foram surgindo, entre eles Divinópolis e Marianópolis (AMAZÔNIA, 1977).

Nos outros 90 km que partiam de Barra do Coco até a sede da CODESPAR, era necessário fazer a travessia do Araguaia já que não havia ponte rodoviária que ligasse o lado goiano ao paraense. Assim Nicolau Lunardelli adquiriu uma balsa para fazer a travessia de Santa Maria das Barreiras á Caseara. O total do investimento foi de Cr\$ 1,5 milhões. (AMAZÔNIA, 1977).

A estrada foi aberta com a utilização de equipamentos e máquinas a nível do mínimo e indispensável, muitos trechos foram rasgados na mata graças ao esforço do trabalhador braçal da região, trechos praticamente intransponíveis foram vencidos - mas acima de tudo, Lunardelli abriu um caminho. E foi certamente esse caminho que levou muitos empresários a investir no eixo Araguaia-Xingu, onde hoje as últimas estatísticas indicam a presença de quase 400 mil cabeças de gado, distribuídas por mais de 100 fazendas. O trecho de 90 km, situado em território paraense tem sua manutenção garantida pelas várias fazendas da região. O trecho de 200 km, em território goiano, hoje é uma rodovia estadual. Ganhamos todos com a estrada” - garante ele (AMAZÔNIA, 1977, p.25).

Com o início da política de incentivos fiscais do governo federal na década de 1960, por meio da SUDAM, para os empresários interessados em investir na Amazônia, Nicolau teve a oportunidade de transformar seus projetos agropecuários em grandes empreendimentos onde toda a região seria beneficiada.

Segundo Silva (2008), os três primeiros projetos aprovados pela SUDAM estavam localizados nos municípios de Santana e Conceição do Araguaia, sendo de propriedade de João Lanari do Val, Nicolau Lunardelli e Carlos Ribeiro.

4.7.1 O Projeto CODESPAR

Em 22 de novembro de 1966, foi aprovado o projeto nº 08911/66 na SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), com os objetivos agropecuários, colonização, loteamento e venda de terras, além de extração, produção e industrialização de produtos agrícolas e florestais.

A empresa interessada em desenvolver este projeto era a CODESPAR - Companhia de Desenvolvimento Sul do Pará, com sede em Barreira do Campo, distrito do município de Santana do Araguaia; esta foi constituída em 13 de setembro de 1962, com a denominação social de “CODESPAR”- Companhia de Desenvolvimento Sul do Pará Ltda., com o contrato social registrado sob o número 57, fls.47/49, do Livro nº 6 de “Transcrição das Transcrições” do Cartório de Registro Civil da Comarca de Conceição do Araguaia (SUDAM, 1966).

Em 20 de maio de 1966, por meio de convenção, os sócios decidiram transformar a firma em Sociedade Anônima. Tal mudança foi concretizada em 4 de junho de 1966, por meio de Escritura Pública lavrada no Livro de notas nº 2.114 fls. 94 e arquivada na Junta Comercial do Estado do Pará sob nº588/66, surgindo assim a “CODESPAR”- Companhia de Desenvolvimento Sul do Pará (SUDAM, 1966).

A empresa tinha sua sede na cidade de Barreira do Campo, distrito de Santana do Araguaia, e também contava com escritórios na cidade de Belém e na Capital Paulista. Segundo cadastro do IBRA, o valor das terras nuas, contabilizando apenas as árvores, foram avaliadas em Cr\$ 1.047.000.000, todas documentadas por Escritura de Compra e Venda na Comarca de Conceição do Araguaia, conforme as transcrições de números 1.289, 467, 457, 454, 484, 485, 456, 455, 436, 461, 468 (SUDAM, 1966).

Em 1966, a empresa contava com um capital social na ordem de Cr\$ 1.262.736.000, divididos em 1.262.736 ações ordinárias, no valor nominal de Cr\$ 1.000 cada uma, podendo ainda aumentá-lo por meio da emissão de ações preferenciais, sem direito a voto, intransferíveis com um prazo de cinco anos (SUDAM, 1966).

Contava também com imobilizações técnicas na ordem de Cr\$ 1.966.900.000, antes da aprovação do projeto nº 08911/66 pela SUDAM.

Após a aprovação do projeto CODESPAR na SUDAM, a administração da empresa foi formada por uma Diretoria composta de cinco membros: um Diretor Presidente, um Diretor Vice Presidente e três Diretores Executivos, todos eleitos por meio de Assembleia Geral com mandato de quatro anos, havendo o poder de reeleição terminado o mandato. As funções do Diretor Presidente eram: representar a empresa em todas as relações, presidir as reuniões das Assembleias, estas deveriam ser marcadas sempre nos quatro primeiros meses de cada ano e em casos extraordinários. O Diretor Presidente também poderia nomear procuradores, representantes desde que especificado o motivo de tal nomeação. O Vice Presidente tinha como função substituir o Presidente quando este tivesse algum impedimento de proceder (SUDAM, 1966).

No caso dos Diretores Executivos, estes estavam encarregados de dirigir e administrar todos os negócios da Sociedade.

Com exercício até 1970, o primeiro corpo dirigente foi nomeado e empossado pelos constituintes da Sociedade:

- Presidente: Flávio Pinho de Almeida - brasileiro, casado, advogado e lavrador, co-proprietário da Fazenda Piratininga, situada no norte de Goiás, com 16.000 cabeças de gado e proprietário de navios, imóveis na capital e interior de São Paulo, acionista da empresa com 90.000 ações, ou seja, 7,2% do Capital Social;
- Vice Presidente: Gabriel Hermes Filho - brasileiro, casado, advogado e lavrador, deputado federal, proprietário de imóveis no interior e na capital do Estado do Pará, com 100.000 ações da empresa;
- Diretores Executivos: Nicolau Lunardelli - brasileiro, casado, lavrador, proprietário de várias fazendas de café no norte do Paraná, com cerca de 2.000.000 pés de café e de outras terras agricultáveis ao Sul do Estado do Pará, maior acionista das “Indústrias Frutas Solúveis Frusol S/A”, localizada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, assim como da Prima Eletro-Doméstico S/A, localizada no Estado de São Paulo, fabricantes da máquina de lavar roupas “PRIMA” e proprietário de navios, imóveis na capital e no interior do Estado de São Paulo, possuindo 100.454 ações da empresa, correspondendo a 7,9% do seu capital;

Sérgio Lunardelli - brasileiro, casado, lavrador, co-proprietário de várias fazendas de café no norte do Paraná, com um total de 2.000.000 pés de café da Fazenda Aguapeí, localizada na região noroeste do Estado de São Paulo, com 25.000.000 cabeças de gado de cria, todos da raça Nelore, utilizando a técnica de inseminação artificial e proprietário de vários imóveis no interior do Estado de São Paulo; Carlos Ribeiro - brasileiro, desquitado, lavrador, proprietário de imóveis na capital e no interior do Estado de São Paulo e no Sul do Pará, possuindo participação acionária na empresa, com 200.907 ações, representando 15,9% do seu capital social (Projeto SPVEA nº 08911/66, p.7).

Por meio de uma Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 16 de junho de 1969, o então Diretor Presidente Flávio Pinho de Almeida pediu demissão do cargo que ocupava desde a constituição da CODESPAR, alegando falta de tempo, pois estava com inúmeros afazeres particulares. Com o cargo vago, o nome escolhido para substituir foi o de Nicolau Lunardelli, que acumulou duas funções: a de Diretor Presidente e a de Diretor Administrativo. Ainda nesta Assembleia, o cargo de Diretor Executivo foi preenchido por Luciano Lunardelli.

Posta em votação e por aclamação geral, verificou-se terem sido eleitos para o cargo de Diretor Presidente o senhor Nicolau Lunardelli, que ocuparia essas funções cumulativas com as funções que exerce de Diretor Administrativo da Sociedade e para o cargo de Diretor Executivo o senhor Luciano Lunardelli, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado na capital do Estado de São Paulo, à Rua Bahia n.71 apto. 219, cujo mandato deverá terminar conjuntamente com os outros membros da Diretoria. [...] a diretoria da Sociedade ficou assim constituída: Diretor Presidente - Nicolau Lunardelli, acumulando as funções de Diretor Administrativo; Diretor Vice Presidente - Gabriel Hermes Filho; Diretor Administrativo - Sérgio Lunardelli; Diretor Executivo - Vicente Sampaio Góes Neto; e Diretor Executivo - Luciano Lunardelli (DIÁRIO OFICIAL, 1969).

Com relação aos lucros obtidos, estes seriam distribuídos da seguinte maneira: para o fundo de reserva legal, 5%; uma porcentagem especificada pela Assembleia Geral seria destinada à remuneração da Diretoria, desde que os dividendos dos acionistas correspondessem ao mínimo de 6% sobre o capital social; para os empregados da empresa, estavam destinados 10%, sendo que 3% seriam na forma de participação em dinheiro e 7% seriam revertidos na forma de assistência social. Contariam como assistência social a edificação de uma escola no valor de Cr\$ 30.000.000 e a contratação de duas professoras, e para as questões de saúde a contratação de um enfermeiro (SUDAM, 1966).

Tabela 6- Projeção da receita e distribuição do lucro após a implantação do projeto CODESPAR

Especificação	1º ano*	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
Receita total	1.464.859.500	3.616.055.000	6.165.527.500	8.831.036.000	11.732.232.000
Custos totais	1.721.210.000	3.191.303.624	5.059.757.718	6.697.083.379	8.134.744.091
Déficit	256.350.500	-	-	-	-
estrutural					
Lucro líquido	-	424.751.376	1.106.769.782	2.133.952.621	3.597.487.909
Fundo de reserva legal	-	21.237.569	55.288.489	106.697.631	179.874.395

(5%)

Dividendos	-	-	811.119.334	813.570.334	813.570.334
(6% Capital Social)					
Gratificações empregados	-	42.475.138	110.576.978	213.395.262	359.748.791
(10%)					
Gratificações Diretoria	-	21.237.569	55.288.489	106.697.631	179.874.395
(5%)					
Saldo a disposição Ass. Geral	-	339.801.100	73.496.492	893.591.763	2.064.419.994

*Ano de 1966. Fonte: SUDAM (1966).

Ainda haveria a contratação do pessoal técnico especializado, como engenheiro agrônomo, veterinário, engenheiro civil de estradas, piloto de avião, Haveria também a contratação de pessoal administrativo, como contabilista, escriturário e almoxarife, e para o pessoal de mecânica, tratoristas, auxiliares de tratoristas, motoristas, ajudantes de caminhão, operadores de serraria, eletricitista, mecânicos, operadores de balsa. Além disso, seriam contratados vaqueiros e feitores (SUDAM, 1966).

Com relação aos aspectos financeiros, antes do projeto o capital da empresa era de Cr\$ 1.262.736.000, este valor era dividido em 1.262.736 ações, com o valor nominal de Cr\$ 1.000.

A partir do projeto, o capital da empresa aumentaria para Cr\$ 13.559.505, sendo 1.685.753.000 recursos próprios e Cr\$ 10.611.016.000 recursos de incentivos fiscais (SUDAM, 1966).

Tabela 7- Fontes dos recursos para implantação do projeto CODESPAR

Tipo de ações	Valor Unitário das ações	Número de ações a serem integralizadas com recursos próprios			Integralização com recursos da Lei	Total	%
		Início do projeto	Durante o projeto	Total	4216/63		
Ações ord.	1.000	1.262.736	1.685.753	2.948.489		2.948.489	21,8

Nominativas						
Ações	1.000			10.611.016	10.611.016	78,2
preferências nominativas						
Total	1.262.736	1.685.753	2.948.489	10.611.016	13.559.505	100

Fonte: SUDAM (1966).

Assim, 21,8% do total do investimento eram de recursos próprios, já os 78,2% seriam da Lei 4216/63⁴, com base nas inversões já existentes na firma que foram calculados os recursos da Lei 4216/63, e não no capital realizado (SUDAM, 1966).

Em imobilizações técnicas seriam aplicados Cr\$ 11.109.505.000, os outros Cr\$ 2.450.000.000 seriam aplicados em imobilizações financeiras.

Com relação aos aspectos técnicos, o clima da região onde a fazenda CODESPAR estava localizada é definido como quente e úmido, caracterizado por uma estação seca acentuada nos meses de junho a setembro, período onde ocorre a menor precipitação pluviométrica. O período de outubro a abril é considerado o período chuvoso, havendo maior incidência pluviométrica no mês de março. Com relação ao solo, percebe-se que estes não são homogêneos, havendo variações: Latosol vermelho escuro, na fase rasa; Podzólico vermelho amarelo, com saturações nas bases altas; Latarita Hidromórfica, na fase arenosa; Latosol Amarelo, textura média. A topografia do terreno onde se encontrava a fazenda é plana, com uma leve inclinação, havendo ocorrência de encostas com declives suaves e alguns vales muito abertos. Cabe ressaltar que na região onde estava localizada a fazenda do projeto são as matas de grande e médio porte que dominavam a formação vegetal, com ocorrência das seguintes espécies: jarana (*Lecythis lurida* (Miers) Mori = *Holopyxidium jarana* (Hub)(Ducke); pau-brasil (*Caesalpinia echinata*); jatobá (*Hymenaea courbaril*); aroeira (*Schinus molle*); pau d'arco (*Tabebuia roseo-alba*); mogno (*Swietenia macrophylla* King) (SUDAM, 1966).

A fazenda ainda contava com cursos d'água em regime temporário e permanente. Nos casos onde os cursos d'água eram de regime temporário, o projeto programou trabalhos de cisternas, tapagens, barragens cacimbão; com isso, durante a época das secas, ainda haveria bebedouros para o rebanho (SUDAM, 1966).

Para desenvolver as atividades propostas no projeto CODESPAR, os 52.358 hectares da fazenda foram subdivididos da seguinte forma: 22.608 ha estavam destinados à formação

⁴ Anexo 1.

de pastagens e serviços (estradas internas etc.); 1.000 ha seriam utilizados para produção de culturas de subsistência; e por exigência do Código Florestal, 28.750 ha constituiriam a reserva florestal (SUDAM, 1966).

Ainda com relação aos hectares destinados aos trabalhos programados, estes seriam subdivididos em 12 glebas, onde cada uma teria atividades específicas em etapas diferentes. A localização dos pastos estaria vinculada aos cursos d'água permanente e caso não houvesse, seriam abertos poços, pois assim a água seria captada por meio de moto-bomba (SUDAM, 1966).

Para o preparo da área, processos manuais tradicionais estavam previstos: broca, derrubada e queimada, sendo o período pertinente para realização de tais trabalhos de abril a agosto. O capim Colômbio seria utilizado para a formação das pastagens devido aos empresários já terem trabalhado com este (SUDAM, 1966).

A formação da pastagem seria feita em quatro anos, a partir de 1966, sendo no primeiro ano formado 6.957 ha, no segundo ano 5.158 ha, para o terceiro ano 6.378 ha e por fim, no quarto ano 4.115 ha. Estes pastos teriam duas funções específicas: a engorda e a cria (SUDAM, 1966).

Dos 6.957 ha formados no primeiro ano, 1.440 ha seria destinado à cria e 5.517 ha seria destinado à engorda. No caso dos 5.158 ha formados no segundo ano, para a engorda seria destinado 2.449ha e 2.658ha para a cria; no terceiro ano, 3.172 ha dos 6.378 ha formados estariam disponíveis para engorda e 3.206 ha para cria e com relação ao quarto ano, todos os 4.115 ha formados seriam destinados à engorda (SUDAM, 1966).

Sendo o regime extensivo adotado pelo empreendimento, a fazenda contaria com nove retiros, sendo cinco para engorda e quatro para cria, com o objetivo de obter reprodutores e matrizes selecionados e produção de animais com a finalidade de venda (SUDAM, 1966).

No primeiro ano haveria apenas um animal por hectare, já a partir do segundo ano seriam colocados três animais por hectare em pasto consolidado. Com relação aos animais de cria seriam postos 0,8 cabeças por hectare ano.

Por ser mais rústica entre as Zebuínas e de fácil adaptação à região sul do Pará, a raça escolhida para o projeto CODESPAR foi a NELORE. No primeiro ano, os animais finos foram adquiridos em São Paulo ao preço de Cr\$ 1.500.000; os reprodutores e os garrotes ao preço Cr\$ 800.000, e as novilhas ao preço de Cr\$ 500.000 (SUDAM, 1966).

No caso das fêmeas matrizes para a formação do rebanho não selecionado, estas foram adquiridas nos estados de Goiás, Mato Grosso e Sul do Pará ao preço de Cr\$ 200.000;

já os reprodutores também foram adquiridos em São Paulo, com preço variando entre Cr\$ 800.000 e Cr\$ 1.500.000 (SUDAM, 1966).

A fazenda ainda contava com um pequeno rebanho de equino para substituir aqueles animais que viesse a falecer. Foram adquiridas, inicialmente, 120 éguas ao preço de Cr\$ 120.000 na região, das quais uma parte estaria destinada a continuar a boa linhagem e a outra para reprodução de muares. Ainda foram adquiridos dois reprodutores equinos e dois asininos aos preços de Cr\$ 800.000 e Cr\$ 300.000, respectivamente (SUDAM, 1966).

Vale ressaltar que para os serviços de manejo do gado, transporte etc. da fazenda, cada vaqueiro contaria com quatro animais, sendo dois cavalos e dois burros. Já em 1964, antes de pretender recursos provenientes de Incentivos Fiscais, a empresa contava com obras assistenciais, como uma farmácia instalada na fazenda, que fazia a distribuição de remédios, gratuita, para os trabalhadores que necessitassem; havia também um enfermeiro permanente na fazenda, que atendia a todos, gratuitamente, pois seu salário era pago pela empresa; os trabalhadores ainda contavam com a visita periódica de um médico vindo de São Paulo, pois na região não havia tal profissional. Com relação à parte recreativa, havia um clube esportivo ao qual foi ofertado pela empresa todo o material (SUDAM, 1966).

Visando melhorar o atendimento do trabalhador, no primeiro ano do projeto CODESPAR, duas metas foram elaboradas: a aquisição de uma ambulância completa, para o caso de ser necessário transferir o socorrido até o hospital de Conceição do Araguaia, e a construção e funcionamento de uma escola primária, com a contratação de duas professoras normalistas diplomadas em Conceição do Araguaia (SUDAM, 1966).

Para os anos subsequentes do projeto, as metas eram: construção de casas para feitores e vaqueiros, que reformularia os conceitos tradicionais da região, proporcionando conforto e higiene, pois os banheiros estariam localizados internamente, além da construção de poços com bombas d'água e a montagem de geradores para fornecer energia elétrica às residências (SUDAM, 1966).

4.7.2 O projeto CODESPAR após a implantação

Em 1975, o projeto da CODESPAR abrangia uma área de 52.358,4 hectares, com formação de 12.100 hectares de capim colonião, havendo pequenas proporções de capins angola e braquiárias. Ainda buscando uma maior eficiência na rotação de pastagens, os pastos encontravam-se subdivididos com 25 alqueires goianos (AMAZÔNIA, 1975).

O rebanho da fazenda, em agosto de 1975, era formado por 13.229 cabeças de bovinos distribuídos da seguinte maneira: 348 touros; 190 tourinhos; 2.183 bezerros; 4.033 novilhas; e 6.475 matrizes, sendo comercializados na região os bezerros. Devido ao rigoroso tratamento profilático utilizado na fazenda, a taxa de natalidade já alcançava 78%, havendo o desejo de em cada ano aumentar tal porcentagem. Ainda para facilitar o manejo do gado, a fazenda foi dividida em cinco retiros; em cada retiro, há um curral completo, um alojamento para os vaqueiros e uma casa de capataz. Para completar as instalações pecuárias, existiam 250 km de cercas, 75 cochos cobertos, 60 barragens e 82 porteiras (AMAZÔNIA, 1975).

Toda a infraestrutura necessária para o empreendimento, em 1975 já estava implantada. Para a parte da administração, havia uma casa sede, uma casa para o gerente e escritório; para a parte operacional, havia garagens, selaria, oficina mecânica, serraria, posto de abastecimento extensa rede de distribuição elétrica, hidráulica e telefonia interna. Já para os trabalhadores da fazenda, havia 18 casas, todas servidas com luz e água encanada, também havia um ambulatório médico, gabinete dentário, farmácia, capela, praça de esportes e uma escola que funcionava no período diurno e noturno. Os trabalhadores ainda contavam com armazéns de abastecimentos e açougue, além de um hotel para visitantes (AMAZÔNIA, 1975).

A empresa contava ainda com três caminhões e três pick-ups, dois tratores de esteiras, três tratores de pneus e mais 42 unidades entre máquinas e equipamentos.

Cabe ressaltar que foram construídos 110 km de estradas com 150 m de pontes para o escoamento da produção. A fazenda ainda contava com um campo de pouso para aviões bimotores, além de um sistema de comunicação via rádio com São Paulo.

No ano de 1975, a diretoria era composta por: Diretor Presidente - Nicolau Lunardelli; Diretor Vice Presidente - Luciano Lunardelli; Diretor Administrativo - Jeremias Lunardelli Neto; Diretor Executivo - Nicolau Lunardelli Filho; e Diretor Executivo - Vicente Sampaio Goes Neto. Os recursos aplicados estavam assim divididos: recursos próprios Cr\$ 8.399.282,00; recursos de incentivos fiscais DL 956/69 Cr\$ 10.610.718,00 (AMAZÔNIA, 1975).

Além da CODESPAR, outros projetos foram desenvolvidos pelos Lunardelli na região: A Fazenda Acapu S/A, a Fazenda Riachuelo S/A e a Agro-Pecuária Bacuri S/A, sendo estes englobados administrativamente pela Embraco - Empresa Brasileira de Colonização e Administração S/A. As funções de cada fazenda também foram especificadas.

[...] a CODESPAR, com cinco alqueires paulistas de pasto formado, faz a cria de um rebanho composto por 14 mil cabeças, além de ter uma área reservada para o plantio de 30 mil pés de café; embora tenha gado de cria, a Acapu possui seus 1.700 alqueires paulistas de pastos ocupados por gado de engorda, num total de 6.500 cabeças, a Riachuelo conta com 500 alqueires de pasto e perto de 2.000 cabeças de engorda (AMAZÔNIA, 1977. p. 25 e 26).

Cabe ressaltar ainda o projeto de nº 145, o Agro-Pecuária Grão Pará S/A, que foi aprovado pela SUDAM em 1967, também da família Lunardelli. Este projeto, que era menor, tinha sede no município de Santana do Araguaia, Comarca de Conceição do Araguaia no Estado do Pará; na capital São Paulo, possuía escritório no 20º andar do prédio nº 1.776 da Avenida Paulista (AMAZÔNIA, 1976). Tal projeto tinha como objetivo produzir, comercializar e exportar, produtos agrícolas, florestais e pecuários.

Os investimentos para o projeto eram na ordem de Cr\$ 2.602.451,00 de recursos próprios, Cr\$ 3.302.885,00 de incentivos fiscais Dec. Lei nº756/69 e Cr\$ 1.144.664,44 de financiamento Dec. Lei 1.376, totalizando Cr\$ 7.050.000,00. A diretoria era composta por: Diretor Presidente - Antônio Lunardelli; Diretor Vice Presidente - Eduardo Penteadó Lunardelli; Diretor Executivo - Santo Lunardelli; Diretor Executivo - Hermínio Lunardelli; E como técnico responsável, o engenheiro agrônomo Paulo Penteadó Lunardelli (AMAZÔNIA, 1976).

O projeto Agro-Pecuária Grão Pará S/A tinha como área total 17.424 hectares, sendo reservados 8.400 hectares para serem transformados em pastos. Em janeiro de 1976 já se contava com 3.968 hectares de Capim Colonião devidamente divididos em pastos para um melhor manejo (AMAZÔNIA, 1976).

Em 1976, o rebanho da Agro-Pecuária Grão Pará S/A era constituído por 6.061 cabeças de gado Nelore, assim distribuído: 2.706 matrizes; 140 reprodutores da Marca G.L, todos de procedência da Fazenda Aguapel, Estado de São Paulo, de propriedade de Antônio Lunardelli; 709 garrotes; 899 novilhas; e 1.604 bezerros. E para as instalações pecuárias, havia 76,74 km de cercas de três e quatro fios, 43 porteiras, três currais, 31 cochos e uma mangueira (AMAZÔNIA, 1976).

Com relação à infraestrutura, o projeto contava com uma casa-sede, com seis casas de alvenaria para os empregados, um escritório, um ambulatório, pensão, armazém e depósito, alojamento para solteiros, casa para máquinas, oficina de manutenção, além de 40 km de estradas externas ligando ao Projeto CODESPAR e 29 km de estradas internas e uma pista com 1.000 m de extensão para aeronaves bimotoras. Como suporte, havia uma camioneta

pick-up Ford e uma Chevrolet, um trator de esteira Fiat e um trator de pneus, além de quatro carretas (AMAZÔNIA, 1976).

Os projetos do grupo Lunardelli chegaram a possuir aproximadamente 300 mil hectares na Amazônia Legal, e as instalações montadas por este grupo contribuiu para desenvolver toda a região, pois além de abrir estradas e gerar empregos, também havia a necessidade de abastecimento de muitos gêneros, surgindo assim comércio e fazendo nascer povoados que, com o passar do tempo, se tornariam prósperas cidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de ocupação e colonização do território paranaense teve influência de três frentes pioneiras com características diferentes. O presente trabalho procurou relatar como se desenvolveu estas frentes, mostrando também a importância da forma de apropriação da terra em cada frente.

Num primeiro momento, quando se trata de colonizar o chamado Paraná Tradicional, onde atualmente se encontra a capital do estado Curitiba, a forma de apropriação foi a sesmaria, entretanto as atividades desenvolvidas nessa fase não foram suficientes para colonizar todo o território, ficando este esquecido por vários anos. No caso da região Sudoeste, o problema maior é sua localização, que faz fronteira com o Paraguai e a Argentina; o medo de perder espaço fez com que o governo tentasse promover uma colonização, o que também contribuiria com o problema de conflitos agrários vividos nas regiões que expulsaram esses colonos para o Sudoeste.

O norte paranaense ficou abandonado por causa do seu acesso que localizava-se à frente do Paraná Tradicional, que acabou não seguindo rumo à floresta densa; por isso, o interesse em expandir as lavouras cafeicultores concentrou-se nas planícies, o que impulsionou a colonização desta região. A falta de ligação entre o Paraná Velho e a região norte paranaense pode ser percebida até hoje. O povoamento do norte do Paraná ocorreu, num primeiro momento, quando os primeiros fazendeiros atravessaram os limites do estado de São Paulo, porém, a dificuldade encontrada para adentrar a mata os fizeram ficar estagnados até 1920.

Nas pesquisas para o presente trabalho, fica clara a importância da CTNP para o prosseguimento da colonização na região norte paranaense. Esta colonizadora, por meio de sua obra de loteamento e venda de pequenos lotes a agricultores, fez com que as cidades projetadas por ela tivessem vida. Muitos autores consideram essa ação colonizadora como uma forma de reforma agrária, já que devido à necessidade de mão de obra, por causa da abolição da escravidão, a imigração foi incentivada; porém, antes ocorreu uma mudança significativa na forma de aquisição de terras para que estes imigrantes se tornassem braço da lavoura cafeeira e não viessem ao Brasil se tornar agricultores.

A obra da CTNP foi uma maneira desses imigrantes conseguirem a terra tão desejada, já que as condições de financiamento não eram difíceis; a Companhia também procurava incentivar esse negócio, pois seu lucro estava na venda dos pequenos e médios lotes. Para atrair os compradores, o acesso aos lotes foi facilitado, pois a ferrovia deu essa

abertura. Nas terras, além da Companhia, os agricultores também tiveram o benefício desta ferrovia instalada e da prosperidade das cidades projetadas, pois estas, conforme foram crescendo, foram se tornando polos de grande parte da região Norte.

Para realizar o presente trabalho, que tem por objetivo central desenvolver a trajetória dos Lunardelli no Paraná, foi necessário discorrer sobre como estava a região quando estes adentraram no estado. Eles adentraram impulsionados pelo cultivo do café, porém, foi por meio da cana-de-açúcar que contribuíram para o desenvolvimento da região norte nas terras acima dos limites da CTNP. A importância da obra desta família pode ser observada quando se desloca, nos dias atuais, para a cidade surgida por conta da implantação da Usina por eles pensada.

A região que fica a aproximadamente 43 quilômetros da cidade pólo, Londrina, implantada pela CTNP, tem diversas cidades de pequenos porte com populações entre cinco e 15 mil habitantes, e é a Usina construída pela família Lunardelli que gera emprego para toda essa região. Por conta da necessidade de plantações de cana nessa região, o que se vê são extensos canaviais. Isso mostra o quanto este empreendimento surte efeito até os dias atuais.

A região do Vale do Ivaí, abaixo dos limites da CTNP, também foi colonizada pela família. A atividade desenvolvida por estes foi apenas o loteamento em pequenas propriedades, como a CTNP e a venda para pequenos agricultores. Várias cidades surgiram com isto, e uma, em homenagem, leva o nome da família, o município de Lunardelli, com seis mil habitantes que tem como atividade principal o turismo religioso, com um santuário de Santa Rita de Cássia, cuja imagem foi doada pela mulher de Jeremia Lunardelli.

Os Lunardelli tiveram empreendimentos em diversos estados, e se compararmos a obra deles no norte do Paraná com o sul do Pará, encontraremos semelhanças. Trocando a cana pelo gado, no sul do Pará, estes também desenvolveram uma infraestrutura usufruída por todos na região. Assim, conclui-se que esta família promoveu um desenvolvimento em ambas as regiões.

REFERÊNCIAS

- AGRO-PECUÁRIA GRÃO PARÁ S/A. Amazônia. **Revista da Associação dos Empresários da Amazônia**. Ano 2, jan. 1976.
- AMANCIO, Maria Silva. **Ontem, luta pela terra; hoje, monumento histórico: A revolta dos posseiros no sudoeste do Paraná em suas variadas versões**. 2009. 130 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Maringá: UEM, Maringá, 2009.
- A PIONEIRA. Londrina. **O retrato do Norte do Paraná**. Ano 1, set./dez, 1948.
- Londrina. **O retrato do Norte do Paraná**. Ano 2, set./out, 1949.
- Londrina. **O retrato do Norte do Paraná**. Ano 6, maio/jun, 1953.
- Londrina. **O retrato do Norte do Paraná**. Ano 12, jul./ago, 1959.
- ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado: representações da política em Londrina 1930-1975**. Londrina: Eduel, 1998.
- Ata de assembleia geral extraordinária. Belém: **Diário Oficial do Pará**, 11 de julho de 1969.
- BARTHELMES, Artur. Ocupação e organização do Paraná Velho. **Boletim Paranaense de Geografia**, Curitiba, 42-63, maio, 1962.
- BRAY, Silvio Carlos. O processo de implantação e expansão do complexo canavieiro, açucareiro e alcooleiro no estado do Paraná. **Boletim de Geografia: UEM-** Ano 3, nº3, 1985.
- BERNARDES, Nilo. Expansão do povoamento no estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**. Ano 14, nº 4 Out/Dez, 1952.
- BONETI, Lindomar Wesller. **Formação a apropriação do espaço territorial do Sudoeste do Paraná**. In: ALVES, Adilson Alves; FLÁVIO, Luiz Carlos; SANTOS, Roseli Alves dos. **Espaço e território: interpretações e perspectivas do desenvolvimento**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2005.
- BONI, Paulo César; SATO Larissa Ayumi. **A mídia fotografia como estratégia publicitária da Companhia de Terras Norte do Paraná**. Certidões de Nascimento da História: o surgimento de municípios no eixo Londrina-Maringá. UEL, Londrina, 2009.
- BOING, Lúcio. **Vale do Ivaí: conflitos e ocupação das terras regionais**. Ivaiporã: INIVALE, 2007.
- CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura paranaense 1900\1970**. Curitiba: Grafipar, 1981.
- CARVALHO, José Baptista de. **A verdade sobre as capitânicas- a verdadeira história das capitânicas hereditárias**. São Paulo, Ed. do autor, 2008.

- CARVALHO, Luiz Domingos Moreno de. **O posicionamento e o traçado urbano de algumas cidades implantadas pela Companhia de Terras Norte do Paraná e Sucessora, Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.** 2000. 130 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá: UEM, Maringá, 2000.
- CENTRAL PARANÁ. Porecatu. **Revista Central Paraná-** Agricultura, Indústria, Comércio e Sociedade. Ano 1, nº1, jan, 1956.
- CENTENÁRIO, Quarto. História da colonização do município de Quarto Centenário. Disponível em: <<http://www.quartocentenario.pr.gov.br>>. Acesso em: 10/jun/2011.
- CODESPAR. Amazônia. **Revista da Associação dos Empresários da Amazônia.** Ano 3, n25, mar, 1975.
- CODESUL, Conselho de desenvolvimento do extremo sul Instituto Paranaense de desenvolvimento econômico e social, 1976.
- COLNAGHI, Maria Cristina. **Colonos e Poder-** a luta pela terra no sudoeste do Paraná. 1984. 120 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná: UFPR, Curitiba, 1984.
- COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná.** São Paulo: Edanee, 1975.
- COSTA, Rosana Ruivo da. **Paraná a ocupação do espaço e os mecanismos de apropriação da terra como elementos geradores de conflitos agrários.** 2007.
- DENEZ, Cleiton Costa. **A dinâmica populacional na região de Ivaiporã/PR (1970-2010).** In: Revista Geografar- UFPR, v.6, n2, 2011.
- FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno. **Agricultura capitalista e campesinato no norte do Paraná:** região de Porecatu 1940-1952. 1984. 258 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná: UFPR, Curitiba, 1984.
- GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecologia. Crítica da moderna agricultura.** Editora Brasiliense, 4ª ed. São Paulo, 1988.
- GIOVANNETTI, L V. **O Rei do café- Geremia Lunardelli.** Editora Revista dos Tribunais. São Paulo, 1951.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio.** 4ª ed. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1977.
- HIERA, Mitchel Druz, VERCEZI, Jaqueline Telma. A questão ambiental no processo de colonização do norte central paranaense. **Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos.** Porto Alegre, 2010.
- JOFFILY, José. **Londres – Londrina.** São Paulo: Paz e Terra, 1985.

LEÃO REGO, Rubem Murilo. **Terra de violência**: estudo sobre a luta pela terra no sudoeste do Paraná. 1979. 135 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). USP, São Paulo, 1979.

LUZ, France. **O fenômeno urbano numa zona pioneira**: Maringá. Maringá: Gráfica Municipal de Maringá, 1997.

MAACK, Reinhard. **Geografia física do estado do Paraná**, 1968.

MARTINS, Romário. **Cafelândia- terra das glebas de ouro- impressões de viagem-1924**. Recortes de jornais existentes no Museu Paranaense, s\indicacões. 1924.

NICOLAU LUNARDELLI. Amazônia. **Revista da Associação dos Empresários da Amazônia**. Ano 3, n25, mar. 1977.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. **Pontes de integração e subsunção entre Brasil e Paraguai**. CADEF, 2009.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. Editora Hucitec, 1ª edição. São Paulo, 1981.

PINHEIRO MACHADO, Brasil. **Sinopse da história regional do Paraná**. Curitiba: Instituto Histórico e Geográfico, 1951.

POZZOBON, Irineu. **A epopéia do café no Paraná**. Editora Grafmarke. Londrina, 2006.

REGO, Renato Leão. **As cidades plantadas**. Os britânicos e a construção da paisagem do norte do Paraná. 1ªEd. Maringá, 2009.

RITTER, Marina Lourdes. **As sesmarias do Paraná no século XVIII**. 1978. 200 f. Dissertação (Mestrado em História Social). USP, São Paulo, 1978.

SANTOS, Roseli Alves dos. **O processo de modernização da agricultura no sudoeste do Paraná**. 2008. 349 f. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho, 2008.

SERRA, Elpídio. Os primeiros processos de ocupação da terra e a organização pioneira do espaço agrário paranaense. **Boletim de Geografia**- UEM- ano 10, n.01, 1992.

_____ Noroeste do Paraná: o avanço das lavouras de cana e a nova dinâmica do uso do solo nas zonas de contato arenito-basalto. **Revista de Geografia Agrária**, v.5, n9, 2010.

SILVA, Fábio Carlos da. Bandeirantes modernos na Amazônia. A formação sócio-econômica da frente pioneira de Redenção. **Papers do NAEA**. n 225. Belém, 2008.

SILVA, Francisco de Assis. **História do Brasil**: colônia, império e república. 2 ed. São Paulo, 1983.

SILVA, Lúcia Osório. **Terras devolutas e latifúndio. Efeitos da Lei de 1850**. 1 ed. Editora da Unicamp. Campinas, 1996.

SINHORINI, José Marcos. **A COAGRO e seu processo de territorialização no Sudoeste do Paraná**. 2007. 134 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). UNESP, Presidente Prudente, 2007.

SPRANDEL, Márcia Anita. **Brasileiros de além fronteira: Paraguai**. Disponível em: <<http://www.naya.org.ar/congresos/contenido/laplata/LP4/15>>. Acesso em: 20/ago/2011.

STECA, Lucinéia Cunha. **Posseiros, grileiros e latifundiários: a luta pela posse da terra em Porecatu (1950)**. Londrina: UEL, 2008.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA- SUDAM. Relatório técnico de análise dos projetos agropecuários que solicitaram incentivos fiscais. CODESPAR S/A. Belém: Sudam, 1966.

TRINTIN, Jaime Graciano. **A nova economia paranaense 1970-2000**. Maringá: Eduem, 2006.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil. Antes da sua separação e independência de Portugal**. 8 ed. Edições Melhoramentos. São Paulo, 1962.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Norte velho, norte pioneiro**. Curitiba: [s.n], 1987.

_____ **Paraná, sudoeste: ocupação e colonização**. Curitiba, Ed. Litero- Técnica. Estante Paranista 21. Hist. Geog. Etnog. Paraná. 1985.

WESTPHALEN, Cecília Maria. Machado, Brasil Pinheiro; Balhama, Altiva Pilatti .Nota prévia ao estudo de ocupação da terra no Paraná moderno. Curitiba, **boletim da UFPR**, n7, 1968.

YAMAKI, Humberto. **Labirintos da Memória**. Edições Humanidades. Londrina, 2006.

ZAMBERLAM, Jurandir. **Emigrantes brasileiros no Paraguai- presença scalabriniana**. Porto Alegre, 2010.

ANEXO

Anexo - A

PL 4214/1962 - Projeto de Lei apresentada em 18 de maio de 1962, Transformado na Lei Ordinária 4216/1963

Autor Wilson Calmon- PSP/A

Ementa Estende a região amazônica, os benefícios do Artigo 34 da Lei 3995, de 14 de dezembro de 1961 (Plano- Diretor da SUDENE).

requerimento de informações, desde que ali se dá que "optar de todos os aspectos que ocorrerem a verificação na entrega das encomendas, consequentemente sempre existirá em prazo razoável de que aquelas a que nos referimos aderindo identico material de importação, com a vantagem de não serem consideradas dividas". Como se vê, as autoridades subordinadas ao Ministério da Viação não apenas manifestaram esquivavel diante pela verdade, como sobretudo uma contabilidade desprezo pela autoridade do Parlamento.

4) Ainda mais Senhor Presidente: Em reunião de 28 de fevereiro ultimo, comparece-se o documento que temo em mãos, a Diretoria da Rede Ferroviária Federal decidiu autorizar a importação de 3.500 rodas de aço laminado, em caráter de emergência. Ora, se fosse verdadeira a informação contida na resposta ao meu requerimento, até o dia 6 de 28 de fevereiro, a beneficiária das encomendas da Rede, já deveria ter entregue pelo menos, sessenta por cento das unidades relacionadas nos contratos, em suavia 7.200 rodas.

Implicar em desrespeito ao Parlamento, a transmissão a um deputado, de parte de autoridade responsável, de informações que não resistem nem a três meses. Portanto, deve admitir-se que havia a intenção de acobertar negócios ruins aos cofres públicos, mesmo com o sacrificio da verdade e do respeito ao Poder Legislativo.

5) O caso em apreço vem sendo amplamente divulgado pela imprensa. Mencionarei apenas uma publicação diária do Rio de Janeiro que franqueou suas colunas para qualquer esclarecimento de parte da Rede Ferroviária, sem que a sua Diretoria manifestasse o minimo de disposição para defender a Lei, e o caráter de má-fé de fundos públicos de que se reveste a operação de que nos ocupamos.

6) Finalmente, pelos debates que ora se travam na Assembleia Legislativa de São Paulo, verifico que a mencionada firma também se acha envolvida em operações indesejáveis com ferrovias subordinadas ao Governo Estadual.

Em face de tudo isto, solicito à Mesa da Câmara, que seja portadora da seguinte interpretação ao Excmo. Senhor Presidente do Conselho de Ministros:

1) Se a Presidência do Conselho de Ministros foi informada oficialmente de irregularidades que se perpetuam em relação a compras de rodas, realizadas pela Rede Ferroviária Federal?

2) Se a Presidência do Conselho determinou a abertura do competente inquérito, em face das propoções de ocorrência que vos acusam as operações em causa?

Brasília, em 6 de abril de 1962. — Jacob Frantz.

PROJETOS APRESENTADOS

Projeto nº 4.213, de 1962

Antevisão do Poder Executivo a obter, no Ministério da Agricultura - Serviço de Proteção aos Índios, - o crédito especial de Cr\$ 4.000.000,00 para atender a despesas com pacificação dos Índios Campes.

(Do Sr. Océlio de Medeiros)

(As Comissões de Economia, do Orçamento e Fiscalização Financeira e de Finanças)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no Ministério da Agricultura - Serviço de Proteção

aos Índios - o crédito especial de Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros) para atender as despesas que estão sendo realizadas no Município de Altamira, Estado do Pará, e outras regiões do Rio Xingú, com a pacificação dos Índios Campes.

Art. 2º Este Lei, entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1962. — Océlio de Medeiros.

Justificação

Não constitui segredo para ninguém que acusem aspectos de verdadeira calamidade pública os repetidos ataques dos Índios Campes aos centros de produção de borracha, em virtude de tais ataques e do pânico que se estabeleceu entre os seringueiros, dada a insegurança em que os mesmos exercem suas atividades, essas trabalhadoras vêm abandonando em massa o trabalho com serios inconvenientes para eles próprios e com graves reflexos no parque industrial de artefatos de borracha do país.

Essa situação evidentemente não pode perdurar. Urge a adoção de providencias no sentido da pacificação desses selvagens, a fim de que se possa aproveitar o período de safra para o repovoamento dos seringaes e, conseqüentemente, o restabelecimento do ritmo de produção.

*Não há, no vigente Orçamento, dotação substancial consignada ao Serviço de Proteção aos Índios para ocorrer as despesas com uma expedição pacificadora, as quais, segundo estimativas feitas por aquele Serviço, para o exercício do Gabinete Militar da Presidência da República, no estado dos respectivos planos, elevam-se a mais de Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros).

Inexistindo na Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios do Estado do Pará recursos orçamentários para custeio das gestões, com a expedição a agência absoluta de serem iniciados trabalhos de pacificação dos Índios de Altamira, o Banco de Crédito da Amazônia S. A., que - desde de passagem - é o maior interessado na normalização das atividades extirpadas nos centros de produção de borracha, adiantou Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) para cobrir metade das despesas com a expedição, ficando responsável por essa importância, junto aquele estabelecimento de crédito, alguns seringueiros de Altamira, os quais, nessa forma, passaram a responder, por seu patrimônio pela prestação de um serviço de natureza eminentemente pública, de alçada exclusiva do Governo e não de particulares.

O presente crédito, portanto, além de propiciar ao Banco de Crédito da Amazônia S. A. o restabelecimento da importância adiantada, permitindo-lhe o cumprimento dos trabalhos de pacificação dos Índios Campes, impõe-se do maior interesse para o país para a restauração da economia de uma vasta região.

É preciso salientar que sobre o problema de pacificação dos já citados índios existem numerosos expedientes oficiais na Presidência da República e no Ministério da Agricultura, os quais serviriam de base para que o Banco de Crédito da Amazônia S. A. adiantasse os Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) para início da operação destinada a pacificar aqueles índios.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1962. — Océlio de Medeiros. — Epitáfio de Campos.

Projeto nº 4.214, de 1962

Estende a região amazônica os benefícios do art. 34 da Lei número 3.995, de 14 de dezembro de 1961 (Plano-Diretor da SUDENE).

(Do Sr. Wilson Calmon)

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Valorização Econômica da Amazônia e de Finanças)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São extensivos à região da Amazônia os benefícios do art. 34 da Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961.

§ 1º O depósito a que se refere o § 1º do mencionado artigo será efetuado, para os fins desta lei, no Banco do Crédito da Amazônia.

§ 2º Cabe ao S. P. V. E. A. indicar as indústrias consideradas de interesse para o desenvolvimento da Amazônia, e que se destinem ao reinvestimento ou aplicação das importâncias a que alude o art. 34 da Lei número 3.995, bem como aprovar os planos de aplicação destas e autorizar sua liberação, na conformidade do § 2º do mencionado artigo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1962. — Deputado Wilson Calmon.

Justificação

A imensa área da região amazônica permanece ainda economicamente desaproveitada, apesar de suas inúmeras possibilidades e dos esforços e presenças de que tem sido objeto, através das várias fases de nossa história político-administrativa.

O constituinte de 1961, procurando imprimir ênfase à importância da tarefa de ocupar valorizada a Amazônia, empenhou-se o mandamento contido no artigo 199 da Carta Magna, através do qual deveria a União programar, em relação ao mencionado território, um plano de aplicação, em lugar das medidas de emergência e imprevistas, em que até então consistiram as intervenções de poder federal naquela área.

Com base no imperativo constitucional, foram elaborados, diploma legal e regulamentares, cuja sistemática podemos dizer com justiça que corresponde em linhas gerais ao pensamento dos autores da Lei Maior. A Lei nº 1.996, de 6 de janeiro de 1959, e o Decreto nº 24.129, de 9 de outubro de 1960, representam, todavia, uma interpretação já hoje desatualizada dos rumos com vistas no artigo 199 da Carta de 1961, sem que tal afirmativa interpretação crítica ao nome e intuito idealista das que, com base naqueles instrumentos legislativos, se têm empenhado pela recuperação econômica da Amazônia.

Enquanto isso, assistimos ao processo de uma substancial alteração dos métodos que, caracteristicamente, a Lei nº 1.996, se concebera para o desenvolvimento do Nordeste, a partir do modelo constituinte, e pelo mesmo objetivo de criar os diversos econômicos das diferentes regiões do País.

Assim, da Lei nº 1.064, de 24 de dezembro de 1949, passou-se a uma estruturação mais orgânica e mais ampla das medidas em benefício do desenvolvimento da região dos séculos, através da Lei nº 1.996, de 19 de julho de 1962, que a regulamentou, em moldes e com características tipicamente modernas, da Superintendência do desenvolvimento do Nordeste (Sudene), cuja experiência representa um guia da maior utilidade para o equacionamento o solução dos problemas da Amazônia, feitas as devidas adaptações com base na diversidade de condições econômicas.

O trabalho até aqui realizado pela equipe de técnicos da Sudene é algo

que merece o nosso maior entusiasmo. Durante a fase de implantação do núcleo da nova cidade, praticou um realismo o sistema concebido para dinamizar, coordenadamente, e desenvolvimento do Nordeste, daí resultando inovações ditadas pela experiência e submetida a amplos debates, quer entre os técnicos, quer no seio das duas Casas do Congresso.

A Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961, que aprovou a primeira etapa do Plano Diretor da Sudene, com base no critério estabelecido na Lei número 3.992, de 15 de dezembro de 1959, consagra medidas do maior interesse, ampliando dos estímulos de ordem fiscal antes decretados, como é o caso do artigo 34, citado no projeto. — Trata-se de uma orientação legislativa, cujos efeitos serão altamente benéficos também para a região amazônica, visto que possibilita a transferência para ali de capitais produtivos, mediante um atrativo dos mais eficazes, que é a isenção do imposto de renda sobre lucro já produzido ou a produzir em outras áreas do País, em vez de visar simplesmente aos resultados financeiros obtidos pelos investimentos efetuados, apenas na própria área que se pretende favorecer, consistente se estabelecer, do início, nos dispositivos legais pertinentes ao desenvolvimento do Nordeste.

O projeto, apoiando-se no paralelo funcional das entidades que no Nordeste e na Amazônia, exercem a função federal do desenvolvimento econômico, com a Superintendência da Valorização da Amazônia e do Banco da Amazônia S. A. os encargos decorrentes da extensão do artigo 34 da Lei nº 3.995.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1962. — Deputado Wilson Calmon.

LEGISSLAÇÃO CIDADã

Lei nº 3.995, de 14 de dezembro de 1961

Aprora o Plano Diretor da SUDENE, para o ano de 1961, e dá outras providências.

Art. 34 É facultado às pessoas jurídicas e de capital 100% nacional efetuarem a dedução de 5% nas declarações do imposto de renda, de importância destinada ao reinvestimento ou aplicação em indústria considerada pela SUDENE, de interesse para o desenvolvimento do Nordeste.

§ 1º A importância a que se refere este artigo será depositada no Banco do Nordeste do Brasil S. A., formando-se o recolhimento em conta especial, com o visto da Direção do Imposto de Renda ou seus Delegados nos Estados, e ali ficará retida para ser liberada na conformidade do disposto no parágrafo seguinte.

§ 2º A SUDENE aprovará, a requerimento do interessado, os planos de aplicação da importância retida, e aprovará as propostas de liberação, que se fará parceladamente, a proporção das necessidades de investimento.

§ 3º Os planos aprovados deverão ser aplicados no prazo de três anos a partir da retenção do imposto de renda. Quando esta prazo a importância retida se incorporar a renda da União.

Projeto nº 4.215, de 1962

Institui a associação por ações para o funcionamento do Instituto de Serviço Público e de Finanças.

(Do Sr. Adolfo Martins Vianna)

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público e de Finanças)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ao Art. 176 da Lei número 1.741, de 28 de outubro de 1952,